

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional
Mestrado em Psicologia Social e Institucional

Celvio Derbi Casal

MUNDOS-CONJUNTOS

Ecologias Atencionais e a Coemergência de Territórios Existenciais com Bibliotecas
Periféricas e suas (In)Comunidades

Porto Alegre

2023

Celvio Derbi Casal

MUNDOS-CONJUNTOS

Ecologias Atencionais e a Coemergência de Territórios Existenciais com Bibliotecas
Periféricas e suas (In)Comunidades

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleci Maraschin

Porto Alegre

2023

Para contato com o autor, escreva para: derbits@gmail.com

CIP – Catalogação na Publicação

Casal, Celvio Derbi

Mundos-Conjuntos: Ecologias Atencionais e a Coemergência de Territórios Existenciais com Bibliotecas Periféricas e suas (In)Comunidades / Celvio Derbi Casal. – 2023.

173 f.

Orientadora: Cleci Maraschin.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Bibliotecas Comunitárias. 2. Comunidades periféricas. 3. Ecologia da Atenção. 4. Territórios Existenciais. 5. Coemergência de Mundos. I. Maraschin, Cleci, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Celvio Derbi Casal, Bibliotecário – CRB10/2278



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Celvio Derbi Casal

MUNDOS-CONJUNTOS

Ecologias Atencionais e a Coemergência de Territórios Existenciais com Bibliotecas
Periféricas e suas (In)Comunidades

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleci Maraschin

Aprovado em: Porto Alegre, 16 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Prof.^a Dr.^a Cleci Maraschin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Virgínia Kastrup
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Fernando Silva e Silva
Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades - APPH

Bel. Maria Aparecida Arias Fernandez
Centro de Cultura Luiz Freire, CCLF

Prof. Dr. Luis Artur Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às bibliotecas
comunitárias e seus mundos.
Que ele possa somar na luta por sua
visibilidade e reconhecimento.*

...

*À memória de Michel Maya Aranalde, Poeta,
Compositor, Filósofo, Bibliotecário, Amigo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço e saúdo meus Orixás: Kaô Kabelecile meu pai Xangô, Saluba Nanã! Agô e Axé Orixás, de Bará à Oxalá, de Exú à Oxalufã! Agradeço o Axé que comanda meu Ori e que alinha esta vida ao seu Odu, nesse caminhar pelos mundos. Ao meu Baba, Leo Congo de Aganju, pela sabedoria e afeto com que cuida de seus filhos. À Vó Gê, que, do Orun nos guia. Aos tantos irmãos e irmãs que, hoje ancestrais, guardam o Ijobá com seu Axé. A toda Comunidade de Axé, minhas irmãs e irmãos.

Aos meus pais, que, com a luta de suas vidas, me possibilitaram ser quem sou. Aos meus irmãos, pela vida compartilhada. Agradeço de forma especial às minhas filhas, Júlia e Amanda que, desde diferentes momentos, transformam minha vida. Júlia, a primeira, por ter chegado, há 22 anos, me ensinado a amar e a segurar a vida com os dentes. Amanda, pela presença que transborda e nutre meus dias e que desloca a atenção do adulto para o prazer das coisas que realmente importam. Ao meu neto Jaspe, meu doce, pelo carinho imenso e energia que me ensinam um cuidado diferente de tudo o que eu achava que sabia. À Ana Marcela, minha companheira, meu amor, pela parceria na roda-viva da vida, pela inspiração, paixão, sangue, suor, lágrimas e também risos, conversas e planos (às vezes tudo junto); pela partilha dessa materialidade incontornável e maravilhosa que é nossa vida juntos.

Agradeço às minhas colegas de trabalho, pela paciência comigo, pela confiança e aposta no meu trabalho e nas minhas ideias meio malucas para a biblioteca... À Lueci pela parceria profissional, intelectual, política e afetiva que anima meus dias de trabalho. Às bibliotecárias e bibliotecários que me ensinaram o amor pela profissão e a perceber as potências das bibliotecas.

Agradeço ao meu grande amigo Michel Aranalde (*in memoriam*), pelos tantos cafés, cigarros, filosofia e poesia compartilhadas, por ter me inspirado na graduação, na atuação como bibliotecário e na vida.

À toda a equipe da Biblioteca Viva: laboratório de criatividade. Sem a parceria de vocês nas experimentações das possibilidades de fazer biblioteca, não seria possível estar aqui.

À Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) e à Rede Beabah! de Bibliotecas Comunitárias do RS, suas bibliotecárias, mediadoras e mediadores de leitura, ativistas, lideranças comunitárias, pela esperança feita em verbo e re-existência de mundos. Se

alguém me ensinou o que hoje escrevo aqui, foram vocês! Eduardo e Viviane, pelo afeto, parceria e acolhida. À colega Bibliotecária Priscila Macedo e à BC Girassol, pelos ensinamentos e pela acolhida da primeira proposta de campo desta dissertação. À Cida Fernandez, pela sabedoria, experiência e paixão! Tua atuação é uma das mais fortes inspirações deste trabalho.

Às professoras, professores, técnicas e técnicos administrativos e colegas discentes do PPGPSI, do Instituto de Psicologia e da UFRGS, por todos os dias resistirem na busca por um mundo possível, com condições para que a universidade se torne um lugar plural, que respeite e celebre as diferenças.

Às amigadas do NuCOGS, grandes parcerias que renovam constantemente minha paixão pela pesquisa. À Vanessa Maurente, pela atenção carinhosa e aposta nos nossos trabalhos. Ao Luis Artur, meu generoso parceiro de tantas atividades, projetos e delírios na Extensão e na Pesquisa. À Thais Gomes, pela leitura cuidadosa desta dissertação, pelo afeto e sintonia na pesquisa e nos olhares para a vida.

À Cleci, pela aposta neste trabalho, pela orientação e olhar cuidadoso, pelo respeito aos meus tempos (por saber a dose certa), por compartilhar sua experiência e sabedoria para que esta escrita fosse possível. Não poderia ter orientação melhor.

Às bancas de qualificação e final desta pesquisa, pela imensa generosidade, empolgação e caminhos apontados.

Às periferias, por re-existirem. Aos povos originários, quilombolas e tradicionais, por nos ensinarem tantas formas de atenção aos mundos. Que suas lutas sejam prósperas, que o futuro seja um mundo de muitos mundos.

À Vila Santa Rosa de Lima, que me acolheu, me formou na vida e que segue acolhendo meus pais, filha e neto. No emaranhado da vida, sigo ligado a ti. Que ainda possa contribuir mais para os mundos em teu território.

Muitos mundos andaram comigo nos percursos que levaram a esta dissertação. Agradeço a todos eles pelas forças compartilhadas para chegar até este momento.

“Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas. En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos.”

*(Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. Ejército Zapatista de Liberación Nacional EZLN.
Chiapas, enero de 1996)*

RESUMO

Esta pesquisa investiga o funcionamento da atenção no coengendramento de mundos entre bibliotecas comunitárias e comunidades periféricas. A questão principal é: como as ecologias e políticas da atenção se apresentam na constituição das coleções e dos modos de funcionamento de bibliotecas comunitárias? Parte-se do referencial da ecologia da atenção e dos estudos da cognição inventiva, articulados com propostas teóricas da antropologia, psicologia e filosofia para problematizar a noção de mundo-território, propondo os mundos como materialidades situadas que emergem na interagência dos seres em coafetação com o meio. Foi desenvolvido um campo de investigação cartográfica com base em memórias fabuladas, articulando a teoria da ficção como bolsa, de Ursula le Guin e os conceitos de figuras de cordas (*string figures*) e SF, de Donna Haraway, para contar as histórias coletadas no campo de memórias como figuras a serem habitadas com respons(h)abilidade (*response-ability*). Foram analisados os processos atencionais coletivos envolvidos na constituição de regimes atencionais que marginalizam as periferias, da violência colonial às suas atualizações contemporâneas nas relações interseccionais de raça, classe e gênero. Propomos o território que emerge nos encontros nas bibliotecas comunitárias como a articulação de uma política atencional que envolve pessoas, lugares, livros, acervo, tecnologias, entre outros participantes em uma rede coemergente. Essa política de atenção inventiva possibilita a emergência de um modo de viver-junto e um modo de cuidado que ativamente busque a percepção das diferenças e a reinvenção coletiva das histórias da comunidade. Esse modo de fazer mundos oferece, para quem neles ingresse, oportunidade para conhecer, compreender, experimentar e (re)inventar a si e aos mundos. A noção de políticas atencionais é desenvolvida como dispositivo que, por meio do cultivo de movimentos atencionais abertos aos afetos presentes no encontro entre mundos heterogêneos, possa provocar rupturas nos regimes hegemônicos da atenção moderna-colonial, pelas quais possam passar histórias de cuidado e re-existência dos mundos periféricos para habitar e (re)inventar o presente.

Palavras-chave: Bibliotecas Comunitárias. Comunidades periféricas. Ecologia da Atenção. Territórios Existenciais. Coemergência de Mundos.

ABSTRACT

This research investigates how attention works in the co-engendering of worlds between community libraries and peripheral communities. The main question is: How do ecologies of attention and their policies appear in the constitution of collections and the functioning modes of community libraries? It starts from the ecology of attention and the inventive cognition studies, articulated with theoretical proposals from anthropology, psychology, and philosophy to problematize the notion of world-territory. We propose the worlds as situated materialities that emerge in the interaction of beings, co-affected with the environment. Therefore, we develop a cartographic research, based on fabled memories, articulating the carrier bag theory of fiction, by Ursula le Guin, and string figures and SF concepts, by Donna Haraway, to tell the stories collected in the field of memories as figures to be inhabited with responsibility. We analyze the collective attentional processes involved in the constitution of attentional regimes that marginalize the peripheries, from the colonial violence to its contemporary updates in the intersectional relations of race, class and gender. We propose the territory that emerges in encounters at community libraries as an articulation of an attention policy that involves people, places, books, collections, technologies, among other participants in a coemergent web. This policy of inventive attention enables the emergence of a way of living-together and a way of caring that actively seeks the perception of differences and the collective reinvention of community histories. This way of making worlds offers, for those who enter them, the opportunity to know, understand, experiment and (re)invent themselves and the worlds. The notion of attentional policies is developed as a device that, through the cultivation of attentional movements open to the affections present in the encounter between heterogeneous worlds, can perform ruptures in the hegemonic regimes of modern-colonial attention, through which stories of care and re-existence of the peripheral worlds can pass, to inhabit and (re)invent the present.

Keywords: Community Libraries. Peripheral Communities. Attention Ecology. Existential Territories. Coemergence of Worlds

ACERVO DE MEMÓRIAS

LEITURA-COSTURA DE MUNDOS, P. 29

BATALHAS, P. 58-59

DA PERIFERIA AO CENTRO, P. 16

ARROZ DO FUNDAÇÃO, P. 39

PARTILHAS DE SI, P. 22

CARTA À VILA SANTA ROSA DE LIMA (STR), P. 32-34

PERIFERIA (CON)SUMIDA, P. 127-128

ALIBIS NOTURNOS, P. 40

BIBLIOTECAS LIBERTÁRIAS NÔMADES, P. 34-35

AXÉ DO FOGO, P. 73

A VILA GRENDE COMO UM CÂNCER... P. 40-41

SELEÇÕES, P. 90

ESCOLHAS, P. 82

UM NASCEDOURO NA BOCA DO LIXO, P. 49-50

DIÁLOGOS NA BIBLIOTECA, P. 54

UMA MÚSICA DIFERENTE, P. 68-69

NAVEGAR É (IM)PRECISO, P. 79-80

UMA DIFÍCIL ESCUTA, P. 113

APRENDER JUNTO É MELHOR, P. 108

OS JEITOS E TEMPOS "CERTOS" DE APRENDER, P. 130

O QUE FICA E O QUE VAI, P. 92

CONSCIÊNCIA DE CLASSE, P. 132-133

TROCANDO RECEITAS, P. 144



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TEMA, PROBLEMA, OBJETIVOS E DESLOCAMENTOS DA PESQUISA	16
3 MODOS DE PESQUISAR E NARRAR.....	19
4 O QUE CARREGO NA MOCHILA.....	28
5 CENTRO, PERIFERIA E MARGEM: POLÍTICAS DA ATENÇÃO COMO RE-EXISTÊNCIA PERIFÉRICA.....	37
6 MUNDO E TERRITÓRIO: DO MUNDO-PRÓPRIO PARA O MUNDO EM COMUM.....	51
7 POLÍTICAS ATENCIONAIS E COGNITIVAS E A ONTOLOGIA DO CUIDADO: A EMERGÊNCIA DE UM MUNDO-CONJUNTO.....	76
7.1 ATENÇÃO COLETIVA: OS REGIMES ATENCIONAIS E A GUERRA DE MUNDOS.....	77
7.2 ATENÇÃO CONJUNTA E POLÍTICAS COGNITIVAS: A INTERFACE AFETIVA E INVENTIVA NO ENCONTRO DOS MUNDOS-PRÓPRIOS	103
7.3 ECOLOGIAS ATENCIONAIS E SEUS GESTOS: O CULTIVO DA ATENÇÃO COMO DISPOSITIVO PARA O CUIDADO NO ENCONTRO DE MUNDOS	112
8 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS PARA SEMEAR MUNDOS	126
8.1 POLÍTICAS DO LIVRO E DA LEITURA: OS REGIMES ATENCIONAIS E A INVISIBILIDADE DA LEITURA COMUNITÁRIA PERIFÉRICA.....	127
8.2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E A PROLIFERAÇÃO DE MUNDOS PERIFÉRICOS	133
9 FECHANDO A MOCHILA: CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA SEGUIR CAMINHO	154
REFERÊNCIAS.....	157

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como proposta um mergulho nos mundos das bibliotecas comunitárias. Mundos assim, no plural, pois o que se propõe a investigar e a narrar não se trata apenas de uma história, articulada desde a perspectiva das bibliotecas sobre as relações com suas comunidades, mas de muitas histórias, de uma multiplicidade de interagentes, cada qual constituída por e constituindo mundos nesses encontros.

Nas últimas décadas, periferias brasileiras têm protagonizado um movimento de criação e cogestão de bibliotecas comunitárias. Essas bibliotecas se definem – e assim se diferenciam de outras, como as públicas, universitárias, ou especializadas – justamente por serem trazidas à existência a partir do desejo e da ação direta de pessoas e coletivos das próprias comunidades e por não contarem com orçamentos ou vinculações diretas a governos ou corporações (Machado, 2009). Situado à margem das cidades ocidentais modernas, o território que emerge da relação entre biblioteca e comunidade carrega a potência de uma abertura radical para a invenção de novos discursos e práticas (hooks, 1989), capazes de desafiar e problematizar as fronteiras das opressões de classe, raça, gênero e sexualidade que estruturam os modos de vida na sociedade moderna-colonial (Kilomba, 2019) e de contar histórias relevantes e diferentes daquelas que estigmatizam as comunidades periféricas.

São histórias que não aparecem somente no encontro silencioso e individual entre livro e leitor – até porque esse encontro tem pouco de silencioso e nada de individual (Kastrup, 2019a) –, mas também nas barulhentas ações culturais, nos alegres saraus que multiplicam as afetações pelas leituras, nas rodas de conversa em que emergem os problemas das comunidades, nas conversas paralelas e transversais que revelam conflitos e contradições e também potências e oportunidades do/no território.

Muitas dessas histórias e mundos seguem aguardando serem escutadas. São histórias e mundos que, muitas vezes, não aparecem fora dos circuitos restritos onde ocorrem, deixam poucos vestígios, ou cuja existência se instaura fora dos registros de inteligibilidade das sensibilidades moderno/coloniais. São histórias e mundos invisíveis e invisibilizados, em geral violentamente silenciados ou esquecidos pela injustiça epistêmica associada à colonialidade, deslegitimando e apagando seus

testemunhos e regimes de significação (Fricker, 2007). Podem ser mundos e histórias que gritam sua existência e denunciam as múltiplas forças que os constroem, e ainda assim passam despercebidos. Ou ainda, histórias e mundos estrategicamente auto ocultadas, disfarçadas, que se fazem ativamente ausentes de um registro mais público de percepção para continuar existindo. Também por esses motivos, são histórias de cuidado, mundos de resistência e de re-existência às violências coloniais que buscam sua aniquilação (Albán Achinte, 2013).

Algumas dessas histórias aparecem nesta pesquisa como acervo de memórias, um trabalho de campo sobre vivências pessoais e experiências no ativismo com as bibliotecas comunitárias e com comunidades periféricas. Aparecem como pequenos fragmentos narrativos ficcionais de experiências próprias e de histórias que escutei¹, algumas muito anteriores à proposta de pesquisa. Também aparecem como cartas que troquei – ou que me imaginei trocando – com interlocutores humanos e não humanos. Essas histórias, fragmentos, cartas e ficções, embora anteriores à pesquisa, estão intimamente conectadas a ela e constituem uma espécie de cama de gatos ou figura de cordas (Haraway, 2016b) da emergência do problema de pesquisa e da definição do campo, compondo elas próprias um mundo de múltiplas vozes, agenciamentos que co-engendram a própria pesquisa.

“Um mundo onde caibam muitos mundos”. Com essas palavras da Quarta Declaração da Selva Lacandona (EZLN, 1996, n.p.), os indígenas do estado de Chiapas, no México, autodenominados zapatistas, definem o território. Não é um mundo ideal, perfeito ou acabado. Tampouco é um mundo produzido pela síntese das identificações ou do que pode ser comparado na aproximação entre mundos diferentes. O que os zapatistas querem é um mundo em processo de ser, no qual a diferença, o dissenso e a divergência não sejam apagadas na busca pela utopia do consenso. Ou, nas palavras do subcomandante Marcos:

No sabemos qué sigue pero sí sabemos que los pasos que siguen no los podemos decidir nosotros, ni siquiera encontrar; sabemos que para lo que sigue tenemos que escuchar otras voces y necesitamos que esas otras voces se escuchen entre ellas. Necesitamos un encuentro, dos, tres, muchos encuentros para poder construir juntos ese camino, si es que existe; y si es que ese camino no existe, pues cuando menos nos divertimos bastante cuando tratamos de encontrarlo [...] (Subcomandante Marcos, 1996, n.p.)

¹ Uma discussão sobre modos de narrar neste projeto terá espaço na seção 3.

Um mundo assim requer uma complexa e difícil construção, na qual os muitos mundos que o compõem sejam percebidos e escutados, para que, juntos, possam produzir condições para a coexistência, preservando sua heterogeneidade. Esse mundo de muitos mundos (Cadena & Blaser, 2018) inclui as histórias e atravessamentos anteriores e presentes em um território que não é isolado, mas emaranhado a tudo. Histórias que complexificam e singularizam sua emergência.

Não há respostas claras e finais aqui, nem há trunfos que encerram o processo político através de apelos a incontestáveis princípios ou expertises. Tampouco são permitidos relativismos fáceis. Esse tipo de relativismo – “você tem a sua verdade e eu a minha”, “você habita o seu mundo e eu habitarei o meu” – é acomodado e perigoso. No final do dia precisam ser tomadas decisões sobre como vamos conviver em um mundo que é, embora múltiplo, também compartilhado, finito e (em muitos aspectos) difícil. Os recursos devem ser distribuídos, reivindicações de direitos e justiça serão ouvidas ou ignoradas. Os moldes de produção de sentido, de avaliação e de verificabilidade, sob os quais as deliberações são feitas ou as respostas rotineiras executadas, são importantes. (Dooren et al., 2016, p. 51)

Sem dúvida, alcançar e habitar mundos de muitos mundos é tarefa complexa e difícil. Escutar tantas vozes e interesses, não raro contraditórios, e construir os moldes de produção de sentido, avaliação e verificabilidade que possibilitem atentar para demandas que não podem ser representadas – ou mesmo totalmente compreendidas – é um desafio e tanto, e sem quaisquer garantias de sucesso. A composição com muitos mundos encontra potências, mas também contornos e limites, na ética e no cuidado.

Apesar das dificuldades – como aponta o caminho zapatista – o processo carrega um elemento político de diversão, prazer, brincadeira e jogo. A conhecida frase atribuída à Emma Goldman: “Se eu não puder dançar, não é a minha revolução”², expressa esse sentido político da alegria. Ao pensarmos as possibilidades de invenção coletiva do cotidiano nas comunidades periféricas e em suas bibliotecas comunitárias (doravante BCs), a alegria, o prazer, a brincadeira e o jogo ganham um sentido político de resistência que se expressa numa lógica de cuidado e interdependência.

As BCs são um meio de re-existência das comunidades às narrativas que insistem em descrevê-las como lugar violento, subalterno e atrasado e o fazem por meio das expressões que surgem quando essas comunidades são convidadas a falar

² A frase é apócrifa, mas sintetiza bem o pensamento de Emma Goldman. Sua autobiografia está disponível em: <http://www.revoltlib.com/anarchism/living-my-life-emma-goldman-united-earth-1931/>.

e a escutar suas próprias vozes. Nesses encontros, a alegria surge não apenas como festividade, mas principalmente, como propõe Muniz Sodré, como categoria metafísica que demonstra a afinação com o mundo a partir de uma espacialidade e de uma corporeidade, na valorização da proximidade e do contato, no reconhecimento de que precisamos do “hálito do outro” (Sodré, 2017).

Cabe destacar que Sodré apresenta essa alegria como modo milenar de saber e de constituir território das culturas racializadas e subalternizadas pela forma branca europeia dominante. Assim, se constitui como tecnologia ancestral de re-existência das periferias do mundo moderno/colonial. Nas BCs, essa re-existência nos possibilita problematizar os limites das desigualdades estruturais que se apresentam, entre suas diversas formas, nas maneiras como as sociedades modernas/coloniais tratam cultura, conhecimento, leitura, acervo, acesso e a própria noção de território.

Nas bibliotecas, essas desigualdades se manifestam no que é considerado cultura, no que é valorizado saber, nas leituras de mundo e histórias hegemônicas que se sobrepõem à história das pessoas e das comunidades. Sobretudo ganham forma nas decisões sobre a formação e organização dos acervos: que livros entram e como são dispostos nas estantes; como são classificados seus assuntos; como são ofertados e divulgados à comunidade.

Os procedimentos envolvidos nas políticas de desenvolvimento de coleções, especialmente na definição dos critérios de seleção e descarte – que estabelecem o que fica ou não nas estantes –, e nas políticas de classificação – que definem o lugar dos livros e sua vizinhança no acervo – são, fundamentalmente, processos atencionais que funcionam como filtros de percepção (Citton, 2017), condicionando quais mundos e as formas como estarão disponíveis para serem acessados nas bibliotecas. São processos de atenção bifurcada, nos quais um olho está atento à comunidade que fará uso desses recursos e o outro às formas que circulam na cultura, avaliando, hierarquizando, valorizando ou rejeitando determinadas formas de saber, privilegiadas ou desqualificadas de acordo com critérios nem sempre conscientes ou – em ainda menor proporção – justos.

Os privilégios conferidos a algumas existências, saberes e narrativas em detrimento de outras, produzem formas hegemônicas de ser e saber, ou, mundos de um único mundo, como propõe John Law (2015). Fechados em si mesmo, esses mundos únicos, pretensamente universais, forçam o apagamento de outras formas de

existir e saber que diferem ou que não puderam ser capturadas e assimiladas em suas formas dominantes³, sobrepondo à multiplicidade de histórias uma monocultura das histórias únicas e universais, no sentido denunciado por Chimamanda Ngozi Adichie (2009). Ou ainda, parafraseando Isabelle Stengers (Stengers & Savransky, 2018): a modernidade capitalista reivindica o direito de não prestar atenção aos mundos que encontra em seu caminho em direção a uma noção de progresso homogeneizadora.

Na medida em que as decisões sobre a composição e organização dos acervos das bibliotecas são, não raro, tomadas por profissionais bibliotecários que atuam de forma isolada de suas comunidades, sem sua participação direta – e em geral confiando em instrumentos técnicos, indicadores e métricas padronizadas provenientes de mundos muito distintos dos que habitam as comunidades e que impõem sobre elas suas categorizações e classificações do que é considerado conhecimento – maior é o risco de que as narrativas produzidas desse modo favoreçam os mundos únicos. No entanto, as forças agenciadas na criação do território nunca produzem uma totalidade universalizante. Isso significa que, assim como não há uma história universal ou narrativa única sobre a constituição e composição de um dado mundo-território, também a multiplicidade de histórias parciais que desenham esse mundo-território só pode ser percebida quando abandonamos a pretensão de narrar a realidade como história única e mais ou menos estática e nos envolvemos diretamente com a processualidade mutante de suas forças constitutivas. Essas forças em constante mutação são sempre parcialmente compartilhadas, vividas junto com um outro que não é igual, nem pode ter suas diferenças reduzidas, desconsideradas ou totalmente assimiladas. Coabitar mundos assim exige o cultivo de encontros significativos. Cultivo, não linha de produção; novamente com Sodré: “quando você está em perfeita harmonia com o mundo, isso dura pouco. Você não pode fazer uma indústria disso [...]” (Sodré, 2017, ‘15’50).

Assim, a emergência do território comunidade-biblioteca não é algo dado, nem ocorre de forma suave e garantida, mas depende da qualidade das relações estabelecidas e do cultivo de uma postura atencional que não é nada “natural”, capaz

³ Críticas, hipóteses e propostas de abordagens para o que seria essa forma dominante de existência serão desdobradas ao longo do trabalho. Mas, já assumo a posição de identificá-la às formas de pensar-ser-viver desenvolvidas a partir da modernidade colonial europeia, atualmente expressa na forma do capitalismo neoliberal globalizado, construído sobre os espólios e genocídios coloniais, supremacia racial branca, masculina, cis-hetero-normativa e capacitista.

de perceber e de trazer à tona os muitos e diferentes mundos presentes nesse encontro, para assim coabitar um mundo-conjunto, coengendrado pelas narrativas parciais de cada mundo, mantendo sua heterogeneidade.

Nas BCs, essa guerra de mundos apresenta uma potência para a composição de dispositivos que enfrentem os estigmas coloniais que afligem as comunidades periféricas. Também aqui a atenção é a chave para a análise de que histórias contam que mundos e quais serão percebidas e lembradas (Haraway, 2016b).

Ônibus lotado de novo, mas como tá frio, chega a dar um soninho a viagem até o centro de Porto Alegre. O “diretão” D72 vai pela freeway, contornando a cidade por fora, para chegar ao centro. Desço do ônibus no camelódromo e sigo andando, Voluntários da Pátria, Largo do Mercado. Subo a Borges de Medeiros, pego a Riachuelo e logo estou diante do prédio de arquitetura positivista da Biblioteca Pública do Estado. Lá dentro, acompanhado apenas pela bibliotecária do atendimento e dois já conhecidos moradores de rua, companheiros que leem o jornal do dia, percorro as estantes de enciclopédias e livros de literatura. Preciso ir pela borda da cidade para chegar ao centro dela, para chegar à biblioteca do centro, cujas paredes em restauração revelam antigas camadas sobrepostas de afrescos que exotizam outros povos, árabes, egípcios... lembro das pichações nos muros da biblioteca comunitária lá da vila, que antes foi postinho de saúde, depois posto da polícia, depois telecentro... também lá camadas, eras de inscrições sobrepostas, tanto nos muros, quanto nos sinais das diferentes ocupações, contam histórias: que histórias são essas? Que bibliotecas elas formam?

Acervo de Memórias: da Periferia ao Centro

2 TEMA, PROBLEMA, OBJETIVOS E DESLOCAMENTOS DA PESQUISA

A aposta desta pesquisa é a de que o território que emerge entre bibliotecas comunitárias e suas comunidades periféricas articula uma política atencional que, seguindo as pistas dos estudos da atenção de Citton (2017), Kastrup (2007, 2008, 2019b) e Caliman (2019; 2008; Caliman et al., 2018, 2020), envolve pessoas, lugar, livros, acervo, tecnologias, entre outros participantes – as traças do acervo, os morcegos que habitam o teto, o gato ou cachorro que frequenta o pátio.

Essa política de atenção inventiva⁴ possibilita a emergência de um modo de viver-junto e um modo de cuidado (Puig de la Bellacasa, 2012) que ativamente busque a percepção das diferenças e a reinvenção coletiva das histórias da comunidade,

⁴ A noção de uma política da atenção ou atencional será tratada adiante no texto.

oferecendo, para quem nele ingresse, oportunidade para conhecer, compreender, experimentar e inventar a si e aos mundos (Castrillón, 2018).

Assim, o tema desta pesquisa é a potência da atenção na produção de um território existencial entre bibliotecas e suas comunidades operado por uma tecnologia de composição e organização compartilhada de seu funcionamento. A questão da pesquisa, como formulada inicialmente no momento da qualificação do projeto⁵ foi: que ecologias e políticas da atenção se constituem quando bibliotecas e comunidades coemergem como mundo-conjunto?

Também para a qualificação do projeto, os objetivos apresentados foram: investigar os gestos e movimentos atencionais que se dão nos encontros em uma biblioteca comunitária em uma região periférica urbana; entender como esses gestos e movimentos constituem políticas atencionais e como essas políticas podem favorecer a emergência de um território que conta novas histórias com a comunidade.

A generosa avaliação da banca de qualificação do projeto para a dissertação, além de indicar interessantíssimas perspectivas para o desenvolvimento da pesquisa, emitiu parecer recomendando sua apresentação como pesquisa para doutorado. O parecer foi apresentado para deliberação da Comissão de Pós-Graduação (COMPÓS/PPGPSI-UFRGS), que acatou parcialmente a recomendação da banca, orientando pela apresentação de uma investigação teórico-conceitual e vivencial de parte do projeto como dissertação para obtenção do título de mestre e posterior ingresso no programa de doutorado para desenvolvimento da proposta inicial do projeto como tese⁶.

Desse modo, esta dissertação recoloca as questões e objetivos defendidos no projeto, buscando, neste momento, investigar conceitualmente a relação entre as políticas e ecologias atencionais e as práticas de organização de acervos em bibliotecas comunitárias e sua participação no coengendramento das realidades materiais das bibliotecas e comunidades, entendidas como mundos-territórios.

Assim, preservo, para desenvolvimento posterior no doutorado, a articulação original do projeto, cujo campo de pesquisa, na proposta inicial, pretendia investigar as políticas atencionais envolvidas no processo de co-engendramento de mundos-

⁵ Ocorrida em 24 de junho de 2022.

⁶ A reunião da COMPÓS/PPGPSI-UFRGS que deliberou a questão ocorreu no dia 13 de julho de 2022. A ata está registrada junto à secretaria do Programa.

conjuntos a partir da cartografia de encontros de leitura, saraus, rodas de conversa e outras atividades organizadas pelas bibliotecas e comunidades, bem como do trabalho e uso mais cotidiano e “silencioso” de uma biblioteca comunitária.

Recolocada, a questão-problema para esta dissertação se torna: como as ecologias e políticas da atenção se apresentam na constituição dos modos de funcionamento, das coleções e acervos de bibliotecas comunitárias? Como as políticas atencionais envolvidas nas práticas de formação de acervos e coleções em bibliotecas comunitárias participam da coemergência de mundos-conjuntos com suas comunidades? Observar os gestos e movimentos atencionais e os regimes de atenção nas atividades das BCs e nos processos técnicos bibliotecários de gestão de coleções, especialmente por meio das atividades de seleção e descarte de livros, definição de assuntos, classificação e catalogação – que, nas bibliotecas comunitárias costumam acontecer de modo participativo, em mutirões e com equipes de voluntários da própria comunidade – contribui para investigar os lugares da atenção nos modos como bibliotecas e suas comunidades coemergem como mundo-conjunto.

O campo da pesquisa foi também reconfigurado em relação ao projeto. A proposta original era acompanhar encontros na BC Girassol, no bairro Sarandi, Zona Norte de Porto Alegre, com a atenção cartográfica para os movimentos e gestos atencionais nas interações entre comunidade e biblioteca, e incluía a realização de uma oficina após os encontros de acompanhamento, ao final do campo. Para a dissertação, o campo será composto por narrativas ficcionadas de experiências que tive no trabalho voluntário em BCs, o que inclui a participação em ações culturais promovidas pelas bibliotecas, mutirões e encontros para formação de acervo e catalogação. As histórias que aparecem ao longo do texto articuladas como Acervo de Memórias, são os registros desse campo, ficcionalizações de histórias que vivenciei ou que escutei.

Considerando que na nova proposta o campo decorre de análises de situações de trabalho que aconteceram de forma espontânea, sem a proposição, por ocasião da pesquisa, de ações diferentes das habituais; e que a pesquisa mantém preservadas as identidades das pessoas envolvidas – pelo uso do dispositivo da ficcionalização das narrativas –, a pesquisa se enquadra no que determina a

Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso VII⁷.

Os caminhos para a construção do problema e objetivos de pesquisa, suas potências, desafios e também limitações, serão desenvolvidos ao longo da próxima seção e também nas seguintes.

3 MODOS DE PESQUISAR E NARRAR

Como acompanhar a emergência de mundos? É possível descrever o que acontece quando se constitui um território existencial? Pode essa descrição dar conta das intensidades e forças agenciadas em sua instauração? Seria possível acompanhar os deslocamentos e pousos da atenção no processo contínuo de criação/recriação desse território? Como um percurso desses afeta o pesquisador e os mundos pesquisados?

Partindo da noção de mundo esboçada neste trabalho, como uma materialidade que emerge na interagência dos seres em co-afetação com o meio, a pesquisa constitui ela própria um mundo em coemergência entre o pesquisador e o seu campo. Ao acompanhar os movimentos da atenção e seus gestos na processualidade dos encontros, a própria pesquisa emerge como mundo-conjunto. Desse modo, é também uma invenção: ela reinventa o mundo que pretende analisar a partir da forma como ingressa nele e de como conta sua história.

O que, para a ciência moderna, seria um problema de “parcialidade” – uma vez que considera a realidade como mundo preexistente à experiência –, na perspectiva assumida aqui é sua potência localizada, pois, como ensina Haraway, é na forma como situamos a parcialidade do conhecimento que podemos construir uma objetividade não inocente na pesquisa (1995).

Assim como o mundo de muitos mundos é composto pela interagência dos mundos em encontros parciais, os modos de pesquisar aqui articulados são uma composição de conceitos, pistas, autores e posicionamentos, sem compromisso com uma “pureza” na aplicação desses procedimentos, e sim com os mundos que eles são capazes de visibilizar e produzir. Ou, conforme Bernardes:

⁷ Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>.

Considerar esses procedimentos de investigação, mas, fundamentalmente, essas estratégias de pensamento é uma aposta em certos modos de fazer pesquisa. São apostas situadas, não apenas porque investigam problemas localizados/datados, mas também porque se fazem como percursos posicionados, por conseguinte, indicam desde o princípio a relação inextricável entre pesquisa e política (Haraway, 1995). [...] quando se trabalha com eles, acaba-se por pegar ferramentas dessas diferentes caixas, desses diferentes nomes próprios, e monta-se uma caixa própria, ou seja, uma caixa situada. Ao tornar essa caixa localizada, a aposta é justamente fazer da pesquisa um ato de composição e estabilização de outros mundos. (Bernardes, 2018, p. 293)

Desta forma, o percurso de pesquisa vai sendo tecido pelas histórias que conta, criando uma colcha de retalhos – ou uma cama de gato, como na proposta de Haraway –, um emaranhado de mundos nos e com os quais o pesquisador se envolve. Como nos bordados que fazia para minha mãe em troca de histórias em quadrinhos e livros⁸, a pesquisa segue os fluxos do campo, selecionando histórias e alinhavando uma tapeçaria de mundos em composição.

Seguindo com Donna Haraway, quando ela nos diz que importam que histórias contamos para contar outras histórias, que pensamentos pensam outros pensamentos, que histórias fazem mundos e quais mundos fazem histórias (2016b, p. 12, tradução nossa)⁹, sua advertência nos fala sobre um cuidado com mundos inextricavelmente emaranhados que aparecem, ou não, nas histórias que contamos. É também sobre cuidado que ela fala quando inventa o conceito de *response-ability*, que poderia ser traduzido como habilidade de resposta, mas não sem perder o jogo de palavras que Haraway faz no original em inglês com as noções de responsabilidade, resposta e habilidade, significando uma habilidade de responder responsabilmente ou a responsabilidade de dar respostas hábeis aos problemas colocados pelo encontro de muitos mundos. Essas formulações e conceitos, somadas à noção de figuração (2018) e à proposição de permanecer com o problema (2016b), fazem parte da caixa de ferramentas que tomo emprestada da autora para habitar histórias parciais no presente que o “abram” para novas possibilidades de futuro, sem o apagamento dos conflitos, dissensos e divergências que permeiam os encontros de mundos.

⁸ Conto melhor essa história no Acervo de memórias: [Leitura-costura de mundos](#), na p. 29.

⁹ No texto e contexto original: “*It matters what matters we use to think other matters with; it matters what stories we tell to tell other stories with; it matters what knots knot knots, what thoughts think thoughts, what descriptions describe descriptions, what ties tie ties. It matters what stories make worlds, what worlds make stories.*”

Aqui invoco uma de minhas escritoras preferidas, Ursula Le Guin, e sua teoria da ficção como cesto (1989)¹⁰ – ou bolsa, ou mochila –, para pensar a pesquisa como o percorrer nômade pelo território; e os movimentos de seleção e coleta das histórias encontradas pelo caminho, bem como a partilha dessas histórias com outras pessoas, como procedimentos desse percurso.

Le Guin problematiza a ideia, muito disseminada, de que a primeira ferramenta e dispositivo cultural da humanidade teria sido uma arma – como na icônica cena de abertura do filme 2001: uma odisseia no espaço –, um instrumento para aumentar a capacidade humana de bater, machucar e matar. Em vez disso, ela propõe contar a história da primeira ferramenta a partir de outro tipo de objeto: um recipiente, bolsa, sacola, mochila ou outro dispositivo para carregar coisas de um lugar para o outro.

Onde está aquela coisa maravilhosa, grande, longa, dura, um osso, eu acho, com que o Homem-Macaco bateu em alguém pela primeira vez no filme e depois, grunhindo em êxtase por ter realizado o primeiro assassinato propriamente dito, arremessou ao céu, e rodopiando lá em cima tornou-se uma nave espacial, abrindo caminho no cosmos para fertiliza-lo e produzir no final do filme um adorável feto, um menino, evidentemente, vagando pela Via Láctea sem (estranhamente) qualquer útero, nem mesmo uma matrix? Eu não sei. Eu nem mesmo ligo. Eu não estou contando essa história. Nós já a ouvimos, nós todos já ouvimos tudo sobre todas as lanças e espadas, as coisas para golpear e cutucar e bater, as coisas longas e duras, mas nós não ouvimos sobre as coisas para colocar coisas dentro, o recipiente para a coisa contida. Essa é uma nova história. Isso é novidade. E ao mesmo tempo, é antiga. Antes – se você refletir sobre isso, certamente muito antes – da arma, uma ferramenta tardia, luxuriosa, supérflua; muito antes da útil faca e do útil machado; juntamente com a indispensável enxada, o pilão e a pá – para que serve desenterrar um monte de batatas, se você não tem nada para trazer para casa as que você não conseguir comer? – junto ou antes das ferramentas que otimizam a energia, nós criamos uma ferramenta que traz energia para dentro de casa. (Le Guin, 1989, p. 187, tradução nossa)

A autora nos convida a pensar a história de como contamos histórias a partir desse deslocamento. Assim, propõe que as primeiras histórias não foram aquelas de heróis caçadores (geralmente homens) que retornavam das caçadas contando, ao pé de uma fogueira, dos perigos que enfrentaram para matar e trazer para o grupo um mamute ou outro animal de grande porte, ou histórias das guerras travadas com grupos rivais. Mas relatos das coletas feitas pelos caminhos por onde passavam as primeiras pessoas, compartilhadas – a partir de algum momento também ao pé de uma fogueira – com o grupo. Histórias e trocas de informação, partilhas de quais caminhos conduziam a boas coletas e quais evitar.

¹⁰ O título original do ensaio é: *The Carrier Bag Theory of Fiction*.

Conflito, competição, stress, luta etc., dentro da narrativa concebida como uma mochila / bolsa de transporte / ventre / caixa / casa / bolsa de talismãs, podem ser vistos como elementos necessários em um todo que ele mesmo não pode ser caracterizado como conflito ou harmonia, dado que seu objetivo não é nem a resolução nem a estase, mas um processo contínuo. [...] é evidente que o Herói não fica bem nessa bolsa. Ele precisa de um palco, ou um pedestal, ou um pináculo. Se você o coloca numa bolsa, ele se parecerá com um coelho, ou com uma batata. (Le Guin, 1989, p. 189, tradução nossa)

Histórias contadas assim saem do eixo dominante da competição para focar na colaboração, na interdependência como estratégia de sobrevivência e de convivência, de viver-com. Essas histórias não buscam anular o conflito, mas integrá-lo ao conjunto das coletas, tornadas ofertas em sua partilha.

No primeiro encontro para a leitura de pequenos contos, crônicas e poemas com os internos do manicômio judiciário, nosso grupo de extensionistas timidamente leu, para as internas e internos – nosso projeto conseguiu a façanha de operar com uma turma mista, masculina e feminina, na instituição –, dois contos que escolhemos. Elas e eles ficaram calados durante todo o encontro. Saímos dali com a impressão de que seria muito difícil envolvê-los na proposta a ponto que quisessem também escolher um conto e lê-lo para a turma. Para nossa surpresa, no segundo encontro, dois deles haviam escolhido trechos de livros – emprestados da biblioteca que estávamos criando juntos – e fizeram a leitura em voz alta. No terceiro encontro, algo totalmente inesperado ocorreu. Uma das internas, que até então não havia se manifestado, trouxe, numa folha amassada e escrita à mão, a história de sua vida, escrita para ser lida no nosso encontro. Ela pediu para que alguém de nós a lesse e escutou com muito interesse quando uma colega fez a leitura, por vezes fazendo pausas incontornáveis, em momentos bastante sensíveis da narrativa. Após esse encontro, outras internas – foram somente as mulheres que quiseram compartilhar suas histórias dessa forma – quiseram escrever suas histórias. Uma delas pediu ajuda à primeira pois não sabia escrever. O grupo teria se tornado uma oficina de escrita de si, se a instituição não tivesse revogado a autorização para a realização de encontros com os internos por um problema na oficialização do convênio com a universidade.

Acervo de Memórias: Partilhas de si

Desse modo, esta pesquisa opera como uma mochila (para ficar com um recipiente que uso com frequência), na qual coleteo e guardo histórias, memórias evocadas, talismãs encontrados no campo e também problemas, conflitos, descontinuidades e fragmentações sem, no entanto, buscar solucioná-los, mas fazê-los conectar, difracionar (Haraway, 2016b). Assim, para acessar os movimentos e pousos da atenção e coletá-los como histórias do/no/com os mundos, se faz necessário um modo de atenção aberto à processualidade dos encontros.

A coleta requer uma lógica diferente, uma sintonia e atenção aos processos e práticas de continuidade (não simplesmente finais), uma mudança de foco do herói para todos os “Outros” na história (mulheres, natureza etc.),

geralmente apresentados como solo, espaço de trama ou presa [nas histórias de heróis] (Adsit-Morris, 2017, p. 45, tradução nossa)

A cartografia, entendida como uma postura de abertura para as forças que atravessam o campo, oferece importantes ferramentas conceituais e metodológicas para esse percurso. A abertura para a complexidade envolvida nos encontros abrange a heterogeneidade do campo de pesquisa e do pesquisador permitindo acompanhar os fluxos e percorrer histórias, deixando-se levar pelo campo coletivo de forças para dar passagem aos afetos, sendo que o primeiro desafio é “[...] evitar que predomine a busca de informação para que então o cartógrafo possa abrir-se ao encontro” (Barros & Kastrup, 2015, p. 57). Um percurso cartográfico requer do pesquisador uma atenção especial ao que ele não espera encontrar: “às irregularidades, surpresas, inconsistências, às forças declaradas ou não e aos seus jogos, aos movimentos e devires. Não busca essências ou descobertas de objetos dados, e sim a problematização do que se encontra naturalizado” (Vorga, 2014, p. 797). Trata-se de uma postura atenta aos signos da processualidade, e isso torna a cartografia especialmente interessante numa pesquisa que procura alcançar uma sensibilidade aos gestos atencionais no território. São esses mesmos gestos da atenção que agenciam os mundos-territórios, os que importam à cartografia.

Virgínia Kastrup mapeia quatro gestos atencionais que compõem a atenção cartográfica:

[...] o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Baseados nas ideias de Deleuze, Bergson, Freud e da pragmática fenomenológica de Depraz, Varela e Vermersch, buscamos apontar que a atenção do cartógrafo não é caracterizada pela busca de solução para problemas dados e tampouco é orientada pelo interesse. O reconhecimento automático dá então lugar à experiência de problematização. Ele então se detém, pouso a atenção e o tempo cronológico é suspenso - vamos ver o que está acontecendo. Tal gesto constitui um pouso no movimento, e não uma pausa do movimento. Segue-se um processo de reconhecimento atento que, como ressaltou Bergson (1990), opera por circuitos inventivos, que vão produzindo sentidos num movimento sucessivo de retomada do problema, que fecha sem se esgotar num único sentido ou solução. (Kastrup, 2019b, p. 100–101)

O pouso da atenção, seguido pelo movimento de reconhecimento atento, entendido como experiência de problematização, caracteriza o tipo de atenção articulada na coleta das histórias que vão parar na mochila do pesquisador. Essa mochila não tem compartimentos para uma classificação prévia das coletas, pois a cartografia cria uma composição sempre compartilhada e imprevisível dos sentidos e afetos colocados em movimento no encontro, sendo necessário “[...] aprender a lidar

com tal imprevisibilidade, não apenas no sentido de tolerá-la, mas também de conseguir tirar partido dela, incluindo-a no processo de invenção.” (Kastrup, 2008, p. 192).

Pesquisar assim é como seguir indícios, entendidos como “fios de uma urdidura que permite que uma sensibilidade percorra um campo ao seguir certos rastros que vão aproximando outros indícios.” (Bernardes, 2018, p. 295). Do mesmo modo como

Quando um caçador se depara com um galho quebrado, essa percepção do galho quebrado só é possível porque um galho se compõe com a estrutura de uma planta, além de uma estrutura que o quebra de determinada forma, e não o amassa, por exemplo; o galho também é percebido porque o próprio caçador tem certo “corpo” para atentar aos galhos, ou seja, tem um conceito com o qual caminha, que o acompanha em termos de sensibilidade aos galhos.¹¹

O modo de atenção aberta que articulamos ao entrar em contato com os mundos depende também dessa sensibilidade ou desse corpo para perceber o que Anna Tsing chama de “linhas de vida” e descreve como uma “dança” ao acompanhar o trabalho de forrageamento (coleta) de cogumelos em florestas afetadas pela ação humana:

Seguir linhas de forrageamento como “dança” parece particularmente frutífero, porque a dança chama a atenção para dois outros atributos. Primeiro, as linhas de forrageamento são geradas por princípios cinestésicos específicos, correspondendo a variados programas estéticos e histórias de prática. Nem todos os coletores são iguais, sua arte importa. Em segundo lugar, as artes da vida humana se entrelaçam de maneira variada com as artes da vida de outras espécies, incluindo os cogumelos. Muitas espécies fazem linhas de dança. O primeiro desses atributos nos atrai para diversas histórias culturais dos usos humanos da floresta. O segundo nos permite seguir seres humanos e outras espécies reunidos à medida que geram conjuntamente paisagens multiespécie. (Tsing, 2019, p. 29)

A coleta descrita como dança situa o movimento – “nem todos os coletores são iguais, sua arte importa” – e ao mesmo tempo o conecta a todos os outros movimentos na dança. Assim, a pesquisa situada inventa um mundo que é agenciado pela “arte” do pesquisador que, na co-afetação com os mundos presentes no campo, produzem uma dança/paisagem/história/mundo-conjunto.

Os modos de narrar esse percurso de pesquisa devem apontar para um compromisso ético com os mundos-territórios acessados. Nesse sentido, tenho acompanhado o trabalho de Luis Artur Costa (2014, 2020), pensando o uso das narrativas ficcionais como dispositivo político-ético-estético para desenhar

¹¹ Ibid.

intervenções capazes de produzir deslocamentos nos modos de experienciar as relações com a cidade.

Todo narrar é político e toda política é narrativa. Todo narrar é afirmação de uma memória e toda memória é afirmação de uma narrativa. Toda narrativa é real e toda realidade é narrativa. Toda perspectiva onto-epistêmica ético-estética assume uma certa variação de políticas do narrar que envolvem uma certa relação-produção da memória, um certo estilo do viver juntas e um modo de perceberfazer a realidade vivida. (Costa, 2020, p. 187)

Dessa forma, penso o uso de narrativas ficcionais como modo de contar as histórias – que assumem a forma de cartas, micro-contos ou imagens – escutadas nos encontros nas BCs, de forma que elas próprias possam desenhar um território. Essas histórias virão espalhadas pelo texto, costuradas aos conceitos e contextos e nomeadas como Acervos de Memória.

Como mencionei na seção anterior, o campo cartográfico no qual me desloco para coletar e oferecer histórias é o campo de minhas memórias de episódios vividos e escutados no ativismo voluntário e atuação profissional com bibliotecas comunitárias. Ativismo e atuação essas que já contam com quase duas décadas de atividades em diferentes bibliotecas: visitas, mutirões, rodas de conversa, festas, saraus, mediações de leitura, pesquisas e o acompanhamento das atividades técnicas bibliotecárias nesses espaços. Também é o campo de lembranças sobre comunidades periféricas que contam ou não com a presença de bibliotecas. Conto histórias de meu lugar de origem e de tantos outros que frequentei ou vivi, seus muitos problemas e suas variadas potências. Ainda é um campo de sonhos e de desejos de mundos nos quais as bibliotecas comunitárias sejam instituições valorizadas pela intensidade dos afetos que mobilizam e pela forma como desenham junto com suas comunidades os seus mundos-territórios.

Meu compromisso com essas histórias e mundos não é narrá-los imparcialmente ou contá-los “como são”, como um modo de ilustração teórica. Mas narrar-inventar mundos a partir das relações que tive e dos afetos que acessei nas bibliotecas comunitárias e comunidades periféricas. Minha resposta(h)abilidade nesse processo é não apagar os conflitos, os dissensos que povoam essas histórias e deixá-los participar dos mundos que aqui conto e das propostas que faço, buscando com isso somar às vozes que lutam para que as bibliotecas comunitárias sejam reconhecidas como dispositivos potentes para a re-existência de seus mundos.

Tampouco a pesquisa se coloca como procedimento a ser reproduzido, generalizado ou universalizado, mas como exercício de afetação pela experiência, que quiçá possa inspirar outros percursos afetivos por mundos sempre situados.

Já mencionei que a mochila da pesquisa não tem uma separação interna em compartimentos, uma vez que a seleção de histórias no/do/com o território não comporta uma classificação prévia. Assim, ao entrar na mochila, as histórias do campo criam ligações entre si, vão conectando por fios diversos, o acervo de memórias, os relatos escutados, as interlocuções e intercessões da pesquisa. Busco articular esse emaranhado de fios e conexões como “cama de gatos”, ou *string figures* (figuras de corda). De forma que, ao “puxar” as polítics atencionais, se possa atentar para quais fios são tensionados, que conexões entre eles são mobilizadas e que figuras/imagens emergem em cada uma dessas configurações.

Haraway propõe o uso das figuras de corda em seu livro *Stay With the Trouble* (permanecer com o problema) como forma de “criar problema”, de adensar o emaranhamento de conexões que ligam companheiros ontologicamente heterogêneos tornando-se-juntos em uma complexa rede de coemergência e interdependência. Ela pensa as *string figures* como uma figuração tripla:

Primeiro, puxando fibras promiscuamente em eventos e práticas coagulados e densos, tento seguir os fios para onde eles levam para rastreá-los e encontrar seus emaranhados e padrões cruciais para permanecer com o problema em lugares e tempos reais e particulares. Nesse sentido, SF é um método de rastreamento, de seguir um fio no escuro, em um perigoso e verdadeiro conto de aventura, onde quem vive e quem morre e como pode se tornar mais evidente para o cultivo da justiça multiespécies. Em segundo lugar, a figura de cordas não é o rastreamento, mas a coisa real, o padrão e a montagem que solicita a resposta, a coisa que não é alguém, mas com a qual devemos prosseguir. Terceiro, figurar cordas é passar e receber, fazer e desfazer, pegar fios e soltá-los. SF é prática e processo; é tornar-se-com o outro em revezamentos surpreendentes; é uma figura para continuidade no Chthuluceno. (2016b, p. 3)

O que Haraway chama de SF serve como abreviatura para “[...] *science fiction, speculative fabulation, string figures, speculative feminism, science fact, so far.*”¹² Esse jogo de palavras é ele mesmo uma figura de cordas que agencia ficção, fabulação, especulação, fato, ciência e feminismo, deixando o caminho aberto para a entrada de outros atores na paisagem. Essa articulação evidencia como os regimes de imaginação social constroem os domínios de realidades, aproximando ciência, política

¹² Op. cit., p. 2. Tradução nossa: “ficção científica, fabulação especulativa, figuras de cordas, feminismo especulativo, fato científico, até aqui.”

e ficção. Nesse sentido, figuras de corda podem servir para fabular/materializar um sistema ético de consequências ontológicas baseado na processualidade de relações nunca inocentes, que possibilita problematizar o reconhecimento e a visibilidade dos participantes, um sistema ético no qual permanecer com o problema significa buscar as alternativas ainda possíveis de viver-junto em mundos feridos. Nesse ponto entra a habilidade de responder responsabilmente aos mundos figurados quando se puxa uma determinada corda.

Nos mundos das BCs e suas comunidades, uma forma de articular figuras de cordas pode ser a mobilização da atenção para “criar problemas” ao notar as linhas de vida traçadas entre a biblioteca e a comunidade. Perguntas e observações ao campo são como o movimento dos dedos em pinça puxando um fio/história e o movendo, acompanhando seus pontos de tensão, observando que figuras surgem com seus emaranhamentos existenciais. Essas figuras são trazidas à tona na forma de histórias que se possa habitar para viver-junto e fabular possibilidades de futuro que envolvam os muitos mundos que participam em um mundo-conjunto.

De tal modo, a composição narrativa desta dissertação emerge de um campo de práticas e afetações coletivas que, embora apresentadas por este pesquisador, foram acessadas e organizadas por agenciamentos coletivos, conjuntos e compartilhados da atenção e em tempos diversos, ou seja, o processo desta pesquisa segue os próprios modos de operação dos fenômenos que se dedica a estudar.

Para o registro das histórias e situações experienciadas no campo, conto com o diário de campo, uma ferramenta especialmente importante para o trabalho com a cartografia. É pensado aqui como um instrumento “que possibilita historicizar, registrar o cotidiano, e com isso colocar em análise os acontecimentos, propondo que ao escrever as vivências de um campo, emergem criação e análise.” (Nascimento & Lemos, 2020, p. 241). Dessa forma, o diário de campo não se propõe nem como ferramenta da objetividade (num sentido moderno), nem como expressão de interioridade psicológica, mas como algo que atravessa e é atravessado pelo campo, algo cuja composição se dá na co-afetação entre pesquisador e pesquisades, produzindo deslocamentos que acessam potências do encontro. Como já trabalhado acima, o diário de campo aqui precede o tempo de composição desta dissertação, inclui as memórias e fabulações que constituem a genealogia do problema da pesquisa.

O diário de campo, na perspectiva assumida aqui, é uma ferramenta que auxilia a observar as dobras que se formam sobre o pesquisador e o seu campo de memórias, contribuindo para desnaturalizar o instituído, provocar estranhamentos, permitindo acessar suas forças. Assim, o diário de campo, ao adotar a forma de cartas, memórias e fabulações, configura outro dispositivo ético-estético-político para a produção de uma escrita situada, comprometida com o campo e ao mesmo tempo capaz de deslocar e desestabilizar o pesquisador.

Em composição com o diário de campo, foi delineada uma constelação conceitual, buscando o diálogo possível – sem excluir os dissensos – entre trabalhos de diferentes autoras(es) em abordagens diversas e transdisciplinares, principalmente nos campos da Psicologia Social, Antropologia e Filosofia – mas também Biologia, Biblioteconomia e outros –, tendo os temas das relações entre centro, periferia e margem, bibliotecas comunitárias e a atenção e o cuidado na coemergência de territórios existenciais como eixos gravitacionais principais. Esta articulação foi pensada como proposta para entrar em relação com as potências dos territórios das BCs no co-engendramento de seus mundos e contar histórias das re-existências desses territórios frente ao desenraizamento da vida nas comunidades periféricas.

Nessa caminhada por muitos mundos e variados tempos, apresento histórias sobre as comunidades periféricas e suas bibliotecas e a forma como se organizam e articulam as políticas atencionais que agenciam o território biblioteca-comunidade, para – talvez em torno de uma fogueira – tirar da mochila e contar/dançar histórias de mundos de muitos mundos.

4 O QUE CARREGO NA MOCHILA...

O que eu digo aqui não foi dito só por mim. Carrego comigo muitas pessoas, conversas, leituras e vivências que coloco em diálogo. Mesmo o que não está citado e referenciado e, portanto, é fruto de minha própria elaboração do tema, emerge afetado por essa rede de experiências que me constitui. É também mundo e é também território que se coafeta na pesquisa.

A soma disso tudo é o que carrego na mochila para contar histórias. No entanto, a forma como apresento as histórias e como invoco as múltiplas vozes que me habitam para contá-las é de minha inteira responsabilidade e precisa ser

explicitada, pois as escolhas narrativas também criam mundos e esses mundos estão situados e datados, como me ensinou Ana Marcela Sarria (2015).

Citando novamente Ursula Le Guin e seu ensaio (1989), as histórias que coletamos em nossos caminhos e carregamos em cestas, bolsas ou outro recipiente são como frutas, raízes e folhas; são alimento e remédio... também são como pedras coloridas e brilhantes, artefatos esculpidos, coisas que investimos de beleza, valor e poder.

[...] a forma natural, própria e adequada do romance pode ser a de uma sacola, uma bolsa. Um livro contém palavras. As palavras contêm coisas. Elas carregam sentidos. Um romance é um feixe de talismãs, que mantém as coisas em uma relação particular e poderosa entre si e conosco (p. 189)¹³.

Vasculho minha mochila em busca de objetos que contem histórias para contar minha relação com a leitura e as bibliotecas.

Foi acompanhando a mãe nas idas às lojas de tecidos e aviamentos do centro de Porto Alegre que teve seu primeiro contato com a leitura. A estratégia da mãe para evitar uma criança entediada, o tempo todo puxando sua saia e pedindo um sorvete ou cachorro-quente, era lhe comprar um gibi da Turma da Mônica ou Pato Donald, que era devorado enquanto ela negociava o preço de alguma renda, ou do metro de algum tecido. Das primeiras vezes, apenas olhava os desenhos e inventava o conteúdo dos balõezinhos, cujos símbolos circunscritos ainda lhe eram indecifráveis. Conforme foi aprendendo a reconhecer, veio a descoberta de que guardavam histórias diferentes das que inventava.

...
Mais tarde, já não acompanhava mais a mãe em suas incansáveis barganhas com vendedores de tecido, mas a esperava em casa, ansioso pelo seu retorno, dessa vez com um gibi de super-herói (ela levava instruções escritas precisas, para que o senhor da banca não se enganasse com os títulos).

...
Alguns anos depois o adolescente bordaria vestidos em troca do dinheiro com o qual compraria seus gibis e seus primeiros livros nos balaies dos sebos do centro da cidade.

Acervo de Memórias: Leitura-Costura de Mundos

Iniciei a relação com a leitura permeado pela presença do trabalho de minha mãe como costureira e pela linguagem das histórias em quadrinhos. A leitura existe para mim como uma espécie de bordado de mundos, de histórias entrelaçadas,

¹³ Tradução nossa do trecho: “[...] *the natural, proper, fitting shape of the novel might be that of a sack, a bag. A book holds words. Words hold things. They bear meanings. A novel is a medicine bundle, holding things in a particular, powerful relation to one another and to us.*”. *Medicine bundle*, ou *sacred bundle*, são algumas das formas como é chamado um feixe de objetos sagrados para diversos grupos indígenas da América do Norte. O feixe possui propriedades curativas e é capaz de manter as pessoas juntas (Johnsrude, 2019). A palavra “talismã” pareceu a mais adequada para captar esses sentidos na tradução.

minhas e dos outros, que saltam em imagens coloridas, ou preto e branco, em traços de nanquim ou aquarelas – como nas novelas gráficas nas quais mergulhei na adolescência.

Esses mundos que criava lendo gibis (e depois livros) com frequência se chocavam com outros: dos adultos que conhecia e de outras crianças. Na família, ler era controverso: ao mesmo tempo que o estudo era coisa importante, de "gente inteligente", que poderia "levar longe", e que minha mãe nunca se furtasse de me presentear com gibis, a leitura por diversão era considerada perda de tempo. Estudo era o que se fazia na escola e o tema de casa, que envolvia apenas o livro didático e repetição. A leitura por prazer, tanto de gibis, quanto de livros – embora os últimos guardassem vagamente uma ideia de "inteligência" – não levava a lugar algum, era apenas sonhar acordado. Entre outras crianças ler parecia ser só chato, "parado", sem graça, pois a graça parecia residir em um tempo diferente daquele da leitura.

Nos dois casos, entre os adultos e entre as crianças com quem convivia, no bairro e na escola, parecia haver uma incompreensão ou falta de interesse pelos tempos da leitura e pelo que acontecia quando se adensava nessas outras temporalidades ao percorrer as linhas e páginas dos livros. Na escola, o gosto pela leitura não encontrava muita oportunidade de expressão e cheguei realmente a parar de ler por um tempo. Alfabetização e letramento ainda andavam separadas no cotidiano das escolas de periferia nos anos 80 – será que hoje não mais?

Mas havia a biblioteca e havia o recreio... foi o contato com a biblioteca da escola que primeiro povoou meu imaginário com essas instituições, suas estantes, corredores labirínticos e seu estrondoso silêncio. Nos curtos recreios, as rápidas incursões vigiadas – a mesa da professora responsável formava um perfeito panóptico com os corredores entre as estantes – mal possibilitavam iniciar qualquer leitura, mas foi o suficiente para deixar a indelével marca da curiosidade sobre os mundos escondidos sob cada capa e encadernação.

Meu interesse em estudar a atenção começou com um diagnóstico: transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), que recebi em 2005, quando tinha 25 anos. Ter esse diagnóstico – e as receitas médicas mensais de metilfenidato – me proporcionou uma forma totalmente nova de “prestar atenção à minha atenção”. A primeira grande transformação foi na forma como percebia e contava a minha trajetória escolar: tive então à disposição uma narrativa que atribuía a um desequilíbrio

de substâncias bioquímicas em meu cérebro o meu desempenho errático, misto de facilidade de aprendizado, “desatenção”¹⁴, ansiedade e evasão escolar. Por ser de uma geração anterior à consolidação do TDAH como transtorno, essa nova narrativa sobre meu passado e presente foi, de início, libertadora. Tudo o que tinha escutado até então sobre não ser “suficientemente esforçado”, “não querer aprender”, ser “preguiçoso”, ser “irresponsável”, perdia a força que tinha sobre quem eu era. Tinha agora uma explicação aparentemente mais gentil comigo: era meu cérebro que tinha defeito, que não produzia, ou que não conseguia operar direito, níveis funcionais de dopamina e noradrenalina.

O conforto do diagnóstico em pouco tempo mostrou alguns limites, entre eles a percepção de que nem tudo na atenção se resumia a estar “focado” ou “distraído”. Sob a ação do metilfenidato, eu virava uma máquina tarefaira, o que, de alguns modos, me ajudou com meu emprego na época e a concluir a graduação em biblioteconomia. Por outro lado, percebia que, na minha “nova atenção”, algumas habilidades que eu sempre valorizei, como a capacidade de fazer associações criativas, inventar histórias, buscar formas e caminhos novos para fazer as coisas cotidianas e até a intensidade da experiência estética e dos afetos ficavam enfraquecidas, embotadas. Não atribuo essas mudanças exclusivamente à ação do medicamento no meu corpo, mas, somado a isso, a um certo regime pouco explícito de expectativas sobre o que deveria ser a minha atenção e que de muitas formas contribuía para regular minha experiência.

Parei de tomar metilfenidato mais ou menos por esses motivos. Passei a buscar outras formas de me relacionar com minha atenção. Nessas buscas me deparei com técnicas como manutenção de diários, blocos de anotações, alarmes de celular, recados para mim mesmo, técnicas de memorização e também com posicionamentos críticos à forma como a atenção é articulada na sociedade. Sigo lidando com uma atenção que não corresponde ao ideal para o qual fui por anos – e sigo sendo, em muitos aspectos – preparado.

Um dos muitos aprendizados com esse processo foi o de perceber como as mudanças de perspectiva sobre o motivo da minha atenção funcionar do jeito que

¹⁴ Esse uso dessa palavra “desatenção”, como a dificuldade de manter o foco da atenção, será problematizado nas próximas seções.

funcionava acionaram novas composições históricas sobre o meu passado, novos gestos e posturas na experiência do presente e novas perspectivas de futuro.

Posso dizer então que o interesse que articula esta pesquisa é permeado pela minha experiência com a leitura, uma certa tendência à fabulação e ao devaneio e pelo duplo papel que atribuo à atenção na forma como conto e re-conto a minha história: tanto como “personagem” ou elemento das histórias, quanto como articuladora das composições narrativas.

O percurso da pesquisa também se constrói na relação com o meu lugar de origem. Cresci na periferia de Porto Alegre e carrego também na mochila/corpo marcas desse lugar. De forma que contar histórias sobre as periferias urbanas é contar histórias nas quais sou também personagem e narrador.

Carta à Vila Santa Rosa de Lima (StR)¹⁵

Na minha infância e adolescência tuas ruas representavam três coisas para mim: primeiro o perigo, depois a curiosidade e então a raiva. Tu foi ora meu "eles" ou meu "outro", ora meu "nós" minha "comunidade", nessa época.

Até os 10 anos de idade, quando morava na vila¹⁶ ao lado, o que escutava sobre ti dizia respeito às tuas bocas¹⁷ violentas, ruas sem calçamento, casas sem energia elétrica e gente perigosa. Não se podia confiar em quem vinha da Santa Rosa (StR).

Na escola, mesmo que boa parte dos colegas morasse no teu chão, e não parecessem especialmente intimidantes, se sustentava a imagem de lugar perigoso. Quem estudava nas escolas da StR eram marginais, provavelmente andavam armados e matariam quem cruzasse com eles na rua e sustentasse o olhar. "Quê que tá encarando?"

Quando minha família mudou para a rua da lombaa eu tive muito medo. Medo de andar pelas tuas ruas, de ser intimidado pelos guris que vendiam droga nas tuas esquinas. Eu era o guri branco que vinha da vila fraca, provavelmente nem andava armado. Nesses primeiros tempos, carregava um estojo no bolso do casaco, fingindo que era um revólver...

Minha família tinha um certo deslocamento em relação à vida na cidade. Meu pai, uruguaio, cresceu na campanha. Trabalhava na fazenda do tio até vir tentar a vida no Brasil, em Porto Alegre. A família de minha mãe veio de São Gabriel, também de um meio rural e até hoje moram na cidade de Alvorada, tua vizinha ainda mais estigmatizada. Minha família é fruto do êxodo rural da década de 60 e 70. Mas ali no teu território, todo mundo estava deslocado, uns pelos fluxos migratórios e diásporas, outros pela desterritorialização provocada por uma política de exclusão da periferia da vida do centro, mas o fato era que o próprio deslocamento possibilitava alianças para tornar a vida vivível.

Depois de um tempo, fiz amizades e passei a conhecer melhor algumas de tuas paisagens. Aí já era parte de ti, por mais que nunca me sentisse inteiramente aceito, nem aceitasse totalmente, fiz minhas alianças. O que falavam de ti nem sempre era verdade, mas havia mesmo uma grande violência em tuas ruas: a violência desse olhar e fala que te designava como lugar marginal. A violência dos

¹⁵ Carta escrita no contexto da disciplina de Metodologia da Pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional UFRGS.

¹⁶ Em Porto Alegre, a forma “vila” é utilizada como sinônimo preferencial para favela, ou comunidade periférica.

¹⁷ Boca: gíria gaúcha para ponto de tráfico de drogas ilícitas, equivale à biqueira em outros estados.

discursos que te estabeleciam como comunidade periférica, isolada dos recursos do Estado/Mercado, isolada de investimento, isolada de cidadania, isolada de "humanidade".

Te odiei na adolescência. Queria ser do Bom Fim, da Cidade Baixa, do Centro e até mentia sobre ti... Dizia que era do teu vizinho Parque dos Maiais, parecia mais... civilizado... Te renegava. Andava por esses outros lugares e convivía com pessoas que pouco sabiam de ti.

Nessa época eu respirava rock e punk. As bibliotecas públicas, centros e casas de cultura (tudo o que pudesse acessar de graça, passando por baixo da roleta no ônibus) semeavam em mim um certo sentido estético do que era desejável. Os balaios dos sebos do Centro e a Feira do Livro de Porto Alegre começavam a formar uma pequena biblioteca no meu quarto. Minha percepção era a de que não havia "cultura" em ti, que se eu quisesse ler e pensar, tinha que ir a outros lugares.

Rock e punk. Desse último, tive contato com uma forma de resistência. Com a ideia de que o "sistema oprime" e era preciso resistir. Era assim, sem elaborar muito na época, mas, foi do punk que veio o alerta: o pagodão dos teus finais de semana, que eu até aí desprezava, a milonga uruguaia do meu pai, o rap das esquinas, os tambores dos terreiros, carregavam mais resistência que o rock que eu escutava.

Ainda levou um tempo para que eu entendesse a mensagem e percebesse que minha raiva e nojo de ti era racismo e classismo. Era vergonha de ser parte de ti, diante de tudo que se apresentava como "melhor" vindo do centro rico e branco da cidade e do mundo, e que em boa parte nós daí não podíamos acessar. Tinha vergonha das muitas culturas que, expulsas do centro da cidade, do campo e de outros lugares ainda mais ao Sul do Mundo, faziam morada nas tuas casas de muitos puxadinhos em terrenos ocupados.

Então, a vergonha se inverteu e eu passei a encher a boca pra dizer "sou da perifa!". Mas por dentro me sentia um desertor, ou melhor, sentia que nunca havia sido realmente daí. Minha branquitude e minha inclinação para a leitura e estudo me afastavam radicalmente da imagem que fazia de ti. Mais uma vez, o racismo e a colonialidade habitavam meu olhar sobre o que de ti há em mim. Então um branco que lê e estuda não pode vir da periferia? Quer dizer que ter superado os subempregos e ter entendido (mais ou menos) os códigos acadêmicos me fazia menos "periférico"? Essa ideia mantinha exatamente o lugar colonizado que te designaram e que eu agora tanto questionava. Também escondia as marcas que facilitavam o meu trânsito por outros lugares centrais: a cor da minha pele, uma certa linguagem aceita como "cultura".

As marcas no meu corpo: a gagueira e taquicardia nas falas em público, a luta para aceitar que tinha algo a dizer, do lugar de onde vim, traduzem em gesto, ou melhor, em hesitação, parte disso, desse deslocamento. Marcas que ainda carrego...

Ainda hoje vivo nesses dois mundos. Já não moro no teu chão, mas minhas raízes e meus frutos estão aí: meus pais, minha filha mais velha e meu neto ainda moram aí. O que me mantém em constante fluxo de presença em teu território.... Vivo nesse entrelugar, entre a Margem e o Centro. Deslocado em ambos.

Quando estudei biblioteconomia, fui percebendo como as bibliotecas, os museus, os centros e casas de cultura, que eu tanto amava e nos quais queria tanto estar, te desprezavam. Faziam isso "fingindo" que se importavam, trabalhando para levar A Cultura para tua população desassistida... As melhores intenções vestindo a velha colonialidade, com novas versões da surrada caridade.

Cultura, assim, esvaziada de diversidade, associada a um regozijo da alma branca, uma dimensão isolada da vida. Um lazer para aqueles com a barriga cheia e as mãos, costas e pernas livres do peso de sustentar toda a sociedade, de limpar seu lixo, reciclar seus dejetos, consertar seus esgotos e encanamentos, construir suas casas e prédios e garantir sua segurança. No teu território, essas eram as atividades de boa parte das pessoas.

Os salões e prédios históricos das bibliotecas centrais (bem como as das universidades) nunca te disseram muito. São monumentos brancos que não convidam tua gente a entrar... a não ser para limpar, pintar, reformar, cuidar... Não comportam teu conhecimento, registrado na carne de tua gente e da tua paisagem, que diz de diferentes lugares e tempos.

Mas esses saberes aí estão, juntos, não pela ausência do conflito, mas justamente por terem que viver com ele, por compartilharem os diferentes modos de existência e de resistência.

Tu (r)existe na intersecção e negociação entre esses mundos heterogêneos. Mundos descendentes das diásporas, migrantes do campo, refugiados e proletários, florescem em teu solo. Culturas pretas, indígenas, latino-americanas, africanas, caribenhas, periféricas, "atrasadas" e "selvagens". Mundos onde o tempo corre diferente, não é a flecha linear da produtividade e do consumo. São tempos que, mesmo num espaço urbano, seguem cíclicos e espiralares, como as roças, as matas, as águas e as histórias que ainda habitam o olhar e a memória da tua gente.

Filho desse entrelugar, devo tanto a ti e a teus mundos quanto ao centro – que, vejam só, também não é só um – a minha localidade e as inquietações que me movem a entender como teus mundos mutantes entram na roda, nessa capoeira da variação constante, jogando com a multiplicidade dos modos de viver e seus atravessamentos.

Carrego também na mochila a relação com as bibliotecas e especialmente com as bibliotecas comunitárias. Relação que se mistura com o ativismo por formas comunais autônomas de organização social. O período da graduação em Biblioteconomia coincidiu com meu envolvimento com o pensamento anarquista, fruto de relações que cultivo desde a adolescência, entre punks nos bares e praças da cidade, nas feiras de livros e nas viagens que fiz.

Mesmo na rodoviária de uma cidade grande, as roupas pretas cobertas por "patches" e rebites identificam punks de longe. Levanto, pego minha mochila e a mala com os zines e caminho na direção delxs¹⁸. Nos cumprimentamos e saímos a caminho do squat. É preciso cruzar dois bairros para chegar na okupa e vamos caminhando, botando a conversa em dia e nos revezando para carregar os zines. A conversa segue pelos enfrentamentos que o pessoal tem de fazer pra se manter no rolê. Xs compas me dão dicas das melhores lojas e mercados pra manguear¹⁹, contam do acordo com feirantes para pegar a xepa da feira em troca de ajuda na montagem das bancas, quais vizinhxs são parceria e quais caguetam os corres da galera do bairro, várias fitas.

Chegamos no squat e o Rata me mostra onde vou ficar, no alojamento improvisado no forro. – Normalmente são os ratos e morcegos que dormem no forro, aqui são xs punk - brinca ele.

O squat é uma casa que estava abandonada há 10 anos num bairro de classe média-baixa, mais próximo da periferia.

– Baixa o suficiente pra todo mundo ser trabalhador assalariado, média o suficiente pra todo mundo ser metido a besta – tira onda o Moska.

¹⁸ Neste trecho de memórias optei por utilizar o “x” como caractere para linguagem inclusiva de gênero, tanto como um recurso narrativo para lembrar o estilo da comunicação nos zines punks, quanto para evidenciar os limites dessa escolha: a substituição por “x” dos caracteres que fazem marcação de gênero não é lida por softwares conversores de texto em voz, constituindo um problema de acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou cegas. Perceber demandas de mundos diferentes é tão difícil quanto necessário.

¹⁹ Manguear vem de “yomango, expressão espanhola para “yo mango” (eu furto), designando a prática de furtar de grandes estabelecimentos comerciais como forma de sabotar o sistema capitalista. No Brasil, o yomango toma formas bem particulares, expressas nas variações “manguear” ou “yomangue” (no Recife, em referência à cultura do mangue), entre outras, e revela importantes reflexões sobre a seletividade penal, como quais corpos conseguem burlar os sistemas de vigilância das lojas e quais são penalizados (Borba, 2017).

– O fato é que a galera que fez a pesquisa viu que a casa tava em litígio há um tempão e que nenhuma das partes tava muito interessada em resolver, aí entramos e tamo aí - explica Juana

– Especulação. tão esperando valorizar a área pra se "interessar"... ah, mas vão esperar sentada, não, deitada dormindo ou morta, que se depender de nós isso aqui vai seguir sendo okupa de punk, bixa e sapatão – emenda Vina. Segue o papo até o fim da tarde e então todo mundo começa a montar suas banquinhas. O festival do aniversário de 3 anos do squat começa às 19h.

Durante a roda de conversa sobre bibliotecas libertárias rola um vinho tinto magueado do mercado enquanto xs presentes falam sobre a movida editorial de zines como memória social escrita e visual nômade do rolê. A maioria presente produz e distribui zines, de modo que na roda tinha material de todo o país e de alguns hermanxs. A troca de zines no final da feira faz circular essa produção toda: o que não vende pra bancar a passagem da galera, entra na roda pra chegar noutras movidas, outras okupas, outros rolês como este.

Acervo de memórias: Bibliotecas Libertárias Nômades

Na graduação em Biblioteconomia, me deparei com um currículo predominantemente técnico e um cenário profissional que valorizava a atuação em bibliotecas universitárias ou especializadas – bibliotecas jurídicas, de instituições de pesquisa, órgãos públicos etc. –, enquanto as bibliotecas públicas e escolares despertavam pouco interesse e as comunitárias praticamente inexisiam nas grades curriculares e nos interesses de pesquisa de professores e estudantes.

A especialização da Biblioteconomia como um saber teórico e prático associado ao tratamento e gestão da informação acabou por afastar o foco da disciplina da análise crítica das relações sociais e culturais que povoam as bibliotecas. Com esse direcionamento, a especialização do conhecimento científico é com frequência tomada como a “complexidade” do campo de atuação bibliotecário. Embora o papel e a função social de bibliotecas e bibliotecários nunca tenham deixado de ser pautas importantes nas discussões acadêmicas e profissionais, nos currículos acadêmicos pouco se atentava para as hegemonias ontológicas que arbitram o que é científico e o que não é e o que deve estar nas estantes, catálogos e serviços das bibliotecas. O resultado é a reprodução das hierarquias sociais sobre os saberes, com todas as desigualdades e apagamentos presentes nos instrumentos e ferramentas do fazer bibliotecário, em sua posição profissional e na forma como são tratadas as comunidades atendidas pelas bibliotecas.

Encontrei no ativismo heterotópico das bibliotecas comunitárias uma fonte de inspiração para seguir um caminho diferente. Pouco a pouco, essas bibliotecas têm expandido um território muito potente por meio do trabalho em redes. E esse trabalho não tem passado despercebido pela academia, como demonstra o intenso interesse pelo tema e seus problemas em novos trabalhos, que abordarei nas próximas seções.

Carrego junto na mochila a pretensão de contribuir com essas novas aproximações das bibliotecas a partir de suas relações com as comunidades que integram.

As formas de organização “desde baixo” propostas pelas incontáveis correntes do pensamento anarquista encontram paralelos muito fortes no atual panorama das bibliotecas comunitárias na América Latina, no Brasil e em suas raízes históricas. Os princípios da autogestão e do apoio mútuo, a busca pela horizontalidade nas relações e a preferência política pela ação direta, embora não apareçam com esses nomes, estão bem presentes na forma como são criados e geridos esses espaços e na sua relação com as comunidades nas quais se instalam.

Pensar as bibliotecas como espaço de encontro comunitário é a forma como procuro articular todos esses afetos que me atravessam: a paixão pela leitura, fabulação e a aposta na atenção como via de engajamento político da imaginação na construção de futuros que resistam à fragmentação da vida comunitária e no poder das histórias em dar visibilidade e impulsionar esses afetos pelo contágio.

A literatura de ficção científica (ou especulativa), se tornou, nesse cenário, uma espécie de guia, mapa, referência ou bússola, pela qual se torna possível posicionar o leme e as velas do barco, para que os ventos o conduzam a lugares ainda inexistentes, mundos ainda por serem inventados e experimentados. O que nem sempre acontece de maneira fácil, pois – como o feiticeiro Ged, da saga de Terramar, de Ursula Le Guin, que segue os fluxos indeterminados do vento para enfrentar um aspecto sombrio de si mesmo (2016) – os encontros com a diferença se chocam com os limites da biblioteca e do bibliotecário, os obrigando a expandir, modificar, movimentar e reinventar a si.

E isso me leva ao meu momento profissional atual e à minha vinculação ao mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Em 2018, ingressei como servidor no cargo de bibliotecário-documentalista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lotado na Biblioteca do Instituto de Psicologia. Cheguei buscando uma atuação que se aproximasse mais do meu ativismo na educação e por organizações comunitárias. Assim, propus ações que são muito comuns em bibliotecas comunitárias, mas que ainda encontram pouco espaço nas acadêmicas: ações culturais como exposições, debates, conversas, oficinas, saraus, performances etc., buscando ocupar o espaço da biblioteca com outros saberes além dos acadêmicos e com experiências sensíveis. A proposta encontrou

uma ótima receptividade da comunidade acadêmica, especialmente dos grupos e projetos do departamento de Psicologia Social e Institucional, que se tornaram grandes parceiros na construção dessa biblioteca híbrida, acadêmica e comunitária. As abordagens teóricas e metodológicas da Psicologia Social aos poucos contagiaram minha imaginação e se mostraram ferramentas muito potentes para a investigação das dimensões sociais e existenciais das bibliotecas.

Assim, em 2021 ingressei no mestrado neste PPG, com a orientação da Prof. Cleci Maraschin, e passei a integrar seu grupo de orientação, em conjunto com a Prof. Vanessa Maurente, e o Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NuCOGS) no qual, além das professoras citadas, também participa o Prof. Luis Artur Costa. Com este último, desde 2019, coordeno um projeto de extensão chamado “Biblioteca Viva: laboratório de criatividade”, que me permitiu articular minha atuação voluntária nas BCs com meu trabalho na Universidade. Em 2022, passei a integrar também o grupo de pesquisa Políticas do Narrar proposto por Luis Artur.

Nesses grupos e nas disciplinas que tenho cursado dentro e fora do Programa, tenho acessado discussões teóricas, problemas e práticas de pesquisa que têm transformado meu entendimento sobre o tema da atenção, especialmente seu papel no coletivo, na produção de territórios existenciais, bem como discussões sobre as ontologias, as realidades e o papel da ficção na produção de mundos e nos modos de narrar a pesquisa, em cruzamentos interdisciplinares com antropologia, filosofia e literatura. Também, a partir das propostas teóricas dos feminismos, pensamento negro, críticas da colonialidade e discussões sobre as interseccionalidades, tenho desenvolvido uma perspectiva que tento articular neste trabalho, na busca de uma pesquisa situada ética, estética e politicamente na resistência e re-existência às lógicas racistas, classistas, sexistas e capacitistas que organizam nossa sociedade.

De forma bastante resumida, esta é a mochila que carrego para a pesquisa. São esses afetos que me acompanham e suas implicações estão profundamente conectadas com todo o processo da pesquisa.

5 CENTRO, PERIFERIA E MARGEM: POLÍTICAS DA ATENÇÃO COMO RE-EXISTÊNCIA PERIFÉRICA

Procuró ocupar esta pesquisa com histórias que atentem para as potências das BCs e comunidades periféricas como proliferadoras de uma multiplicidade de modos de

existir e resistir e faço isso por uma escolha ética e política de valorizar histórias pouco escutadas dessas e sobre essas comunidades, mas que são contadas cotidianamente, especialmente nos encontros realizados nas BCs. É uma escolha da pesquisa, portanto, contar histórias da potência desses territórios-mundos, daquilo que afirma sua existência. Histórias da alegria que dá a “liga” de suas relações constituintes.

No entanto, é preciso considerar que o encontro dos mundos periféricos se dá em constante tensão com as narrativas hegemônicas que compõem mundos de um único mundo. Mesmo que esses mundos únicos não passem também de histórias na composição do território, são histórias que contam com um imaginário racista e marginalizador, impulsionado e acelerado pelas capturas atencionais neoliberais das mídias, pesando sobre os mundos periféricos, buscando aniquilar outras formas de existir e cancelar futuros desviantes. Como nos fala Dagualberto Silva em sua recente dissertação²⁰:

Ao passo que temos a “literatura” inventando territorialidades de convivência por meio das bibliotecas comunitárias, dos saraus, do rap e das mais diversas práticas culturais de periferias, também temos operações criminalizantes que fabricam “extraterritorialização”, produzindo territórios de “fogo cruzado” entre a polícia e os grupos ligados ao tráfico de drogas consideradas ilícitas (2022, p. 18)

Esse “fogo cruzado” de narrativas sobre as periferias atravessa e constitui os mundos periféricos co-existindo e disputando o território.

A necropolítica teorizada por Achille Mbembe (2016) a partir da articulação crítica dos conceitos de biopoder de Foucault, das noções de soberania (*imperium*), estado de exceção e *conditio inhumana* de Agambem, com a crítica à violência colonial de Fanon, opera principalmente por uma política racializada de morte das pessoas e saberes periféricos que, nos contextos brasileiros, se expressa na guerra ao tráfico, na truculência seletiva e criminosa das polícias, no encarceramento em massa e nas chacinas operadas nas periferias, no extermínio das populações originárias e de seus modos de vida e no apagamento e estigmatização das linguagens e saberes periféricos. Toda essa “tecnologia de produção e gestão de morte” (Silva, 2022, p. 21) é direcionada de forma bastante específica às populações não brancas historicamente marginalizadas nas periferias. As mídias dominantes e o Estado/capital pautam as

²⁰ Descobri a dissertação do Dagualberto Silva quando escrevia o projeto, com o convite para assistir sua defesa feito pela professora Carolina dos Reis (PPGPSI/UFRGS) que compôs a banca. “Alguém da Psicologia pesquisando bibliotecas comunitárias! Que oportunidade rara para um bibliotecário que pesquisa Psicologia Social!” pensei. O trabalho dele se faz bastante presente aqui, especialmente na composição dos problemas para esta seção, onde investigo(amos) as relações entre a cidade/território, centro e periferia e bibliotecas comunitárias.

periferias e as vidas das pessoas cotidianamente e contribuem – com um peso enorme – na reprodução de um imaginário e de um modo de atenção racista que mantém essas comunidades em condições “marginais”.

Estou nervosamente disperso zapeando redes sociais. Os algoritmos – que são espécies de mapas que circunscrevem trajetos nada neutros na cidade-informação – me apresentam uma matéria²¹ divulgando a ligação com o tráfico de parte das pessoas assassinadas pela polícia na mais recente chacina do Jacarezinho. Ligação descoberta através de postagens de seus perfis das redes sociais. Pessoas cujo sangue ainda tinge de vermelho as ruas e becos da favela carioca.

Nas postagens, os perfis divulgam promoções de drogas: "Maconha de 50, carga nova, só na Boca do Fundão", "A mais servida do RJ, só iguarias originais, na Boca do Fundão". Nas fotografias, pessoas negras manipulando pacotes de droga, fuzis, notas de cem reais, mobilizando o imaginário racista, conservador e bélico contra a favela.

Na Boca do Fundão... foi onde ocorreu a maior chacina já promovida pelo Estado até hoje nas favelas cariocas... 29 pessoas viveram e morreram no Fundão. Nesse fundão para onde são destinados os corpos pretos e pobres, para viver e morrer.

Acervo de memórias: A Boca do Fundão

O Fundão é parte do labirinto-favela. É ao mesmo tempo cova e proteção para quem desvia das formas aceitas na cidade planejada. Por um lado, ser do Fundão é não poder acessar as oportunidades, confortos e reconhecimento da cidade planejada e sair do Fundão é progressivamente mais difícil conforme a pessoa apresenta certas marcas, como cor da pele, recursos econômicos, posições de gênero e capacidades físicas.

O modo de atenção articulado pela mídia e reiterado nas relações sociais entre o centro rico e branco e a periferia pobre e preta estabelece o Fundão como o lugar de atuação do necropoder. Quando a polícia confunde guarda-chuvas²² e cabeceiras de cama²³ com fuzis; garrafas de água, celulares e furadeiras²⁴ com revólveres e pistolas²⁵, o faz articulando uma atenção específica, nunca direcionada a pessoas brancas. Quando algoritmos de reconhecimento facial utilizados pelas polícias

²¹ Mortos no Jacarezinho exibiam 'feirão das drogas' na internet, aponta relatório. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/11/mortos-no-jacarezinho-exibiam-feirao-das-drogas-na-internet-aponta-relatorio>.

²² “Polícia confunde guarda-chuva com fuzil e atira e mata um jovem negro” (<https://www.geledes.org.br/policia-confunde-guarda-chuva-com-fuzil-e-atira-e-mata-um-jovem-negro/>)

²³ “PM confunde peça de madeira com fuzil e mata catador de recicláveis no Rio” (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/pm-confunde-peca-de-madeira-com-fuzil-e-mata-catador-de-reciclaveis-no-rio.shtml>)

²⁴ “Bope confunde furadeira com arma e mata homem no Rio” (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2005201010.htm>)

²⁵ “Bíblia, guarda-chuva, marmita: lembre o que policiais já 'confundiram' com armas durante operações” (<https://br.noticias.yahoo.com/biblia-guarda-chuva-marmita-relembre-o-que-policiais-ja-confundiram-com-armas-durante-operacoes-162900845.html>)

confundem rostos em imagens de câmeras classificando pessoas aleatórias como “suspeitos”, raramente o fazem com pessoas brancas.

– Cara, faz 6 meses que tu não trabalha mais nessa firma, por que cargas d’água, tu ainda anda com esse crachá pendurado no pescoço???

– Bah mano, se tu não sabe o porquê que eu faço isso, é só porque tu é branco.

– Mas o que que tem a ver?

– Mano, tu já reparou que eu só ando com o crachá pendurado de noite?

– Não tinha reparado não...

– Então, preto andando na rua de noite precisa de um “alibi” tá ligado? Os porco só entende isso: preto de noite é bandido, a não ser que a gente carregue uma bíblia ou que prove que trabalha. Como eu sou batuqueiro, uso esse crachá...

Acervo de memórias: Alibis noturnos

Por outro lado, quem vive no Fundão guarda seus códigos, suas formas e sentidos de convivialidade, suas próprias escrituras em paredes e muros, suas gírias e interesses, rituais e crenças. Modos de vida e de convívio resistem nos becos e vielas sem calçamento, nos complexos amontoados de puxadinhos, muitos feitos das sobras de materiais de construção que elevam as torres e condomínios nos bairros centrais planejados. Composições éticas e estéticas feitas com o que é descartado no lado mais branco da cidade e que escapam às escriturações públicas de propriedade²⁶ e, por essa espécie de heresia ao capital, são também invadidas, removidas ou "urbanizadas" em projetos homogeneizantes de casas populares.

"A Vila cresce como um câncer..."

... Essa foi a frase (mais ou menos assim) que escutei certo dia, de um cara no Direção D72, enquanto o ônibus passava em frente à nova Vila Dique, então instalada havia alguns anos na divisa com a Vila Santa Rosa.

Ele se referia ao complexo de puxadinhos e anexos incorporados às casas populares planejadas que, na época em que foram entregues aos novos moradores, compunham uma paisagem retilínea e homogênea. Também se referia aos montes de lixo e materiais de reciclagem que se acumulavam nos canteiros onde deveriam crescer árvores e plantas, conforme o planejamento original do bairro popular. "Pobre não merece morar bem". Foi a resposta que escutei ao comentário no ônibus.

De fato, pouco sobrava daquela paisagem disciplinada que fora publicada nos jornais da cidade, celebrando o empreendimento financiado pelo banco público, projetado por empreiteiras e executado a baixo custo.

Um pátio de entrada fora fechado com muros e agora era mercadinho; outro havia se tornado oficina mecânica; uma casa apresentava uma laje inacabada sobre a qual cachorros latiam e varais de roupa tremulavam ao vento; duas casas unidas e cercadas se converteram em uma igreja evangélica, outra exibia as cores de um terreiro, com a característica casinha de Exu; uma casa "cresceu" ocupando parte da calçada; outras tantas em

²⁶ Problematizaremos a identificação entre “propriedade” e “território” nas seções seguintes.

fase de obras, desafiavam a imaginação a figurar que novas formas e usos emergiriam desses projetos.

Fiquei pensando em como o surgimento de uma paisagem caótica e desordenada a partir dos esforços de urbanização se assemelha mesmo ao comportamento de um câncer no organismo. Um câncer, numa explicação bem superficial, é a reprodução desordenada de determinadas células que, por mutações, desviam do esperado para células saudáveis. Essa reprodução caótica gera células vivas pouco ou nada funcionais para o organismo, e acaba por colocá-lo em risco. O tratamento muitas vezes é uma agressiva combinação de intervenções químicas, radiológicas e cirúrgicas visando extirpar as células cancerosas e geralmente enfraquece todo o organismo.

Acervo de memórias: A Vila cresce como um câncer...

A figura do crescimento da vila, da comunidade periférica, como um câncer oferece uma boa analogia para pensar relações de resistência na cidade-organismo. O crescimento desordenado da arquitetura de puxadinhos nas vilas e favelas é a face mais evidente da precariedade de condições sociais impostas às comunidades periféricas, mas também da heterogeneidade de modos de viver e habitar os espaços urbanos, que brota longe do policiamento urbanístico dos bairros centrais e "nobres" da cidade. Esses modos de habitar a urbe nas periferias apresentam inúmeros obstáculos à racionalização da vida no projeto desenvolvimentista moderno.

A política "bem-sucedida" de urbanização dos bairros removidos para as periferias não passa de uma história que é altamente persuasiva. É o que Marilyn Strathern (2014) caracteriza como uma construção social que apagou seus traços de construído e se oferece como fato natural, fazendo parecer que as linhas higienistas das cidades planejadas são o caminho natural – e único – de desenvolvimento urbano: “é assim / sempre foi assim / é melhor assim”.

Contar a história da vila como câncer da cidade planejada é curto circuitar os enunciados, discursivos ou de outras materialidades, que se pretendem universais sobre esse "desenvolvimento". É uma figuração para evidenciar o paradoxo de um projeto tão “perfeito”, mas que esconde a necropolítica, que atua decidindo quais corpos – e modos de vida – são considerados células defeituosas ou cancerosas da sociedade e que se pode matar: em geral corpos negros e indígenas, lgbtqia+ e mulheres. Também denuncia como as narrativas necropolíticas, a construção do estigma periférico e a subjetivação de um lugar marginal são processos que constituem mundos diferenciados e estruturados racialmente e que concorrem para a manutenção do privilégio branco nos territórios, agenciando a composição das cidades.

A ausência de um planejamento espacial da favela serve, assim, como ferramenta de proteção contra os diversos forasteiros que por ali tentam aventurar-se, sejam eles policiais, jornalistas ou pesquisadores. [...] A cidade instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de produção de um espaço considerado adequado, isto é, livre das poluições físicas, mentais ou políticas que possam comprometê-la, e pela criação deste sujeito universal e anônimo que é a própria cidade (Reis, 2020, p. 145-147)

O corte higienista entre centro-margem/periferia atinge os modos de convívio e relação, de encontro e celebração, e também os instrumentos jurídicos que regulam o que, quando e como se pode celebrar. Gutcha Ramil Magalhães, em sua dissertação de mestrado em Antropologia, estuda os conflitos entre pessoas que vivem diferentes modos de ocupar sonoramente o espaço urbano e descreve como, no bairro portoalegrense Cidade Baixa²⁷, desde a legislação e seus usos, até o cotidiano de vizinhança e de ocupação das ruas e bares constituem políticas racistas que se relacionam de forma segregadora e violenta com as formas negras de ser-sonoro na cidade e no mundo.

Percebi, dentre outras coisas, que nunca, durante os vinte anos que estudei violino, alguém se referiu ao som do violino como barulho, e posso afirmar, sem nenhuma margem de dúvida, que pode ser suficientemente incômodo e perturbador escutar diariamente um vizinho estudando violino. Por outro lado, quase que na mesma proporção, afora em ambientes nos quais as pessoas estão familiarizadas com os tambores – e mesmo assim ainda pode escapar – é muito comum ouvir se referirem ao *som* dos tambores como *barulho*, e raramente como *som*. (Magalhães, 2016, p. 13)

O que a autora observa pode ser entendido como a manifestação de um regime atencional que condiciona as formas da percepção, o gosto, os afetos evocados, e as reações provocadas pelo som dos tambores e do violino. Trata-se de uma política atencional, hierarquizada racialmente²⁸, que agencia a atenção coletiva²⁸ a produzir o território sonoro do bairro considerando adequados alguns sons e percebendo inadequações em outros. Mais do que isso, as formas coletivas de atenção atuam afirmando e autorizando a existência de certos mundos sonoros e negando a outros – inclusive legalmente – a possibilidade de coexistir no mesmo território.

²⁷ Cidade Baixa é o bairro boêmio por excelência da Cidade de Porto Alegre/RS, onde se concentram bares e casas noturnas, e onde os principais blocos de carnaval tomam as ruas em várias épocas do ano. Próximo ao centro, o bairro – e também os blocos de carnaval – têm sua origem e ocupação historicamente marcada pelo estabelecimento de comunidades negras, compostas por pessoas alforriadas e descendentes de pessoas escravizadas, comunidades quilombolas, algumas já reconhecidas pelo Estado, e que têm passado – ao menos nos últimos 60 anos – por um intenso processo de gentrificação e remoção das famílias para localidades distantes do centro, como o bairro Restinga.

²⁸ As formas da atenção coletiva serão retomadas e desenvolvidas mais adiante no texto.

As tensões entre “centro”, “periferia” e “margem” são problematizadas por Grada Kilomba como membranas racializadas para manter afastados os mundos branco e negro (2019):

No racismo, corpos negros são construídos co-mo corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos bran-cos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. (p. 56)

Tal geografia evidencia uma assimetria de poder na qual a branquitude define sua própria área e a negritude é confinada a uma determinada área definida pela branquitude. Essa era a principal função da ideo-logia segregacionista, confinar as/os “Outras/os” raciais. [...] De maneira simbólica, essa membrana que separa ambos os mundos me lembra as luvas brancas que as pessoas negras eram forçadas a usar ao tocar o mundo branco – um material fino e elegante que funcionava como prevenção médica contra a contaminação somática. As luvas brancas eram como uma membrana, uma fronteira separando fisicamente a mão negra do mundo branco, protegendo pessoas brancas de serem, eventualmente, infecta-das pela pele negra - pois, no imaginário branco, a pele negra representa tudo que é “inferior”, “inaceitável”, “mau”, “sujo” e “infectado”. [...] A guetificação foi criada para promover o controle político e a exploração econômica de pessoas negras. (p. 168-169)

Aqui também, a narrativa da autora descreve uma política atencional racista que condiciona a percepção das cores dos corpos, produzindo materialmente dois mundos distintos, separados por uma membrana de natureza ficcional – inventada, como todo o sistema de supremacia racial branca – materializada na forma das luvas brancas. O regime atencional articula a percepção de centro e periferia: para o branco, o centro é onde ele está, isso é confirmado no que ele vê, escuta, sente ao seu redor; enquanto o negro, em qualquer lugar se perceberá na periferia, interdito de pertencer a qualquer espaço. Novamente, forças coletivas trabalham para engendrar esse regime atencional, como a onipresença branca em posições vantajosas – tanto nas funções e papéis sociais, como o trabalho, quanto no imaginário de peças publicitárias e produções culturais como filmes e música – e a estereotipação do não-branco em posições subalternas, servisais da branquitude.

O peso dos regimes atencionais hegemônicos, na forma do individualismo e estigmatização social, econômica, racial e de gênero e a exploração das periferias pelos centros de poder nas cidades, precipita sobre os mundos periféricos consequências violentas, que são sentidas de modo amplificado na fragmentação das relações, dos laços afetivos, dos imaginários de mundo e de ação política das pessoas nas periferias. A precarização da vida nesses territórios – a dificuldade e mesmo a falta de acesso a recursos para a sobrevivência, investimentos em educação, saúde,

segurança alimentar, saneamento, transporte e moradia – faz com que as ações de enraizamento comunitário e incidência política se tornem desafios imensos às pessoas que participam da gestão compartilhada das BCs.

Um dia difícil foi o dia do assalto, era uma reunião das minas e eu estava falando sobre resistências de ocupar os espaços e alguém faz isso, chega armado e pede os celulares. Mas eu tinha em quem me apoiar, as gurias e coletivo foram incríveis. Foi difícil também quando mataram o Luan. As pessoas ficam com medo de ir na biblioteca assim, o Luan estava lá participando da atividade e teve um problema externo. Aí mataram ele durante o sarau. Mas a gente tem que se ligar que o que a gente faz é maior do que isso. (Finger, 2018, p. 59)²⁹

De forma simultânea, narrativas que emergem e proliferam nos territórios considerados periféricos oferecem resistência a esses processos de dominação. As resistências no/do território não se constituem como reação à violência, mas como modos de vida e temporalidades que coabitam o espaço e que insistem em seguir re-existindo e se re-inventando no contexto periférico, apresentando, assim, uma espécie de política atencional a contrapelo³⁰ que agencia os mundos a partir de relações que não estão subjugadas aos regimes de atenção dominantes.

O conceito de re-existência é articulado por Adolfo Albán Achinte (2013) como dispositivo para enfrentar a crise de temporalidades implementada com o projeto colonial de poder/ser/saber. Ao submeter os mundos colonizados ao ocidente europeu, os colonizadores instauraram uma construção temporal teleológica – que é também uma política atencional – racializada, que divide o mundo em “pré” e “pós”. No “antes” estão todos os determinados como “outros”, presos em um tempo imóvel, que os deixa até hoje fora da história. São todos os não brancos, tornados periféricos na paleta de cores moderna-colonial que define o branco como centro. No “depois”, estão localizados aqueles que organizaram essa hierarquia social, desestruturando as outras formas de percepção do mundo, produção, e modos de organização política. Essa configuração, tornada sistema de representação racializada desses outros, não mediu – e não mede – esforços para impedir que o outro-racializado pudesse se re-presentar, no sentido de tomar novamente a presença a si mesmo.

²⁹ Depoimento coletado em entrevista na pesquisa de Yasmin Wink Finger (2018), quando a autora investigava as dificuldades que se apresentam nas ações de mediação de leituras nas BCs da periferia de Porto Alegre.

³⁰ No sentido da proposta benjaminiana de “escovar a história a contrapelo”, que desloca a história, até então contada pela ótica dos vencedores, para uma observada não mais a partir dos “heróis”, dos conquistadores, Estados e nações; mas do ponto de vista dos vencidos, do povo, dos operários, dos indígenas... e que, como consequência, ressitua todo o tecido relacional da história e da memória coletiva (Löwy, 2011).

Tal sistema de dominação se expressa em certos paradoxos coloniais como: localizar territorialmente o outro-racializado para dominação e deslocalizá-lo temporalmente para exclusão. A atualização contemporânea desse paradoxo se dá, por exemplo, no reconhecimento de uma “diversidade social” para consolidar uma narrativa de democracia, supostamente multicultural, construída sobre desigualdades; e na rejeição, quando a afirmação dessa diversidade se coloca no caminho de megaprojetos de desenvolvimento. Desse modo, Albán Achinte concebe o contemporâneo como campo problemático de disputas narrativas no qual os sistemas de representação atuam para minimizar, infantilizar, diluir, confundir ou silenciar os tempos e formas de existência não brancas. Re-existência é assim contextualizada como:

“[...] los dispositivos que las comunidades crean y desarrollan para inventarse cotidianamente la vida y poder de esta manera confrontar la realidad establecida por el proyecto hegemónico que desde la colonia hasta nuestros días ha inferiorizado, silenciado y visibilizado negativamente la existencia de las comunidades afrodescendientes. La re-existencia apunta a descentrar las lógicas establecidas para buscar en las profundidades de las culturas —en este caso indígenas y afrodescendientes— las claves de formas organizativas, de producción, alimentarias, rituales y estéticas que permitan dignificar la vida y re-inventarla para permanecer transformándose. La re-existencia apunta a lo que el líder comunitario, cooperativo y sindical Héctor Daniel Useche Berón “Pájaro”, asesinado en 1986 en el Municipio de Bugalagrande en el centro del Valle del Cauca, Colombia, alguna vez planteó: “¿Qué nos vamos a inventar hoy para seguir viviendo?”” (Albán Achinte, 2013, p. 455)

Assim proposta, a re-existência da periferia não é uma resposta dialética à opressão do centro, mas parte inventiva constituinte da composição de mundos marginais. “Que vamos inventar hoje para seguir vivendo?”. Essa compreensão é fundamental para entender e perceber os mundos que agenciam os territórios periféricos.

Nesta dissertação, a re-existência é figurada como abertura para outras políticas cognitivas da atenção, que possam, ao problematizar as condições cognitivas dos gestos, movimentos e tempos da atenção nas/com as comunidades, ensejar futuros diferentes daqueles repetidamente afirmados pelos regimes de atenção dominantes.

As possibilidades de re-existência das comunidades periféricas e marginais para fissurar a estrutura dicotômica racista das narrativas moderno-coloniais enfrentam ainda outro efeito da temporalidade colonial, que pode ser entendido de forma associada à noção de necropolítica: quando instaura o “pós” como hegemonia

temporal branca, a modernidade/colonialidade, ao suprimir os tempos “pré” – cíclicos, cósmicos, espiralares – e substituí-los pela suposta segurança da racionalidade moderna, produz o que Albán Achinte chama de “armadilha da emancipação”:

“Esta perspectiva del pensamiento crítico me permite plantear que el sujeto moderno se emancipó de sus dioses y en este desencanto creó la sensación de certeza, que a su vez generó lo que denomino como la trampa de la emancipación en la medida que, paradójicamente, se instauraron los miedos como el co-relato de ese proceso, en el que no cabía ni la duda ni la incertidumbre. [...] La pretensión de seguridad afincada en el poder de la razón como fundamento de toda explicación del mundo colonizó la cotidianidad del sujeto al punto de anclarlo en la imperiosa necesidad de alcanzar un nivel de estabilidad en diversos órdenes de la existencia: laboral, afectivo, económico, social y emocional. La noción de éxito estaba determinada por el mantenimiento a toda costa de esa estabilidad y su ruptura implicaba necesariamente el fracaso y en consecuencia quedar fuera de los beneficios de esta condición.” (2013, p. 448)

Os dispositivos de re-existência têm, desse modo, a proposta de atuar como contra-emancipação dos medos – a outra face das certezas modernas – “[...] *para que lo telúrico construya sentidos, las emociones revoloteen sin límites preestablecidos, la imaginería nos surque hasta las entrañas y lo enigmático se convierta en una posibilidad de asomarnos a formas otras de existir*”³¹

De tal modo, a re-existência constitui um ato criador³², na medida que abre brechas existenciais à armadilha da estabilidade colonial. Kilomba, pensando com bell hooks, destaca como a criatividade que surge na margem engendra o território marginal:

[...] a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um “espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p. 149³³) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. [...] Falar sobre margem como um lugar de criatividade pode, sem dúvida, dar vazão ao perigo de romantizar a opressão. Em que medida estamos idealizando posições periféricas e ao fa-zê-lo minando a violência do centro? No entanto, bell hooks argumenta que este não é um exercício romântico, mas o simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local. A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência. (2019, p. 65)

Glória Anzaldúa problematiza as relações entre centro e margem e entre culturas dominantes e dominadas, desenvolvendo a ideia de uma subjetividade

³¹ Ibid, p. 450.

³² Neste trabalho tratarei criação e criatividade num sentido análogo ao de invenção e inventividade, ambas noções articuladas em uma perspectiva coletiva.

³³ hooks, bell. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Between the Lines.

fronteiriça, à qual chama de "*la mestiza*", pertencente aos dois mundos e ao mesmo tempo, a nenhum deles. Olhando para sua própria condição como mulher, lésbica e chicana³⁴, Anzaldúa propõe que *la mestiza* incorpora contradições e ambiguidades, transformando a ambivalência, por meio de uma síntese desses lugares conflitantes, que não elimina o conflito:

A nova *mestiza* enfrenta tudo isso desenvolvendo uma tolerância às contradições, uma tolerância às ambigüidades. Aprende a ser uma índia na cultura mexicana, a ser mexicana de um ponto de vista angloamericano. Aprende a equilibrar as culturas. Tem uma personalidade plural, opera em um modo pluralístico no qual nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada abandonado. Não apenas sustenta contradições como também transforma a ambivalência em uma outra coisa. (Anzaldúa, 2005, p. 706)

Assim, Anzaldúa aposta na consciência *mestiza* como uma consciência *queer*, desterritorializada, capaz de engendrar uma forma de superação da dualidade essencial da modernidade/colonialidade, complexificando as formas de atentar para as fronteiras e para o que fica nas margens e periferias: "Migrando pelos entre-lugares da diferença, mostra como esta é constituída na história e adquire forma a partir de articulações sempre locais – suas mestiçagens múltiplas revelam simultaneamente mecanismos de sujeição e ocasiões para o exercício da liberdade." (Costa & Ávila, 2005, p. 694)

A periferia ou margem, nessa articulação conceitual, tem suas bordas borradas pela mestiçagem, pelas relações impuras que constituem subjetividades costuradas tanto pelos regimes atencionais que estigmatizam pessoas e comunidades quanto pelos modos locais de vida e re-existência nos territórios, que engendram formas de atentar e perceber diferentes mundos. A periferia também está e circula no centro, nos grupos de pessoas em situação de rua e trabalhadores precarizados, nos cuidadores que constroem os prédios, recolhem o lixo, operam serviços. E o centro também está na periferia, nas reproduções de hierarquias sociais e nos imaginários segregadores que garantem a manutenção das estruturas racistas e patriarcais da sociedade.

Imagino figuras sobre a cidade enquanto me consumo em febre e dores pelo corpo todo. Mais um episódio de Covid? Influenza? Dengue? Assim, me entrego ao delírio sobre cânceres, cidades, epidemias, pandemias, contágios e suas paisagens labirínticas. Recentemente tive um sonho:

³⁴ Chicano ou chicana se refere a pessoas de origem mexicana que vivem nos Estados Unidos.

A rua tem uma subida íngreme, é uma rua larga ao longo da qual um cortejo heterogêneo de casas e pequenos prédios de muitas cores observa quem passa, e a partir da qual irradiam emaranhados de becos, travessas, passagens. Paisagem controversa, por muitos seria percebida como um grande lixão e, de fato, boa parte dos materiais coletados e empilhados nas construções vinham do que era considerado descarte em outros lugares. No topo, uma silhueta vestindo vermelho me atrai o olhar, ela chama meu nome. Meu corpo se movimenta me levando até ela, mas ela se afasta entrando por vielas, passando pelos pátios das casinhas e depois por dentro delas, sempre parando para me esperar e seguindo quando me aproximo. Peço licença às pessoas, "preciso alcançar dona Maria, que entrou por aqui", as pessoas me concedem passagem por suas casas e pátios e eu sigo, como num jogo, procurando por ela. Ao seguir Dona Maria Mulambo pelas ruas da comunidade, recebo passagem pelas casas por onde ela entra. Um fio invisível que garante acesso através de realidades compartilhadas.

Acervo de Memórias: Seguindo o fio de Dona Maria Mulambo³⁵

A problematização das periferias e das relações centro/margem, norte/sul, branco/não branco e suas bordas/fronteiras é uma forma de re-situar as comunidades periféricas como lugares de potência e re-existência de seus mundos e também de re-posicionar a própria pesquisa, pois, como nos ensina Pamela Marques:

Levar a sério a relação com outros mundos no âmago da pesquisa social envolveria, desse modo, admitir algo mais que a mera diversidade entre os agentes – percepção que manteria intacto um lastro comum entre si mesmo e um outro, preservando a ilusão de comensurabilidade dos discursos. Implicaria fazer delirar o indivíduo majoritário que é o pesquisador nortecentrado a ponto de perder-se nos devires minoritários acionados na/pela relação com o Sul. E mais: implicaria experimentar outros modos de comunicar esse passeio quando nos reterritorializamos [...] para escrevermos nossas teses e dissertações. (Marques, 2017, p. 40)

Em uma de suas histórias de origem, a Pombagira Maria Mulambo nasce do lixo. Em sua mitologia, transita pela nobreza e pela pobreza; casa com um rei, mas ama um plebeu. Aparece e responde nas encruzilhadas, entre os mundos. Da língua Quimbundo, falada em Angola, *Pambu ia-Njila* significa encruzilhada. No Candomblé de Angola, religião brasileira de matriz Bantu, Pambu Njila ou Mavambo, é o inquite dos caminhos e encruzilhadas, comparado aos orixás Exu, do candomblé de origem Ketu (Yorubá Nagô) e Bará, do batuque gaúcho – sincretizado com o vodun: *Elegbara*, de origem Fon. As Pombagiras, entidades da quimbanda e umbanda, ainda adicionam elementos europeus, como referências do espiritismo kardecista, e culturas ciganas, entre outras (Prandi, 2001). Dona Maria Mulambo compartilha toda essa rede de ancestralidade e heranças, sincreticamente borrando as fronteiras que hierarquizam

³⁵ Para contar esse sonho e falar dela, peço licença a Dona Maria Mulambo e Exu. *Agô Aluvaia, Laroyê!*

os mundos, vivendo sempre a ética e a estética das margens. Tem relação com os ventos de lansã, orixá cujos raios anunciam o trovão da justiça de Xangô.

[...] está em todo lugar, é presença e ausência, espírito e (é) corpo. Mulambo come na encruzilhada, fuma e bebe bebida forte, transgredindo um marcador de gênero que define quem pode beber o quê. “Alguns dizem que ela não vale nada, alguns dizem que ela é mulher da rua”, ela ouviu isso e “à meia-noite ela dá gargalhada”. Afinal, Mulambo “nasceu do lixo, na boca da lixeira, é maloqueira”. Mulambo traz consigo a energia do caminho, é mulher da rua, vive nas encruzilhadas, nas estradas, no lodo, e pode até viver na. [...] É sombra, ver sem ser vista, deixar-se ver quando se quer, é ter o direito à invisibilidade, e ao mesmo tempo, poder produzir presença. Afinal, ela existe não só quando se sente, ela produz a sua presença de várias formas, você pode até não ver, o caminho é escuro. E não é um caminho que ao final te leve à luz, não é o caminho de um trilho de trem num túnel escuro, no afã de ver a luz ao final. No caminho colocado por Mulambo, a energia está em curso, tá na gira, Pombogira. Rodopiando vai ao encontro das margens [...]. (Biteti, 2021, p. 109-110)

Assim, esta pesquisa aposta em uma imaginação social que se jogue por realidades que concebam as margens e as periferias como territórios de invenção de modos de vida e re-existência à dominação necropolítica, produzindo outras políticas atencionais para articular o território. As BCs assim são percebidas como espaços – imersos em tudo isso – gestados nas margens e relacionados com o(s) centro(s), como um fio invisível que, por meio da literatura, da percepção e invenção de mundos, entra pela casa/mundo das pessoas e busca incidir politicamente na (re)composição da atenção à cidade ao potencializar as re-existências, como Dona Maria Mulambo.

Foi entre 1990-93 que o Movimento Cultural Boca do Lixo foi se formando. O pessoal muito influenciado pelo movimento anarcopunk e no começo as ações eram shows de bandas de rock, punk e hardcore nas ruas de Peixinhos (Olinda/PE). Os shows aconteciam nas calçadas em frente a casa dos integrantes, também rolavam na carroceria do caminhão de um morador. A galera juntava uns trocos para ele e ele emprestava o caminhão. No início foi assim, montava um equipamento na rua, show de calçada. Depois foi crescendo e aglutinando outras expressões artísticas, literatura, artes visuais, dança, teatro.

...

Passado um tempo, o movimento saiu da rua e se abrigou em uma escola e fizeram com os professores a primeira Semana de Cultural de Peixinhos, com shows, exposição, oficinas, recital, apresentações e rodas de conversa. Funcionou bem por um tempo, mas teve uma divergência política entre o grêmio da escola, que era do PCdoB e a gestão municipal, do PMDB e a prefeitura resolveu fechar a escola. O movimento teve que sair da escola e foi aí que foi pro Matadouro e se tornou Movimento Cultural Boca do Lixo.

...

Em uma conversa com moradores antigos, soubemos dessa história. Lá por 1983 do lado do matadouro, tinha um curtume abandonado, em ruínas, e o Governo do Estado decidiu construir um incinerador ali. O "transbordo de lixo norte", que ia levar o lixo de bairros da classe média para Peixinhos. Quando alguns movimentos sociais dentro do bairro ficaram sabendo, se juntaram para lutar contra essa obra. Isso ainda na ditadura. Daí o nome do movimento Boca do Lixo, a partir dessa história contada pelos mais velhos.

...

O movimento ocupou as ruínas do matadouro em 95, do jeito anarco punk! A partir daí rolava a semana de cultura nas ruínas do matadouro. Nesse espaço tem um CSU (Centro Social Urbano) em semiabandono, que na época da ditadura praticava assistencialismo e vigiava a comunidade. Para ter ações mais efetivas, o grupo ocupou o segundo andar do prédio do CSU em 98. O Matadouro fica bem na divisa de Olinda com Recife, então acontecem dessas coisas em bairros na divisa de duas cidades: uma prefeitura fica passando a bola pra outra, que passa de volta... e os equipamentos que era pra servir a população ficam abandonados.

...

Antes da gente, o matadouro já era ocupado por traficantes e pessoas que iam pra lá usar as drogas. Desde o início tivemos uma relação respeitosa com eles, às vezes até nos ajudavam nas atividades, prendendo lona, carregando coisas e equipamentos.

Também tinham famílias desabrigadas pela cheia que moravam no segundo andar do prédio do CSU, que não tinha instalações elétricas seguras, só gambiarras, nem água e esgoto, e o movimento ajudou com roupas e alimentos e na garantia de seus direitos de moradia digna.

...

CCLF³⁶ ajudou desde o início das ocupações. Teve um curso de elaboração e gestão de projetos e o pessoal da Boca do Lixo que participou criou um projeto de biblioteca. Nascia a Biblioteca Multicultural Nascedouro. Seu Caetano Alves, tinha um alfarrábio no mercado de Peixinhos. Ele também era artesão e queria fazer uma sociedade dos poetas vivos, para trocar textos. Consideramos ele um dos fundadores da Biblioteca.

...

No segundo andar do prédio tinha um monte de estantes velhas retorcidas. Uma metareciclagem liberou três. O pessoal conseguiu umas caixas de tomate na feira e com o recycle, mais estantes. Fizemos uma campanha, com carrinho de mão, de porta em porta pelo bairro, recolhendo livros de literatura e arrecadamos por volta de 2 mil livros em uma das Semanas de Cultura.

...

O processo de formação para a implementação da biblioteca iniciou em 1998 com o apoio do CCLF através de Cida Fernandez, o grupo foi pensando e formando a ideia e o entendimento de que biblioteca queremos, gestão, atividades, acervo etc. No início queriam ficar com tudo que tinha, livro didático, enciclopédia velha. Aos poucos foi surgindo a visão do que podia ser uma biblioteca e também do que a comunidade queria com uma. Foi aí que percebemos que éramos uma comunidade multicultural, que nosso interesse era uma biblioteca principalmente de literatura. E que articulasse suas ações com atividades culturais e hoje em torno da memória afetiva do bairro.

...

E assim foi, de um matadouro e um lixão, que surgiu, há 22 anos, a Biblioteca Multicultural Nascedouro.

Acervo de Memórias: Um Nascedouro na Boca do Lixo³⁷

Seguiremos pelo problema da coemergência dos mundos/territórios, destacando tanto a multiplicidade de modos de existência e seus emaranhamentos, quanto os desafios da mediação/tradução a partir de suas conexões sempre parciais.

³⁶ Centro de Cultura Luis Freire.

³⁷ Escutei a história da Biblioteca Multicultural do Nascedouro contada pelo Rogério Bezerra, ativista e agente cultural de Peixinhos, um dos fundadores da Boca do Lixo. Agradeço enormemente a ele pela partilha e autorização para recontar essa e outras histórias que vêm mais pra frente.

6 MUNDO E TERRITÓRIO: DO MUNDO-PRÓPRIO PARA O MUNDO EM COMUM

John Law inicia seu artigo “O que está errado com um mundo de um único mundo?”³⁸ (2015) citando a pesquisa de Hellen Verran³⁹ sobre as disputas entre aborígenes e colonizadores quanto à propriedade das terras na Austrália. Para justificar o genocídio e a exclusão sistemática dos povos originários dos territórios que ocupavam, os colonos ingleses apresentaram uma doutrina jurídica conhecida como *terra nullius*, determinando que, uma vez que os aborígenes não estavam fixados na terra, não a cultivavam e não a parcelavam, então essas terras estariam vazias.

O choque entre a perspectiva do colonizador e a dos aborígenes foi, e ainda é, um choque de mundos. Enquanto para os ingleses o mundo existia por conta, estava fora dos humanos e continha todas as coisas – sendo percebido como espaço a ser ocupado, com recursos a serem apropriados e explorados –, para a cosmologia aborígene, o mundo, incluindo todos os seres, coisas, paisagens e seus ancestrais, era um processo de criação e recriação que dependia da participação de todos. “E se isso não acontecer, então o mundo começa a se esvaziar. Deixa de existir.”⁴⁰

A ideia de uma realidade reificada lá fora, desvinculada da obra e dos rituais que constantemente a reencenam, não faz sentido. A terra não pertence às pessoas. Talvez seja melhor dizer que as pessoas pertencem à terra. Ou, talvez ainda melhor, poderíamos dizer que os processos de criação contínua refazem a terra, as pessoas, a vida e o mundo espiritual por completo e em locais específicos.⁴¹

Law prossegue, argumentando que pensar essas diferentes proposições sobre a(s) realidade(s) como sendo fruto de crenças diferentes consistiria na adesão (mesmo sem perceber) a uma versão da doutrina *terra nullius*: por mais que se seja “tolerante” com as cosmopercepções aborígenes – entre tantas outras que compartilham seus pressupostos – ainda estaríamos numa espécie de caixa espaço-temporal que existe por conta e que ocupamos, independente do que acreditamos. O

³⁸ Tradução nossa para “*What’s wrong with a one-world world?*”.

³⁹ Verran, H. 1998. *Re-imagining land ownership in Australia*. Postcolonial Studies 1, no. 2: 237–54.

⁴⁰ Law, op. cit., p. 126. Tradução nossa para: “*And if this does not happen, then the world starts to hollow itself out. It stops existing.*”

⁴¹ Ibid., p. 127. Tradução nossa para: “*The idea of a reified reality out there, detached from the work and the rituals that constantly re-enact it, makes no sense. Land does not belong to people. Perhaps it would be better to say that people belong to the land. Or, perhaps even better still, we might say that processes of continuous creation redo land, people, life, and the spiritual world altogether, and in specific locations.*”.

mundo gestado em práticas criativas heterogêneas e localizadas dos aborígenes não passaria de uma história – e uma que estaria fundamentalmente errada. Se considerarmos, por outro lado, que há diferentes realidades sendo produzidas por diferentes práticas, como “[...] efeitos de atuações, performances ou conjuntos de relações contingentes e heterogêneas”⁴², seguiremos a alternativa radical de abolir a separação entre natureza e cultura e pensar o problema dos mundos não mais em termos de crenças ou perspectivas, mas como diferentes ontologias.

Partiremos dessa última noção de “mundo” para uma compreensão ontológica do conhecimento e da experiência que concebe a realidade não como fato pré-existente à experiência, da qual os seres coletam informações para produzir uma representação, mas como plano coengendrado na ação dos seres com seu ambiente. Os mundos coemergem na experiência dos seres em conjunto com o meio, incluindo outros seres, coisas, paisagens, ações, histórias, instituições, tecnologias, sempre de forma relacional. É uma noção transversal do referencial que sustenta esta pesquisa.

Essa posição tem implicações políticas importantes, pois, ao assumir que o mundo e a realidade são processuais, que os mundos se fazem na ação dos seres e coisas que o compõem, e que por isso mundo e conhecimento são processos sempre localizados, não pode haver uma lógica universal homogênea ou hierárquica para orientar a ação ou mediar o encontro entre diferentes realidades, “Em vez disso, há compromissos contingentes, mais ou menos locais e práticos.”⁴³ Faz-se necessária, assim, uma política e ética do cuidado com os diferentes mundos. Uma vez que a diferença entre eles é irreduzível e incontornável, as soluções para problemas coletivos só podem ser tomadas levando em conta interesses e interações complexas e não raro contraditórias.

Ou seja, só podemos falar de soluções universais para os problemas, se ignorarmos todas as variações de contexto, todas as especificidades dos diferentes mundos, buscando focar somente naquilo que julgamos que eles têm em comum ou imaginando que o que é tomado por universal seria a melhor ou única forma de encarar e resolver problemas e conflitos. Essa postura tem sido o grande desastre da política e economias globais: tudo o que tomamos por global, na realidade se trata de

⁴² Ibid., p. 127. Tradução nossa para: “*effects of contingent and heterogeneous enactments, performances or sets of relations.*”.

⁴³ Ibid., p. 128. Tradução nossa para: “*Instead there are contingent, more or less local and practical engagements.*”.

sistemas de conhecimentos locais de algum lugar que se alçaram como plataformas de dominação.

Para problematizar a ideia dos mundos-territórios e o seu vínculo com a atenção⁴⁴, parto do conceito de *Umwelt* (mundo-próprio), literalmente mundo circundante, proposto pelo naturalista estoniano Jacob von Uexküll, ainda no século XIX, como o mundo percebido por um animal e no qual sua agência estaria circunscrita. *Umwelt* é definido como um conjunto de excitações que são dotadas de interesse e significação e que compõem o mundo-próprio do animal. Assim, o animal seleciona – condicionado pela sua estrutura específica – do meio o que o excita, numa operação de atenção a sinais perceptivos que são assinalados por seus órgãos de percepção e ativam marcas de ação específicas.

Os sinais-perceptivos de um grupo de células-de-percepção reúnem-se fora do órgão-de-percepção, na realidade fora do corpo do animal, em unidades que passam a ser atributos dos objectos situados fora do sujeito-animal. Este facto é bem conhecido de todos. Todas nossas sensações humanas, que figuram os nossos assinalamentos, ou percepções, específicos, convergem nos atributos dos objectos exteriores, que nos servem como sinais-característicos que utiliza-mos. A sensação «azul» passa a ser a «cor azul» do céu; a sensação «verde» passa a ser a «cor verde» da relva etc. No sinal-característico, ou carácter, azul, reconhece-mos o céu, no carácter verde reconhecemos a relva. (Uexküll, 1982, p. 34)

Esse mundo-próprio só atua sobre o ser vivo através de signos que ele é capaz de perceber ou atentar. Todos os significados passam pelo mundo-próprio dos seres, de modo que o mundo percebido é sempre diferente para cada ser. Segundo von Uexküll, é pela possibilidade do animal ter ou construir seu mundo-próprio e dar significados para o que encontra, que ele se torna um “sujeito”, “autor” de suas próprias percepções e significações.

Para Uexküll, já que cada evento do mundo percebido é um evento que “significa” e que só é percebido por que significa, cada percepção faz do animal um “atribuidor” de significados, ou seja, um sujeito. Dito de modo mais aprimorado, toda percepção de significado implica um sujeito, assim como todo sujeito é definido como aquele que confere significado. (Despret, 2021, p. 217)

Uma flor adquire significados muito diferentes para uma criança e para uma abelha: a criança pode tomar a flor como um enfeite para o cabelo, enquanto para a abelha a flor pode significar alimento. Para pessoas diferentes a mesma flor pode

⁴⁴ Essa articulação deve muito à disciplina Atenção e Território, oferecida pelo PPG em Psicologia da UFRJ, na modalidade de acesso remoto, durante o segundo semestre de 2021 e ministrada pelas professoras Virginia Kastrup e Luciana Caliman. Das poucas transformações advindas da pandemia que posso celebrar, a possibilidade de participar de um curso como esse foi certamente uma delas.

significar... para uma, a memória da mãe pelo perfume que usava; e para outra apenas uma flor que “não chama atenção”.

O que a teoria do significado de Uexküll nos mostra é que um objeto não tem como significado um conteúdo objetivo, discreto e com localização simples: mas, ao contrário, o significado de um objeto é apreendido no interior de um *Umwelt* [mundo-próprio], é parte de um processo e não tem localização simples. Há, portanto, uma indeterminação do significado do objeto e, conseqüentemente, a irreducibilidade entre os diferentes significados no interior de diferentes *Umwelten* [mundos-próprios]. (Araújo & Souza, 2018, p. 682)

A produção do significado varia de acordo com o que von Uexküll chama de “plano de construção”, no qual a história, experiências e conhecimento prévios de um ser modulam seu mundo-próprio de significados. O plano de construção é limitado pelas características do ser, tendo corpo/estrutura como fundamentais na constituição de mundos. Por exemplo, a abelha tem um plano de construção e um mundo-próprio muito diferente do de um cachorro ou de um humano; dois humanos, compartilham planos de construção até certo ponto semelhantes, mas seus mundos-próprios podem ser muito diferentes.

Rapidamente chegamos ao problema da tradução: uma vez que os significados só existem nos mundos-próprios, o significado de um objeto nunca é o mesmo para diferentes seres e nem mesmo para o mesmo ser em diferentes momentos de sua existência. Quanto mais diferentes entre si, mais difícil se torna o compartilhamento de significados. As conexões entre significados de diferentes mundos-próprios são sempre parciais.

– Eu queria pegar um livro, mas não como aquela outra menina me deu outra vez. Ela disse: “a senhora PRECISA ler este livro! Tenho certeza de que vai gostar!” ... Moça, vou te contar que não entendi nem a primeira frase! E olha que eu tentei! Li umas 10 páginas e desisti. Era aquele livro novinho, sabe? Daquela moça famosa, “Jamile”, acho que era o nome, uma que é escurinha tbm...

– a Djamila Ribeiro?

– Isso moça, a “Dijamile”! Sabe, acho que ela pensou que eu ia gostar só pq sou preta também... tem algum espírita ou evangélico aí?

Acervo de memórias: Diálogos na biblioteca

É a forma sempre parcial como se dão os compartilhamentos de significados que possibilita a multiplicidade de mundos. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de uma conexão total se coloca como o desafio para a diplomacia entre os mundos: a diferença não pode simplesmente ser incluída (Law, 2015). Precisa ser respeitada e

os problemas, necessidades, recursos e espaços negociados entre os múltiplos atores. Estamos diante do problema cosmopolítico.

Cabe aqui fazer uma nota sobre o conceito de *Umwelt* e uma consideração sobre a distinção entre “sentido” e “significado”, seus usos por von Uexküll e a forma como os utilizo no trabalho. Também é necessário considerar os limites da teoria dos mundos próprios. Na tradução literal do alemão, *Umwelt* significa o ambiente circundante, ou mundo ambiente. A tradução de sua obra para o português, no entanto, adverte que a forma como o autor emprega o termo o relaciona mais ao ambiente percebido pelo ser observado, resultado de uma “seleção”, determinada por sua estrutura, dentre todos os elementos presentes no ambiente, o seu mundo subjetivo ou mundo próprio (Uexküll, 1982, p. 24, n.t.).

Von Uexküll opera com a noção de significados produzidos pelos seres a partir das percepções efetuadas por seus sentidos – numa acepção biológica – e que vão compor os *Umwelten*. Sua teoria é uma teoria dos signos. Von Uexküll não trabalha com uma tese de múltiplas realidades, sendo os mundos percebidos pelos animais considerados como seleções feitas a partir de um mundo maior que inclui tudo. No entanto, as propriedades dos mundos-próprios são interessantes no contexto desta pesquisa, tanto pelo caráter sistêmico das interações com o meio e seu papel na composição do território, a partir da ideia das conexões sempre parciais entre os mundos, quanto pela forma como destacam a agência e interesse dos animais na composição de seus mundos-próprios ao considerar seus próprios afetos como organizadores dessa composição. Nas palavras de Vinciane Despret:

A reviravolta original da teoria está na maneira como a percepção vai ser definida: é uma atividade que preenche o mundo com objetos perceptivos. Para Uexküll, perceber é atribuir significados. Apenas o que tem um significado é percebido, assim como só ganha um significado aquilo que pode ser percebido e que importa ao organismo. Não há, em nenhum mundo animal, objeto neutro, sem qualidade vital. Tudo o que existe para um ser é um sinal que afeta, ou um afeto que significa. Cada objeto percebido – retomo aqui as palavras que Deleuze ofereceu a essa teoria – efetua um poder de ser afetado. (Despret, 2021, p. 216)

Dessa forma, ao referir à teoria dos *Umwelten*, utilizo o termo “significado”. No entanto, ao referir aos mundos próprios, darei preferência para “sentido” no restante do trabalho, acompanhando a proposta de Gilles Deleuze quanto às dimensões da proposição, na qual adiciona às três dimensões clássicas – designação, manifestação e significação – uma quarta dimensão, o sentido, que diferiria das primeiras por acessar diretamente o acontecimento: “Não perguntemos pois, qual é o sentido de um

acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido.” (Deleuze, 2009, p. 23) ou, como interpreta Luis Artur Costa:

Nesta dimensão já não nos interessam estados de coisas existentes (referentes) ou definições gerais (significados), mas sim a palavra tomada como ação, relação, no mundo. Mesmo palavras sem significado ou referente possíveis produzem efeitos em seus ouvintes, nem que seja o espanto e o estranhamento. A lógica do sentido seria, então, similar à da poética segundo Manuel de Barros: “fazer delirar a gramática” (2010, p. 300). O sentido é a alforria da narrativa perante as ancoragens do juízo. No entanto, tal leveza diante do falso e do verdadeiro, não faz da narrativa ficcional algo menos real: há a realidade dos sentidos afirmados. (2014, p. 553)

A dimensão do sentido desloca a percepção, afastando-a dos atos de identificar e interpretar, de estabilizar ou delimitar estados de coisas, fronteiras ou explicações, próprias das relações de significação. A produção de sentidos dissolve as delimitações solidificadas dos significados e designações, possibilitando perceber os acontecimentos para além dos juízos interpretativos que limitam as possibilidades de relação. Por meio dessa distinção entre significado e sentido, se torna possível ressaltar uma forma de estabelecer conexões entre os mundos por meio de uma escuta sensível, em um modo de atenção aberta, que possa percebê-los para além das representações sobre eles⁴⁵. Possibilita, portanto, uma alternativa à interpretação do problema da tradução, que tende a situar o encontro de mundos em um momento posterior à constituição deles, tornando-os ontologicamente incomensuráveis, com conexões que somente ocorreriam a partir de representações e significações posteriores. Assim, utilizarei o conceito de mundos-próprios de von Uexküll deslocando-o, da relação com os significados para a da produção de sentidos, indicando que os mundos não preexistem ao encontro: emergem em relação, no acontecimento, em um coengendramento ontológico situado da experiência.

A distorção provocada por mundos únicos causa a impressão de que as realidades de diferentes mundos-próprios poderiam ser percebidas, compartilhadas e compreendidas – e até mesmo sentidas – de forma total. Em seu livro *Scenes of Subjection*⁴⁶, Saidiya Hartman escreve sobre os problemas e limites do recurso da empatia – quando entendida como assumir ou se colocar no lugar de outra pessoa – analisando as cartas trocadas pelo conhecido abolicionista John Rankin com seu irmão Thomas, na busca por dissuadi-lo da compra de pessoas negras escravizadas.

⁴⁵ Trabalharemos melhor a noção de atenção aberta na seção sobre as políticas atencionais.

⁴⁶ *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Numa tradução livre: “Cenas da Sujeição: terror, escravidão e auto-construção na América do século XIX”.

Nas cartas, Rankin tenta sensibilizar o irmão por meio de um exercício no qual imagina a si, sua esposa e filhos, no lugar das pessoas negras escravizadas, sofrendo os horrores, violências e abusos e a negação de sua humanidade, práticas constitutivas do tráfico de pessoas negras. Na defesa da empatia ele afirma que:

Somos naturalmente muito insensíveis aos sofrimentos dos outros e, conseqüentemente, propensos a olhá-los com fria indiferença, até que, na imaginação, nos identificamos com os sofredores e tornamos nossos os seus sofrimentos. [...] Quando eu o aproximo, inspeciono-o de perto e descubro que é infligido a homens e mulheres, que possuem a mesma natureza e sentimentos que eu, minha sensibilidade é despertada. (Rankin, 1937⁴⁷, apud., Hartman, 1997, p. 18)

Hartman observa que essa operação, por mais bem intencionada que seja, acaba por produzir a obliteração do outro como vítima real da violência:

[...] o esforço para neutralizar a insensibilidade corriqueira ao sofrimento negro requer que o corpo branco seja posicionado no lugar do corpo negro para tornar esse sofrimento visível e inteligível. No entanto, se essa violência pode se tornar palpável e a indignação pode ser totalmente despertada apenas por meio da fantasia masoquista, então fica claro que a empatia é uma faca de dois gumes, pois ao tornar o sofrimento do outro o seu próprio, esse sofrimento é ocultado pela obliteração do outro.⁴⁸ (Hartman, 1997, p. 19)

Embora a fantasia de Rankin seja articulada na ânsia de entender e explicar o sofrimento do outro racializado, acaba por fazer esse outro desaparecer, reforçando o caráter de “coisa” da pessoa escravizada, que só por meio desse deslocamento, removida de seu próprio corpo, poderia ser percebida. Hartman denuncia isso como efeito repressivo da empatia, com os riscos de uma “intimidade fácil demais”, de pessoas brancas livres para com pessoas negras escravizadas, engendrada pela violência da identificação. Se a identificação com a dor do outro tinha o objetivo de “estender humanidade” às pessoas escravizadas, “[...] como consequência, a empatia falha em expandir o espaço do outro, apenas coloca o eu em seu lugar”⁴⁹.

⁴⁷ Rankin, John. *Letters on American Slavery*, 1837. Reprint, Westport, Conn.: Negro Universities Press, 1970. Tradução nossa para: “*We are naturally too callous to the sufferings of others, and consequently prone to look upon them with cold indifference, until, in imagination we identify ourselves with the sufferers, and make their sufferings our own. [...] When I bring it near, inspect it closely, and find that it is inflicted on men and women, who possess the same nature and feelings with myself, my sensibility is roused*”.

⁴⁸ Tradução nossa para: “[...] *the effort to counteract the commonplace callousness to black suffering requires that the white body be positioned in the place of the black body in order to make this suffering visible and intelligible. Yet if this violence can become palpable and indignation can be fully aroused only through the masochistic fantasy, then it becomes clear that empathy is double-edged, for in making the other's suffering one's own, this suffering is occluded by the other's obliteration.*”

⁴⁹ *Ibid.*, p. 30. Tradução nossa para: “[...] *as a consequence, empathy fails to expand the space of the other but merely places the self in its stead*”

Experimentada desse modo, a empatia só alcança uma forma fantasmagórica de presença, segundo Hartman, associada ao espetáculo. A operação não reconhece a agência das pessoas que tenta substituir. Mais do que isso: a descorporificação do corpo negro escravizado reafirma seu pertencimento como propriedade do mundo branco. Há uma relação constituinte entre os modos de subjetivação e os regimes de atenção dos mundos únicos capitalistas e a desumanização racista operada pelo mundo europeu moderno na empreitada colonial escravagista.

Tomada como o principal recurso – muitas vezes o único – para a tentativa de entender e acessar os mundos dos outros, a empatia acaba contribuindo para as visões únicas da realidade, constituindo uma dimensão atencional destas que condiciona a percepção do outro ao espelhamento do eu, assim deixando de perceber o caráter irreduzível e plural das diferenças.

Nos encontros entre os mundos no território das BCs, a pluralidade dos mundos periféricos e suas conexões parciais se expressam nas diferentes leituras, interpretações e significações das histórias, tanto dos livros quanto das pessoas, espaços e da própria comunidade. Também demonstram a dificuldade de tradução das diferenças entre os mundos-próprios apresentadas no encontro, bem como as possibilidades de nutrir conexões parciais entre eles, para além dos limites da empatia.

Uma comunidade nas margens da cidade...

Havia ali muitos idosos, vários dos quais participaram da fundação da comunidade, na década de 60, após a grande remoção, promovida pela prefeitura, das pessoas que moravam irregularmente na área central da cidade. Alguns deles haviam construído suas primeiras moradias com sobras de construções e doações. Nas tardes, os idosos se reuniam na praça onde fica a biblioteca, para jogar damas, tomar chimarrão e reclamar da vida. Reclamavam dos jovens que não respeitavam os mais velhos; que a comunidade havia crescido e ninguém mais lembrava como havia começado; que os muros das casas mais bonitas, que haviam aparecido recentemente, estavam todos "pixados", com desenhos feios que não "significavam nada".

Havia ali muitos jovens, alguns nasceram ali mesmo, na comunidade, outros vieram com as famílias, alguns estudavam na escola estadual, outros trabalhavam, outros não estudavam nem trabalhavam, todos tinham seus "corres". Entre eles circulava o gosto pela cultura hip-hop. Havia grafiteiros, DJs e slammers. Encontravam-se à noite na praça onde fica a biblioteca para batalhas de slam. Poucos sabiam como a comunidade tinha surgido.

...

Numa das batalhas da praça – como eram chamadas – o grafiteiro W. comentou com a Bibliotecária que seu avô não entendia a linguagem do hip-hop. W. gostaria que ele

respeitasse mais a sua arte. Seu avô era o Seu H., um dos primeiros moradores da comunidade.

W. e a Bibliotecária saíram daquela conversa com um projeto: grafitar a parede externa da biblioteca com histórias que os mais velhos contavam. Resolveram então convidar outros grafiteiros e idosos da comunidade para participar da ação.

...

Seu H. se emocionou quando viu na parede grafitada, a história de como haviam construído as primeiras casas ali. No dia da inauguração, na roda de conversa na biblioteca, contou como foi chegar ali e recomeçar a vida do zero, para uma plateia composta principalmente por jovens muito atentos.

A slamer L. compôs um poema sobre as primeiras mulheres da comunidade. C., o professor de história da escola estadual, falou sobre como era a cidade naquela época e mostrou algumas fotografias antigas, que vários dos idosos presentes reconheceram. A Bibliotecária preparou uma estante com livros sobre a história da cidade e da formação dos bairros e também sobre o racismo nos processos de gentrificação do espaço urbano. A maioria dos moradores ali eram negros.

Alguns presentes decidiram produzir cordéis (impressos em uma oficina de stencil e serigrafia ministrada por W.) com as histórias dos idosos da comunidade, distribuí-los pelo bairro e colocá-los em destaque na biblioteca.

...

Tudo isso aconteceu e aconteceu com essa potência toda. No entanto, o que não apareceu nessa narrativa é que Seu H. demorou para entender que era sua história contada na linguagem do grafite e que, no final, mesmo lisonjeado com a homenagem, achou o desenho feio. Também se incomodou quando L. declamou seu poema sobre as primeiras mulheres da comunidade, achou que daquele jeito ficava parecendo que os homens eram uns frouxos e que isso não era bem assim. Algumas senhoras concordavam com essa impressão e acharam meio imprópria a forma como a história estava sendo contada. Vários jovens deixaram passar na hora, mas acharam machistas e homofóbicas as piadas que Seu H. fazia enquanto contava a história da comunidade; outros nem notaram. Diversos moradores, idosos e jovens, sentiram sono e não se identificaram muito com a palestra do professor C. Muitas pessoas não foram ao encontro pois o pastor disse no culto que aquele lugar (a biblioteca) não era de deus. A estante preparada pela bibliotecária permaneceu praticamente intocada depois do evento, apenas dois livros foram retirados, pela mesma pessoa, W., que leu os livros para elaborar os cordéis, que ficaram muito bons. Ele não conseguiu os recursos que queria para imprimir e fazê-los circular pela comunidade.

Acervo de memórias: Batalhas

Gilles Deleuze e Félix Guattari exploram a noção de território com o conceito de ritornelo, enfatizando sua dimensão de criação e transformação. Ritornelo, na música, define uma marcação em partitura, que delimita uma repetição que nunca volta igual, uma repetição diferenciada. Na filosofia de Deleuze e Guattari, ritornelo é um ciclo em três movimentos que não são sucessivos, mas três aspectos de uma mesma coisa (Deleuze & Guattari, 2012, p. 101–102):

- Movimento I: No caos. O primeiro movimento é um ensaio, um esboço de um centro estável. A criança que vai se acalmando cantarolando uma melodia frente ao medo.
- Movimento II: Em casa. Um círculo é criado separando as forças germinativas das forças do caos.
- Movimento III: Abertura para o cosmos

O primeiro movimento opera um salto no caos e começa a ordenar elementos em um centro frágil, um começo de ordem no caos. O segundo movimento constitui o território, delimitando um círculo em torno do centro frágil formado no movimento anterior, separando seus elementos das forças do caos. É um trabalho de seleção, extração, filtro, crivo de forças existentes no caos que se organizam no território – nesse ponto, temos uma pista do papel da atenção na produção do território por meio dos agenciamentos que o organizam. E, por fim, no terceiro movimento, o círculo se abre em outro ponto, permitindo a transformação, ou mesmo a completa dissolução, do território nas forças do cosmos. É um arriscar-se, num improviso, e lançar-se ao mundo para produzir novos agenciamentos, novas canções.

A criação de uma BC contempla a circularidade desses três movimentos: na medida em que é delineada por um desejo da comunidade de estabelecer um local para acesso e encontro com os saberes partindo dos livros; em seu processo de constituição, se opera a coleta de informações sobre a comunidade, a seleção do acervo e a constituição de uma narrativa sobre essa comunidade a partir desses agenciamentos; e, em seu funcionamento, os encontros produzem fissuras nesse contorno, aberturas que constantemente transformam a narrativa, reorganizam seus elementos e incluem novos agenciamentos que transformam tanto o acervo e serviços da biblioteca quanto quem participa dos encontros.

O conceito de agenciamento é fundamental para entender a forma como Deleuze e Guattari concebem a produção do território e também o funcionamento da atenção. Agenciamento “[...] diz respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondente.” (Soares & Miranda, 2009, p. 418). As relações entre bibliotecas e comunidades podem ser entendidas como agenciamentos em um plano coletivo, na medida em que são coproduzidas, como propõem Escóssia e Kastrup:

Agenciar é estar no meio, sobre a linha de encontro de dois mundos. Agenciar-se com alguém, com um animal, com uma coisa uma máquina, por exemplo – não é substituí-lo, imitá-lo ou identificar-se com ele: é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela. A relação, entendida como agenciamento, é o modo de funcionamento

de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de coengendramento dos seres. (Escóssia & Kastrup, 2005, p. 303)

Desenvolvendo a noção dos mundos-próprios, o território é então definido como matérias expressivas, que atuam como signos. As marcas expressivas definem o contorno e precedem a função. Sendo força de criação, o território não preexiste às relações que o estabelecem, está em constante fluxo e segue existindo apenas enquanto essas relações vigoram em seus agenciamentos, numa perspectiva sempre coletiva.

Na Biblioteca Parque⁵⁰ de Manguinhos/RJ havia uma sala preparada para as crianças pequenas da comunidade, era uma espécie de brinquedoteca, com tatames, mesinhas e estantes na altura dos pequenos. Fiquei surpreso com um pequeno grupo de crianças com idade entre 4 e 6 anos que iam chegando aparentemente sem nenhum adulto acompanhando. Perguntei para a bibliotecária sobre isso e ela disse que no começo estranhou também, mas que percebeu que as crianças quando andavam por ali, eram cuidadas por todas as pessoas da comunidade nas casas por onde passavam.

...

Do lado de fora do prédio, as crianças avistaram o primo mais velho mergulhado na história em quadrinhos sob a mesa. Durante a visita a bibliotecária havia nos dito que as paredes de vidro serviam para que a comunidade pudesse (se) ver ali dentro, ver os seus e perceber que também podiam estar ali. Vendo o primo, sem camisa, de bermuda e chinelo, lendo um gibi, as crianças não tiveram dúvidas, entraram, inicialmente fazendo uma algazarra – logo censurada pelo que já estava ali –, que foi baixando de volume à medida em que enchiam a mesa com outros gibis.

...

Terminei de verificar minha caixa de entrada, desloguei o email e já ia saindo, quando uma das crianças mais velhas me chamou a atenção por não ter desligado o computador, “vai gastar luz!”, foi a frase dita em tom de censura. O mesmo menino, mais tarde me orientou a utilizar outro banheiro, pois o que eu pretendia utilizar estava interditado.

Acervo de Memórias: A Biblioteca Parque

Bruno Latour (2017), inspirado por Gabriel Tarde, articula os conceitos de território e de sociedade, buscando desvincular o território da ideia capitalista de propriedade. O território, assim, passa a ser um complexo jogo de atenção que Latour

⁵⁰ Bibliotecas parque não são BCs, embora sejam equipamentos culturais geralmente instalados em comunidades periféricas urbanas. O conceito de biblioteca parque surgiu na cidade de Medellín, na Colômbia, como complexo cultural público, cujo centro é uma biblioteca, com a finalidade de combater os altos índices de criminalidade nos territórios. É uma política pública baseada na fruição cultural e incentivo à leitura que inspira iniciativas brasileiras, especialmente nas favelas cariocas (Silva, 2016). Por serem equipamentos culturais em geral propostos e geridos pelo Estado, se aproximam mais da noção de biblioteca pública do que das BCs. Nos três tipos, contudo, é possível observar alguns princípios compartilhados orientando a atuação.

compara a uma orquestra executando uma peça: se cada músico estiver concentrado apenas no seu próprio instrumento o que se instaura é um pandemônio, a posse entendida como propriedade espacial, o caos do “cada um no seu quadrado”. Para que haja música, são necessários movimentos recíprocos, com os músicos atentos uns aos outros, às entradas, tempos e movimentos, de modo que não percam sua deixa ou as marcas para a sua ação. Assim, Latour desloca a ideia de posse da noção de propriedade, movendo-a para as fronteiras por onde a atenção se coloca, uma posse migratória, que costura os sentidos de uma coletividade. O violinista em seu solo possui a atenção dos demais músicos da orquestra, ao mesmo tempo, sua atenção é possuída pelos instrumentos que marcam o tempo e os movimentos da peça executada, pronta para ceder ou retomar o protagonismo da ação no momento esperado.

A problematização da questão de posse como propriedade também pode ser interessante para pensarmos nos objetos que povoam as BCs. Em uma BC, tais objetos se constituem em uma posse migratória, conectando humanos e não humanos em uma rede sociotécnica. O exemplo clássico dessa relação com a propriedade nas bibliotecas é o empréstimo dos livros, que circulam, sendo provisoriamente “possuídos” por diferentes pessoas. Por vezes estabelecendo conexões entre elas, por meio de uma fotografia ou um bilhete deixado entre as páginas, uma anotação nas margens, um canto de página dobrado sugerindo sua relevância, ou o nome gravado na ficha de empréstimo ao final do livro indicando por quais mãos o livro já passou e possíveis interlocutores para uma conversa.

Pensar as relações sociotécnicas do livro em uma biblioteca comunitária nos dá uma imagem bastante rica dos deslocamentos da atenção coletiva relacionados à propriedade. O próprio livro se apresenta dessa forma como território que, ao articular essas redes, se coloca como contraponto à ideia de consumo individual da leitura, se tornando assim uma forma potencial tanto de re-existência comunitária à mercantilização da vida e da experiência, quanto de cuidado, pois engendra as condições materiais para a possibilidade de a leitura alcançar mais pessoas e também estimula que o livro seja devolvido em boas condições para a biblioteca e o próximo leitor.

Na interação com as crianças na Biblioteca Parque⁵¹, a posse ou o pertencimento ao território se desloca da noção de propriedade para a da presença e atenção ao uso compartilhado dos objetos. Os efeitos dessa posse coletiva ficam evidentes: não somente o livro, mas a própria biblioteca, seus computadores e banheiros passam a habitar a atenção e o cuidado das crianças que frequentam o espaço – em prontidão para advertir o visitante descuidado que não desligou o computador após o uso.

Nos dois casos – do livro que circula e do encontro no espaço da biblioteca – a BC opera o tipo de posse ao qual Latour se refere: uma posse que migra, se expressa na ação momentânea até que alguém “pegue a deixa” para participar da composição coletiva do território.

Se deslocarmos a figura europeia da orquestra usada por Latour – cujos músicos seguem uma partitura fixa, que limita a variação – para uma *jam session* de *jazz*, por exemplo, teremos o improviso complexificando os movimentos e as deixas para entrada/saída da ação. O improviso é parte vital das dinâmicas atencionais do encontro⁵², uma vez que nunca sabemos o que esperar numa interação com o outro, logo, certa abertura ao inesperado é uma das chaves da composição dos mundos (L. Caliman et al., 2020; Kastrup & Fernandes, 2018).

Outra figura com potencial para complexificar a percepção da dinâmica atencional na composição do território é a roda de capoeira: os cantos, toques dos instrumentos e jogadores se comunicam em muitos níveis e dimensões, não raro conflitantes e que envolvem complexas relações de provocações, perguntas e respostas e alianças temporárias. Marco Antônio Pogliã, em sua tese sobre a performance musical na capoeira Angola, fala sobre a metacomunicação nas rodas de capoeira, em jogos de dissimulação e malícia:

[...] o aspecto metacomunicativo das interações na roda não é apenas indicial, mas também performativo, o que significa dizer que as interações não apenas informam o tipo de jogo que está sendo realizado, ele também é forjado por elas. Nessas interações, sinais podem ser emitidos não só para mostrar, mas também para dissimular o jogo que se pretende realizar, de modo que a própria expressão metacomunicativa é envolvida pelo espírito do jogo. Em suma: o jogo precisa ser experimentado, negociado. [...] Percebe-se a presença de uma ética voltada para a dissimulação na qual se opera o ocultamento e a revelação de intenções de acordo com o jogo concreto das relações sociais, também expressa nas narrativas sobre a origem da capoeira

⁵¹ Trecho do Acervo de memórias: [A Biblioteca Parque](#), nas páginas 61-62.

⁵² Veremos mais sobre isso na seção na qual trato da atenção conjunta.

enquanto luta disfarçada de dança sob os olhos do feitor. (Poglia, 2021, p. 68)

A performance na roda de capoeira revela (ou oculta) um complexo jogo da atenção. São as respostas e as formas como são recebidas e retornadas que compõem o jogo, incluindo os movimentos dos jogadores, as revelações e dissimulações de intenções e a participação dos tocadores e cantadores que, por meio dos ritmos, tempos e versos entoados, não apenas narram o jogo, mas passam recados, advertem, zombam dos jogadores e propõem mudanças no jogo. A prática ancestral da capoeira – surgida na diáspora africana entre pessoas negras escravizadas, desenvolvida como tecnologia de re-existência das comunidades nos quilombos e atualizada como prática cultural urbana brasileira – pode ser uma figuração particularmente potente para o papel da atenção na articulação do território, levando em conta a necessidade coletiva do aprendizado de formas específicas de atenção – que envolvem a malícia, a dissimulação e a percepção dessas qualidades – para a autodefesa contra o racismo.

Os Yanomami, como conta Davi Kopenawa, vivenciam um tipo de posse radicalmente diferente da acumulação das sociedades modernas ocidentais e por isso vivem um mundo cuja existência é constantemente ameaçada. Para eles, o “povo da mercadoria” (ou *matihí*, como se referem aos brancos) já tiveram florestas, mas viraram as costas para elas. Foi a paixão pela mercadoria que esfumou⁵³ o seu pensamento e que está hoje produzindo a queda do céu:

Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. [...] Os brancos já têm metal suficiente para fabricar suas mercadorias e máquinas; terra para plantar sua comida; tecidos para se cobrir; carros e aviões para se deslocar. Apesar disso, agora cobiçam o metal de nossa floresta, para fabricar ainda mais coisas, e o sopro maléfico de suas fábricas está se espalhando por toda parte. Os espíritos do céu que chamamos *hutukarari* ainda estão segurando seu peito longe de nós. Porém, mais adiante, depois que eu e os outros xamãs morreremos, talvez sua escuridão desça sobre nossas casas e, então, os filhos de nossos filhos não verão mais o sol (Kopenawa & Albert, 2015, p. 407 e 420)

Em contraste, para os Yanomami, a capacidade de fazer circular os objetos é mais interessante do que a de os reter.

⁵³ Kopenawa chama de fumaça *xawara*, ou fumaça de epidemias, a forma como o pensamento branco é enfeitado pelas mercadorias e deixa de prestar atenção a todas as outras coisas, provocando epidemias e violências por onde passa.

As mercadorias não morrem. É por isso que não as juntamos durante nossa vida e nunca deixamos de dá-las a quem as pede. Se não as déssemos, continuariam existindo após nossa morte, mofando sozinhas, largadas no chão de nossas casas. Só serviriam para causar tristeza nos que nos sobrevivem e choram nossa morte. Sabemos que vamos morrer, por isso cedemos nossos bens sem dificuldade. Já que somos mortais, achamos feio agarrar-se demais aos objetos que podemos vir a ter. Não queremos morrer grudados a eles por avareza. (Kopenawa & Albert, 2015, p. 409)

Na cosmovisão Yanomami, a mão de alguém deixa um rastro nas coisas que toca – incluindo outras pessoas e animais – e por meio desse rastro a troca dos objetos vai criando trilhas de amizade a partir da generosidade, enquanto a avareza cria trilhas de inimizade. Trata-se de uma forma de mapear territórios e também um modo de habitar a terra, de estar em relação com os outros. O pessimismo profético de Kopenawa, fala não apenas do conflito imediato dos yanomami com os brancos, mas também e simultaneamente de um conflito cósmico, entre as forças agenciadas pelo povo da mercadoria, com seu pensamento esfumaçado e em seu caminho de destruição e a resistência espiritual dos xamãs Yanomami e dos *xapiri* (espíritos) que sustentam o céu da Floresta. Sua narrativa ressalta tanto o papel da atenção e do cuidado (como generosidade) na construção do território Yanomami, quanto a ausência dessas qualidades na raiz da destruição provocada pelos brancos, em um alerta para a urgência em investir em outras formas de viver e conviver com mundos em dissenso.

Infelizmente, vemos hoje a queda do céu profetizada por Davi Kopenawa assumindo a explícita e violenta forma do genocídio do povo Yanomami, precipitada pelo extrativismo na forma da atividade criminosa do garimpo em terras indígenas. A relação da extração do ouro (mercadoria) com a disseminação da malária (epidemia) entre o povo Yanomami tem como consequência a fome, desnutrição e morte. Somadas ao descaso dos governantes, à investida sem freios do capital no avanço do garimpo (pensamento esfumaçado) e à invisibilidade dos modos de ser Yanomami traduz em dolorosa realidade o lúcido pessimismo do Xamã.

A antropóloga estadunidense Anna Tsing, em suas investigações das paisagens arruinadas pela ação do capitalismo, estuda uma espécie de cogumelo, o Matsutake, que só cresce em florestas degradadas pela ação extrativista e que é uma iguaria caríssima na culinária japonesa. Em uma de suas pesquisas, ela observa a relação entre essa espécie de cogumelos e diferentes grupos de pessoas precarizadas – refugiados, desempregados entre outros – cuja principal atividade

econômica consiste em andar pela floresta à procura de sinais da presença desse cogumelo – que é bastante difícil de encontrar – para coletá-los e vendê-los para os restaurantes.

Observando e contrastando os discursos e práticas desses coletores – forrageadores é o termo específico –, com os discursos e práticas científicas de biólogos, ecologistas e políticos, Tsing percebe como as atividades dos forrageadores na relação com a floresta e o Matsutake cria modos de atenção específicos que possibilitam uma integração entre floresta, cogumelos, humanos e suas práticas, favorecendo a regeneração desses ambientes, em resistência aos processos de degradação.

A partir daí, ela forja dois conceitos que podem nos ajudar a pensar o contexto cosmopolítico das relações entre BCs e comunidades periféricas e oferece uma potência para pensar nos modos de coexistir nesses cenários: diversidade contaminada e perturbação lenta. O primeiro pensa as relações e modos de vida que emergem afetados pelos modos culturais e biológicos que acompanham a presença de certas formas de coletividade humana:

Diversidade contaminada é adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária — assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (Tsing, 2019, p. 11).

A ideia de diversidade contaminada nos possibilita pensar nas potências dos mundos-territórios periféricos coexistindo com a perturbação moderna-colonial, percebendo o denso emaranhamento não inocente entre esses mundos. Trata-se da necessidade dos mundos de conviver com as consequências das desigualdades sociais, das crises políticas e ambientais e da exploração capitalista.

O segundo conceito, perturbação lenta, trata de paisagens antropogênicas nas quais é possível a existência de espécies que nutrem a colaboração interespecífica. Não são paisagens intocadas pela presença humana, mas que sustentam uma biodiversidade elevada. A lentidão é proposta por Tsing como objetivo a encorajar, como resistência às perturbações dos mundos moderno-coloniais. Ela destaca que é através das “artes de notar”, ou seja, de uma atenção cultivada como artesanato, que se pode perceber e habitar essas paisagens.

É possível articular esses dois conceitos para analisar as BCs e a própria vida nas periferias: como, nesses territórios, as paisagens existenciais e modos de vida preservam elementos culturais e de diversidade, com suas formas de colaboração e de coexistência? No caso das bibliotecas (não somente as comunitárias), a gratuidade dos serviços e a forma como sua função cultural se estabelece – como no já mencionado exemplo do empréstimo e circulação de livros, ou em seu uso como espaço de convívio não mercantilizado, de acesso, ao menos em teoria⁵⁴, permitido à qualquer pessoa – possibilita caracterizá-las como paisagens de perturbação lenta, por se constituírem como espaços nos quais o acesso e o convívio ainda resistem às lógicas neoliberais do consumo e da propriedade e, possivelmente por esse motivo, despertam tão pouco interesse e investimento dos poderes públicos e do mercado financeiro. Biblioteca e comunidade são territórios em que modos de vida e convívio não modernos sobrevivem nas ruínas da fragmentação cultural moderna-colonial, e a primeira, quando articula suas práticas de enraizamento comunitário, opera um modo de atenção capaz de perceber e trazer à tona as muitas histórias que compõem essa diversidade contaminada.

Observando o comportamento dos animais e os discursos científicos sobre eles, Vinciane Despret desenvolve sua ideia do território como um campo de forças criadoras coproduzido pelos agenciamentos entre os seres em complexas redes de emaranhamentos existenciais. Mobilizando os estudos em etologia de Bernie Krause, Despret narra como um ornitólogo descobriu que o elemento mais importante para a comunicação no canto de diferentes pássaros não era uma nota ou melodia específica, mas os silêncios entre as frases melódicas, as pausas após um canto, a partir das quais outros pássaros têm a deixa para entrar na conversa:

O silêncio pode ser um espaço no qual outras coisas podem ser ouvidas: pode ser o momento, por exemplo, em que o mundo prende a respiração para ouvir o batimento de seu coração. Pode ser um meio termo de silêncio, um espaço de chamada para outra coisa, um convite, uma isca para diálogos.⁵⁵ (Despret, 2016, p. 1)

⁵⁴ Muitas questões se colocam na pauta da acessibilidade nas bibliotecas, desde as formas de ingressar nos prédios até os próprios suportes da informação e quais pessoas podem ter acesso a esses acervos.

⁵⁵ Tradução nossa para: “*Le silence peut être un espace dans lequel d’autres choses peuvent se faire entendre: il est peut-être le moment, par exemple, où le monde retient sa respiration pour écouter battre son cœur. Il peut être un silence d’entre-deux, espace d’appel pour autre chose, invitation, appât pour des dialogues.*”

Despret destaca o processo pelo qual os animais ocupam um “espaço de fala” que se organiza ativamente para as particularidades das outras falas, ou seja, que inclui uma atenção à presença e ao espaço do outro no território sonoro: “Um pássaro cai em silêncio, outros tomam seu lugar e, em seguida, cairão em silêncio, deixando este ou aquele outro ser a cantar sua própria melodia: é a sua vez agora.”⁵⁶ (Despret, 2016, p. 4).

A posse da fala/canto articula assim um território não mais a partir de uma divisão visual do espaço como propriedade, mas de uma partilha sonora do tempo como posse recíproca. A posse é definida como uma relação de “é meu, é seu”, tal qual a orquestra de Latour, mas na qual é o espaço do silêncio, necessário à escuta, que articula o vínculo. É somente quando silenciemos para escutar, que outros seres e mundos podem ser chamados a falar/cantar.

De tal maneira, o que difere a orquestra dos pássaros da orquestra Latouriana é o modo como a proposta de Despret se desloca das redes de relações estabelecidas por coordenação de movimentos – a orquestra humana, na qual as deixas são previstas e esperadas – para uma estabelecida no modo mais processual da consulta – quando os pássaros pausam o canto e aguardam atentos a entrada imprevisível de outro ser na conversa.

Nos últimos anos, integrando as múltiplas transformações da ocupação do espaço na vila Santa Rosa (junto com a chegada da removida vila Dique, e uma onda de novas ocupações na esteira da crescente gentrificação e expansão das regiões centrais), acompanho, ainda sem muito contato, o intenso fluxo de chegada dos "haitianos" – como têm sido chamadas por moradores mais antigos, as pessoas que chegam do Haiti, mas também de Angola, Moçambique, Venezuela e de outros países com intenso fluxo migratório (para muitos lá, são todos "haitianos").

Sua presença nos ônibus que transitam pela comunidade (lá o ônibus é o local onde não há como evitar o encontro com o corpo do outro) de início causava espanto, interesse e alguma desconfiança de sua língua incompreensível.

Não sei muito bem como tem sido a integração dessas pessoas, como se organizam em suas comunidades, como interagem e integram as outras muitas comunidades do local, mas deixo uma cena, de um ano antes da pandemia:

Uma noite, voltando da casa da minha filha, escuto uma música, um ritmo diferente dos habituais da vila (funk, hip-hop, pop, sertanejo, música gaúcha...) o volume vai subindo conforme vou me aproximando da parada em frente à praça para esperar o Nova Gleba 621, viro a esquina e na praça há uma grande movimentação de pessoas, um palco montado e muitas caixas

⁵⁶ Tradução nossa para: “Un oiseau se tait, d’autres prennent la relève qui se tairont à leur tour, laissant encore tel ou tel autre être entonner sa propre mélodie: c’est à toi, maintenant.”

de som. No microfone, alguém fala, em francês com carregado sotaque, ao público. A música contagia, e, se já não fosse tarde e os próximos não fossem os últimos ônibus do dia, seguiria a convocação do corpo, que já balançava ao ritmo de uma percussão diferente de tudo que já tinha visto ali, seja nos carros rebaixados com graves explodindo os tímpanos nos domingos, seja no êxtase sagrado dos terreiros. Aliás o ritmo ficava entre esses dois, estranhamente profano e sagrado ao mesmo tempo. O ônibus chega e eu tenho que subir, levando comigo a vontade de estar ali e de conhecer essa gente e essa música estranhas que transformam o lugar onde eu cresci.

Acervo de memórias: Uma música diferente

Em outro texto, Despret propõe o conceito de interagência (2013) para evidenciar que a capacidade de agência dos seres não ocorre sozinha ou individualmente, mas numa densa trama de coafetações. Apresentando a análise de uma série de estudos sobre o comportamento de animais e plantas, ela destaca como a ideia de agência é ainda associada ao entendimento clássico de que seria intencional, racional e premeditada, o que tem como efeito a objetificação da ação dos seres por meio de explicações mecanicistas, como a ideia do “gene egoísta”, na qual as ações dos seres seguiriam apenas uma programação biológica com uma finalidade (um *telos*), associada à garantia de reprodução da espécie (Dawkins, 2007).

Citando Donna Haraway⁵⁷, Despret afirma que “importa que histórias contamos para contar outras histórias e importa que conceitos pensamos para pensar outros conceitos” (2013, p. 29). Para Despret, o primeiro passo é atentar para as práticas e narrativas que nos libertem da compreensão de que um agente é um ator racional autônomo e de que a perspectiva é uma mera projeção empática – o clássico “se colocar no lugar do outro” que, como vimos com Saidiya Hartman, é uma impossibilidade.

Na busca por histórias desse tipo, a autora cita o trabalho de Carla Hustak e Natasha Myers (2012), no qual as autoras tecem uma crítica às teorias sociobiológicas que reduzem a interação entre espécies a modelos determinísticos baseados em concepções mecanicistas da vida e propõem o que chamam de um “modo involucionário de atenção”, no qual o que importa são as formas como os seres se envolvem⁵⁸ em intrincadas teias de relações numa ecologia afetiva – modulada por

⁵⁷ O texto citado é “*Sowing worlds: a seed bag for terraforming with earth others*”, presente também no livro Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.

⁵⁸ a expressão “*involuntary*” é um jogo com as palavras “*evolutionary*” e “*involve*”. Talvez a tradução melhor para o português fosse “envolucionário” ou “envolutivo”, para destacar a importância do “envolvimento”, no entanto, a forma “involucionário” já está consolidada na literatura.

prazer, brincadeira e experimentação – na qual a atenção é a chave para a capacidade de ação e percepção e também da disponibilidade para ser afetado pela agência dos outros seres na construção do território.

Hustak e Myers analisam os discursos científicos sobre a relação de orquídeas com seus insetos polinizadores. Em muitas espécies do gênero *Ophrys*, as orquídeas “atraem” os machos de determinadas espécies de insetos, simulando o cheiro e mesmo a aparência das fêmeas de sua espécie. Os feromônios exalados assim podem estimular o comportamento sexual nesses machos, fazendo com que, por exemplo, abelhas macho se aproximem da flor expondo a genitália antes do pouso. Assim, no discurso científico estabelecido, a orquídea “trapaceia” os insetos machos, que respondem a partir de um suposto comportamento inato, como um código pré-programado. Mesmo o “poder de enganação” das orquídeas, como é apresentado nessas narrativas, é percebido como uma ação mecânica, efeito de uma variação genética randômica.

A história contada dessa forma apresenta as relações interespecíficas num eixo de engano e exploração, reduzindo a complexidade dessas relações, “apresentando ecologias povoadas por autômatos cegos e reativos” que culminam numa visão militarizada da vida, “uma economia neo-darwiniana que parece não admitir intimidade, prazer, jogo ou improvisado dentro ou entre espécies” (Despret, 2013, p. 34)⁵⁹. É a vida como zona de guerra.

Em sua proposta de um modo involucionário de atenção, as autoras oferecem um outro olhar para essas relações, uma leitura que “amplia narrativas de práticas criativas, improvisadas e fugazes por meio das quais plantas e insetos se envolvem nas vidas uns dos outros” (Hustak & Myers, 2012, p. 77)⁶⁰. Elas propõem observar a interagência entre essas espécies a partir de uma relação de intimidade, de troca, de afeto, brincadeiras e experimentações.

A forma como as autoras “fazem a agência existir” é através da busca por narrativas mais ricas. Elas encontram, por exemplo, nas descrições de Darwin, narrativas que levam em conta a forma como flores e insetos estão envolvidos nas

⁵⁹ Trechos livremente traduzidos de: “*renders ecologies populated by blind, reactive automatons.*” e “*A neo-Darwinian economy, it seems, cannot admit pleasure, play, or improvisation within or among species.*”

⁶⁰ Tradução nossa de: “[...] *we offer a reading that amplifies accounts of the creative, improvisational, and fleeting practices through which plants and insects involve themselves in one another’s lives.*”

vidas uns dos outros em uma “inextricável teia de afinidades”, cheia de seres capazes de afetar e serem afetados por outros.

Despret destaca que não se trata de encantar ou reencantar o mundo, mas de buscar histórias que não tenham passado pelo processo de desencantamento:

Mas isso não é encantamento, nem é reencantamento. Isso implicaria que o mundo originalmente teria sido não encantado, ou anteriormente desencantado. O que elas fizeram, em vez disso, foi ler Darwin *antes que o desencantamento acontecesse*. (Despret, 2013, p. 36)⁶¹

Essas narrativas não apenas desafiam presunções de fronteiras entre corpos e espécies, mas também entre sujeitos e agentes e resistem à desanimação do mundo. As práticas científicas também enatuam, transformam e inventam os próprios processos que tentam descrever e essas relações não podem ser reduzidas à mera empatia ou a um processo psicológico de identificação que possibilite um entendimento do outro. Trata-se efetivamente de se envolver nas vidas dos seres observados da mesma forma como esses se envolvem entre si. Histórias assim convocam o que Isabelle Stengers chama de “ecologia das práticas” entre os seres, seus ambientes e os cientistas que desenham suas intrincadas relações e as tornam visíveis.

Quando meu corpo foi convocado a balançar ao ritmo novo da festa dos imigrantes haitianos na Vila Santa Rosa⁶², se estabelecia ali um convite para conhecer um modo novo de viver o/no território. A partir da expressão da música, dança e língua, e das formas como são percebidas pelos moradores mais antigos, se produz uma interagência capaz de mobilizar sentidos que desestabilizem a incompreensão, a desconfiança, o racismo e a xenofobia presente na chegada de pessoas imigrantes à Vila. Assim, essa história desenha um território que, através do estranhamento da aparente contradição de um ritmo ser sagrado e profano ao mesmo tempo, resiste ao desencantamento do mundo.

Uma BC pode, num contexto como esse, “prestar atenção” às histórias que potencializam encontros e alianças entre os mundos e que previnam seu desencantamento ou captura nos regimes de atenção ligados à colonialidade. De fato, algumas delas fazem exatamente isso, como é o caso da Biblioteca Comunitária René

⁶¹ Tradução nossa para: “*But this is not enchantment, nor is it re-enchantment. This would imply that the world originally would have been non-enchanted, or previously disenchanted. What they did, instead, was to read Darwin before the disenchantment happens.*” (grifo da autora).

⁶² Acervo de memórias: [Uma música diferente](#), pp. 68-69.

Depreste (Vieira et al., 2021), em Porto Alegre, que nasceu por idealização e iniciativa da comunidade de imigrantes haitianos de Porto Alegre e hoje integra redes de BCs e parcerias com a UFRGS e outras instituições. Ao manter um acervo em diversos idiomas, valorizando a literatura haitiana, realizar cursos de português para imigrantes, encontros com escritoras e escritores haitianos, festivais literários e outras atividades, essa biblioteca potencializa interações capazes de contar as histórias de imigração e refúgio dessas pessoas a partir de sua dignidade e riqueza cultural.

Nesse sentido articular perspectivas críticas da colonialidade, em suas mais variadas correntes, de(s)/anti/contra-coloniais (Bispo, 2019; Cusicanqui, 2019; Garcia, 2021; Lander et al., 1993) – especialmente as contribuições negras, quilombolas e indígenas sobre a produção de modos de ser e viver – para compreender os territórios periféricos possibilita habitar histórias e mundos que geralmente não são percebidos, ou o são como ameaça ou empecilho ao desenvolvimento e, buscando o contexto em que emergem nas relações entre bibliotecas e comunidades, acompanhar o surgimento dessas formas locais de fazer frente à monocultura do pensamento. Essas articulações possibilitam perceber as agências locais para além das histórias que descrevem as comunidades periféricas como lugares passivos, eternamente aguardando assistência, evidenciando diversidades como os diferentes lugares de origem das pessoas imigrantes que passaram a integrar a Vila Santa Rosa.

Para problematizar a noção de comunidade, articulo o conceito de (in)comunidade, proposto por Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018), como coletivo que *“permitiría la producción colectiva de la posibilidad común de permanecer heterogéneo, sin que las diferencias colapsen en lo homogéneo.”* (Silva e Silva, 2021, p. 109). A incomunidade é o encontro de interesses distintos em comum, alianças entre mundos heterogêneos e heterogeneamente emaranhados. Um pluriverso composto por mundos divergentes, constantemente emergindo através de negociações, enredamentos, cruzamentos e interrupções (Cadena & Blaser, 2018).

⁶³*Fazendo os sinais que lhe dão a permissão, o Babalorixá abre o búzio jogando as conchas sobre o tabuleiro demarcado pelas imperiais e por objetos investidos de axé. Observa rapidamente a configuração e se dirige a mim:*
 – *Pode perguntar meu filho.*
 – *Baba, é uma questão que tá me incomodando e eu tinha que contar aqui pra saber o que fazer.*
 – *Humm.*

⁶³ Para contar essa história, peço licença a meu Baba Léo Congo de Aganjú e a meu pai Xangô. Agô meu pai! Kao Kabelecile!

– Bom, é minha mãe, o senhor sabe, é evangélica né... e até aí tudo bem. Mas na igreja dela vivem enchendo a cabeça dos fiéis de que Orixá é demônio. Aí agora ela deu nessa, de que ela chega em casa, vai direto no meu quarto e esfrega o “óleo unguento de Israel”, ou sei lá eu como eles chamam, na cabeça do Xangô que guarda minha biblioteca. Eu já deixei a imagem católica do São Jerônimo ali, foi pra não ter esse tipo de problema, mas nem assim. Eu descobri numa noite quando cheguei em casa e ela tava saindo do meu quarto com uma bíblia debaixo do braço... desconfiei e fui lá e tava lá o óleo pingando da cabeça do Xangô! Antes de brigar com ela, quis consultar os orixás pra saber o que fazer.

O Baba solta uma gargalhada que chega a dar eco no terreiro e eu fico ali esperando ele se recompor, sem entender onde estava a graça...

– Meu filho – começa ele, ainda recuperando o fôlego – quem é teu pai?

– É o Xangô, Baba – respondo, ainda um pouco constrangido pela risada.

– E o Xangô é dono do quê?

– Ora Baba, da pedreira, do fogo, da jus...

– Isso, isso – ele me interrompe – do fogo né? E o que é que alimenta o fogo, meu filho?

– ... Ahhhh, o óleo...

– Sim, meu filho. Tua mãe tá alimentando teu santo, não briga com ela. Quando chegar em casa, convida ela, deixa botar, até reza um pai nosso junto com ela e saúda teu pai...

Acervo de memórias: Axé do fogo

A (in)comunidade não é um mundo novo que deve ser construído do zero, com novas leis que organizem *a priori* a convivência dos heterogêneos. É formada pelos encontros entre múltiplos mundos, alguns muito antigos, que re-existem aos apagamentos moderno-coloniais e que formam coalizões parciais mesmo com esse último. São mundos que organizam as forças que os compõem e atravessam de formas bem distintas da ocidental dominante.

Articular os mundos das BCs como (in)comunidades dá relevo para a abertura que suas ações de enraizamento e incidência política e seu modo compartilhado de gestão produzem no convívio cotidiano e possibilita uma compreensão da sobreposição de temporalidades que habita o presente denso dessas (in)comunidades com suas diferentes forças e expressões, alianças e dissensos.

No capítulo “Força e Território” de seu livro intitulado “O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira”, Muniz Sodré percorre a genealogia da noção de “força” para o ocidente europeu moderno e também para alguns dos povos que chama de *Arkhé*, identificando assim culturas que se diferenciam da ocidental europeia moderna por sua fundação no reconhecimento da ancestralidade.

Para Sodré, o “segredo do poder ocidental” foi o de “concentrar todas as energias do Espírito num só ponto, reunindo todo o ser numa força única [a razão], o que daria ‘asas’ a essa força isolada, e lhe permitiria ultrapassar certos limites da natureza.” (Sodré, 2019, p. 89). Assim, a consciência ocidental é caracterizada pelo desejo de universalidade, um desejo que se efetiva como imposição a partir da modernidade europeia, quando “Todas as forças convergem, então, para a produção, como valor único e universal”. À planetarização do mundo pelo cristianismo a partir de modelos de perfeição e felicidade, sobrepõe-se a produção capitalista como dominante universal.”⁶⁴

Já entre os povos *Arkhé*, segundo Sodré, outras disposições do que é força não deixaram de existir e muitas vezes ofereceram resistência à concentração ocidental na racionalidade ou à monopolização dos poderes pelo Estado. Destaca que para os Bantu e para os Yorubá⁶⁵ ser e força são a mesma coisa:

Nessa ontologia, todo e qualquer ser – animal, vegetal, mineral, humano – é dotado de uma certa força. [...] Diferentemente da metafísica ocidental de inspiração judaico-cristã, que entende o ser como algo estático, como “aquilo que é”, o pensamento banto equipara ser a força. A força não é um atributo do ser, mas o próprio ser, encarado numa perspectiva dinâmica: o mundo não “é”, o mundo se faz, acontece. Também não implica a ideia de força num princípio de animação universal. Ou seja, não é uma energia transcendente, que faria funcionar o universo à maneira de um motor que movimenta um veículo. [...] Na verdade, os bantos não dispõem sequer de um conceito universal de força [...] pois as coisas particulares são, elas próprias, forças diferenciadas. As forças não existem, portanto, como unidades individualizadas, isoladas, mas sempre em conexão e em exercício de influência umas sobre as outras.⁶⁶

Juana Elbein dos Santos, em seu livro “Os Nagô e a Morte” define o axé (*àṣẹ*) como “a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir. Sem *àṣẹ*, a existência estaria paralisada, desprovida de toda a possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital.” (Santos, 1986, p. 39). Segundo a autora, é a forma de transmissão do axé, “conduzido por meios materiais e simbólicos e acumulável”, que o constitui como princípio dinâmico e dinamizador da existência. O axé é “plantado” no terreiro e então deve ser mantido, cultivado e transmitido por seus iniciados.

⁶⁴ Sodré, op. cit., p. 90

⁶⁵ Bantu e Yoruba, os últimos também chamados Nagô no Brasil, são duas das principais etnias africanas em diáspora, trazidas à força e escravizadas no Brasil e em outros países do mundo colonial europeu. Aqui adaptaram seus modos de vida e cosmopercepções, sendo os terreiros (*egbé*) a principal manifestação de sua organização do mundo neste solo.

⁶⁶ Ibid., passim.

Esse aspecto relacional é muito importante para se entender a ontologia das forças, uma vez que elas constituem, de fato, um princípio de interação. São, em termos imediatos, intensidades de natureza variável, isto é, capacidades diferentes de afetar ou ser afetado. (Sodré, 2019, p. 94)

Entendido como força de realização ou de engendramento, o axé confere àquele que o possui uma autoridade específica, que é distinta do poder hierárquico (*agbara*), e que pode ser entendida como uma vontade coletiva, um tipo de consenso comunitário ou ética que envolve os rituais, a antiguidade na iniciação, a ancestralidade e uma série de regras, preceitos, obrigações e festividades que devem ser observadas por todos e que mantêm a comunidade (*egbé*) coesa e em harmonia. Como o axé se concentra de diferentes formas em todas as coisas, “[...] as árvores, as casas, as ervas, os animais e os homens compõem uma totalidade, que hoje os valores da acumulação capitalista e as formas produtivistas da organização do mundo procuram fragmentar”⁶⁷.

Os assentamentos nos terreiros são a materialização ritual do cultivo do axé. Não são representações das forças, são as formas rituais de cultivo e co-engendramento das próprias forças. A dinâmica do axé, assim, opera a coemergência cultivada do *egbé*, a comunidade de axé. Como formas diaspóricas das espiritualidades africanas, as religiões de matriz africana mantêm a re-existência de suas comunidades pelo cultivo do axé.

A noção de território proposta nessa articulação percorre uma heterogeneidade de abordagens, buscando múltiplas formas de perceber e compor mundos-territórios. É essa composição que utilizo para compreender os mundos que emergem das relações estabelecidas entre bibliotecas e comunidades periféricas. É uma composição que permite deslocar as narrativas sobre as BCs – comumente entendidas como local de acesso aos livros para comunidades “carentes” – para histórias que atentem para a interagência entre comunidade e biblioteca na emergência de um mundo-conjunto, no qual a atenção e o cuidado, o cultivo de formas de re-existência, e também da alegria, do jogo e da experimentação, no encontro com os mundos-próprios, agenciam o território entendido como comunidade.

Propomos que a leitura do território formado pelas BCs e suas comunidades seja feita a partir da atenta e cuidadosa escolha das histórias que contam esse território e suas forças. Uma coalizão de histórias que resistem à desanimação dos

⁶⁷ Ibid., p.100.

mundos que habitam as periferias, trazendo à tona os modos de existência que os agenciam e as relações que emergem entre eles – como a história da Biblioteca Multicultural Nascedouro, tal qual nos conta Rogério Bezerra⁶⁸. A partir dos afetos, comunidade e biblioteca co-engendram um mundo de muitos mundos.

7 POLÍTICAS ATENCIONAIS E COGNITIVAS E A ONTOLOGIA DO CUIDADO: A EMERGÊNCIA DE UM MUNDO-CONJUNTO

Toda a construção do problema dos mundos até esta seção aponta para a atenção como o fenômeno chave para a possibilidade ontológica: como condição para a existência das relações e da interdependência entre os seres, no planeta e fora dele⁶⁹. Exploramos o papel da atenção na emergência dos mundos/territórios, na articulação dos múltiplos espaços e tempos periféricos e nas relações da atenção com o encontro entre os diferentes mundos.

Enfatizo que há muitos modos de entrar em contato e investigar o tema, pois parte do movimento em torno da atenção hoje consiste precisamente em deslocar as formas de percepção. Esse deslocamento intenta produzir, num primeiro momento, o choque com a hegemonia dos meios de difusão científicos e midiáticos, suas linguagens, veículos, e modos de fazer notar ou perceber; em seguida o reconhecimento das ausências, lacunas de temas e sujeitos quando a atenção opera predominantemente por esses canais; e, por fim, o esforço para um redesenho do campo perceptivo e atencional, uma reorientação política, ética e estética para dar conta dos mundos e modos de atenção que ficaram de fora da produção hegemônica da realidade.

Quando indagamos as políticas atencionais que balizam as relações entre mundos nas BCs, encontramos diferentes modulações dos vetores hegemônicos da atenção, entre outras formas, nas ferramentas que direcionam a atenção de bibliotecários, agentes da comunidade, mediadores de leitura e frequentadores para a composição e disposição dos acervos e para as ações e relações promovidas com

⁶⁸ Do Acervo de memórias: [Um Nascedouro na Boca do Lixo, pp. 49-50](#).

⁶⁹ Não é necessário imaginar – embora possa ser divertido – seres alienígenas dotados de corpos e inteligências, similares ou não, aos nossos, para conceber o espalhamento de formas de atenção extraterrestres. Nossa tecnologia atual de satélites, sondas, estações espaciais, naves e foguetes emite e “percebe” sinais espaciais diversos, podendo se dizer que há um “sistema de atenções” dentro e fora do planeta.

a comunidade. Essas ferramentas e os conjuntos de práticas nos quais as BCs se encontram profundamente emaranhadas compõem regimes de visibilidade e fruição de certos mundos e não de outros. A reorientação da percepção nesses cenários passa pelo cultivo de uma postura atencional aberta, com a potência de produzir novas ferramentas, práticas e éticas de relação entre bibliotecas e comunidades.

Entraremos, nesta seção, diretamente na investigação de como a atenção se articula para agenciar os mundos-territórios, em seguida relacionando com as práticas das BCs e suas comunidades, para que, então, possamos tratar dos dispositivos de cultivo de novas políticas atencionais. Para abordar a complexidade e a interdependência das formas e operações da atenção, proponho a entrada pelos referenciais teóricos das ecologias da atenção e dos estudos da cognição enativa, articulando as relações entre as ecologias atencionais e políticas cognitivas numa perspectiva ontológica do cuidado.

7.1 ATENÇÃO COLETIVA: OS REGIMES ATENCIONAIS E A GUERRA DE MUNDOS

De forma paradoxal ao crescente interesse no tema, e similar ao que acontece com as narrativas midiáticas sobre os mundos periféricos, a atenção é também alvo de histórias redutoras. São histórias que a restringem a um binarismo que supostamente atuaria a partir de escolhas individuais entre as operações de “foco” e “distração”, estar “atento” ou “desatento”.

Jonathan Crary nos conta que a modernidade ocidental, desde o século XIX, vem reconfigurando os modos de atenção através da exigência crescente de identificação e adaptação dos indivíduos à produção de foco, ou seja, na capacidade de isolar a atenção em um ou poucos estímulos, desprendendo-a de um campo mais amplo de percepção. Os efeitos desse afunilamento da atenção ao foco estão, segundo Crary, intimamente relacionados à fragmentação das subjetividades na contemporaneidade:

Que nossas vidas sejam tão inteiramente uma colcha de retalhos de tais estados desconexos, não é uma condição “natural” e, sim, o produto de uma densa e poderosa recomposição da subjetividade humana no Ocidente ao longo dos últimos 150 anos. Tampouco é insignificante o fato de que no fim do século XX uma imensa crise social de desintegração da subjetividade seja metaforicamente diagnosticada como um déficit de “atenção” (Crary, 2013, p. 25).

Crary coloca em análise a visualidade para demonstrar como essas forças da especialização e separação formataram os modos de perceber, tornando possível a

construção isolada de um certo domínio visual, de modo que muito do que hoje parece ser “visual” é na realidade efeito da composição com outras forças e relações de poder. Assim, a visualidade quase se confunde com a própria ideia de atenção, povoando – e limitando – o repertório desta com metáforas visuais, afastando-a de uma noção de corporeidade muito mais complexa, “[...] na qual um sujeito corporificado é ao mesmo tempo o local de operações de poder e o potencial de resistência a elas.”⁷⁰ A subjetividade assim produzida engendra indivíduos que se isolam, separam e habitam o tempo destituídos de poder. Contudo, Crary aponta que as formas de uma contra-atenção são constituídas não apenas no campo visual, mas também por outras temporalidades, estados cognitivos, e “[...] formas sensoriais irreduzivelmente heterogêneas”⁷¹.

Nas pesquisas sobre o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) realizadas por Luciana Caliman e colaboradoras (Caliman, 2008a; Caliman et al., 2018, 2020), a dicotomia foco/distração é apontada como postura chave para compreender a tendência à medicalização da atenção. Para as autoras, a convicção biomédica de que o uso de psicoestimulantes como o metilfenidato⁷² teria ação isolada no controle e direção da atenção se deve ao fato da atenção nas neurociências ser geralmente concebida em termos de uma capacidade individual, originada e controlada pelo cérebro em interações neurobioquímicas⁷³. Como destaca Caliman:

Os dados que fundamentam o discurso da legitimação médica e biológica do TDAH vêm das pesquisas neurológicas e das funções cerebrais, dos estudos feitos com as tecnologias de imagem cerebral e da pesquisa molecular e genética. Através deles, o discurso neuropsiquiátrico dominante diz ser possível demonstrar que o transtorno é real porque, finalmente, seus fatores biológicos foram descobertos e alguns deles se tornaram passíveis de visualização, observação, universalização e comunicação científica. O argumento pode ser assim resumido: o diagnóstico do TDAH é real porque, em certa medida, é visível e biológico, e descreve uma condição maligna. (2008a, p. 560)

Esse entendimento compartilha premissas com a crença popular de que estar “atento” ou “desatento” seria uma gestão da atenção que caberia exclusivamente ao indivíduo, uma crença que está na raiz do estigma social das pessoas que não

⁷⁰ Ibid, p. 27.

⁷¹ Ibid, p. 28.

⁷² O metilfenidato é mais conhecido popularmente por sua apresentação comercial, a ritalina.

⁷³ A importância e relevância diagnóstica do TDAH e da medicação do transtorno não será posta em questão aqui. A problematização, tanto minha quanto das autoras citadas, segue a linha de apontar pontos críticos na definição e contexto do transtorno, analisando-os e assim buscando contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno da atenção e seus efeitos coletivos e sociais.

correspondem às exigências normativas em relação às formas da atenção. O caso do TDAH é valioso para a análise dos discursos sobre a atenção – tanto biomédicos quanto populares – e para investigar o papel que ela exerce na organização política e econômica das sociedades contemporâneas.

Tais discursos raramente reconhecem as relações entre os danos observados nas vidas de pessoas portadoras do transtorno – o impacto negativo na história do paciente constitui parte importante dos critérios diagnósticos, a “condição maligna” – e a crescente exigência mercadológica de um tipo de atenção e foco específicos na gestão do cotidiano, voltada para a produtividade e conformidade, seja na escola, no trabalho ou mesmo no lazer. Uma exigência que é acelerada pela disputa atencional que acompanha o desenvolvimento das tecnologias da informação em rede.

Quando tomei o primeiro comprimido, saí para caminhar tentando perceber o que mudava no mundo. A primeira impressão parecia o efeito de óculos para quem é míope. Minha curiosidade pela nova organização da minha atenção teve mesmo um efeito visual, ou pelo menos meu corpo reagia como se tivesse um. Olhava para as pessoas na rua e parecia haver algo novo ali. Na época, eu trabalhava digitando laudos radiológicos no hospital, e era horrível, pois era um trabalho chato e repetitivo, que exigia sustentar o foco por muito tempo nas mesmas tarefas. Esse trabalho se tornou muito mais fácil. Outras tarefas cotidianas também, e logo fui adquirindo uma confiança no meu desempenho que não lembro de ter experimentado antes. Passou o tempo, consegui concluir o curso de biblioteconomia e parei de ter problemas com o trabalho. O remédio certamente contribuiu.

Por outro lado, acho que acabei me acomodando nesse trabalho que não gostava e ficando por lá muito mais tempo do que gostaria. Além disso, desde que comecei a tomar o remédio, o blog que mantinha, com poemas e insights cotidianos, foi minguando. Algo na forma como eu fazia associações inéditas – algo que sempre gostei em mim – foi desaparecendo e meus dias pareciam muito mais produtivos, mas bem menos criativos...

...

Acho que a atividade de “navegar” pela web traduz bem a sensação: o hipertexto tem essa qualidade não linear: a gente vai seguindo links conforme chamam nossa atenção e daqui a pouco estamos em textos muito diferentes do assunto original, compondo percursos inéditos pelas associações que fazemos. Como precisamos de uma certa distância temporal para acomodar as novas informações e perturbações que vamos encontrando, essa navegação dá a impressão de caos, de que se está percorrendo caminhos desorientados – o que não raro é mesmo o que acontece. Com o tempo produzimos um sentido original a partir dessas colagens.

Medicado, minha navegação segue o fluxo do texto original, ignorando os hiperlinks. Termino o texto, sei o ponto de quem o escreveu, mas não experienciei os desvios, as contradições,

*idas e vindas, mudanças de rota e de destino que complexificam a navegação*⁷⁴.

Acervo de memórias: Navegar é (im)preciso

Esses fenômenos sociais estão na base da própria afirmação científica do TDAH e no epicentro das polêmicas quanto ao diagnóstico do transtorno. A face pretensamente neutra e harmoniosamente consolidada do TDAH esconde as intensas disputas e conflitos – teórico-metodológicos, epidemiológicos, econômicos – que participaram de sua construção como transtorno psiquiátrico e que ainda participam na sua crítica e nos debates sobre os modos de atenção contemporâneos (Caliman, 2009).

Nos afastaremos dos entendimentos redutores do funcionamento da atenção tomando-a como ecossistema de gestos, posturas e disposições que, embora possuam algum nível de agência individual e local, são indissociáveis das estruturas coletivas que formam regimes atencionais, nos quais determinadas coisas, seres, ambientes ou situações são percebidas e levadas em conta, enquanto outras não (Citton, 2017). Assim, entenderemos atenção como processo sempre coletivo: “Através de ‘mim’ é sempre um ‘nós’ quem presta atenção”. Mesmo quando analisamos a atenção que ocorre no encontro entre duas pessoas ou mesmo na atenção individual, as formas das atenções são moduladas pelos regimes atencionais.

Pensar em regimes de atenção como fenômeno coletivo acentua a percepção do achatamento operado pelos modelos individualistas e cerebrais do tema da atenção. Tomar o ato da leitura como exemplo contribui para tornar isso particularmente evidente. As imagens mais comuns sobre a leitura – amplamente difundidas em peças publicitárias, filmes e livros – a retratam como atividade silenciosa, individual e privada. Nelas, os leitores aparecem como seres imersos em um mundo à parte, totalmente focados e desvinculados do que acontece no entorno. Ao tomarem apenas o foco visual no livro como totalidade da atenção envolvida, essas imagens não levam em conta que, quando abro um livro e início a leitura, nunca o faço sozinho. E não é apenas a intenção do escritor ou escritora que vem comigo na leitura.

⁷⁴ Destaco que essa narrativa parte de minha experiência com metilfenidato. Não pretende ser a descrição do efeito ou de experiências em busca de uma generalização. Embora tenha escutado histórias similares de outras pessoas que também fizeram uso contínuo do medicamento, também sei de relatos do oposto, de que o ganho em consistência de foco com o uso da medicação acompanhou o desenvolvimento de uma nova confiança, que permitia deixar as seguras linhas do conhecido e se aventurar por locais ainda inexplorados. Não é o efeito da substância que está em análise, e sim as formas coletivas de prestar atenção, que estabelecem o foco como movimento positivo, no qual depositamos nossa confiança e a distração como mal a ser evitado e medicalizado.

Tenho por companhia nesse percurso todas as decisões editoriais, desde a imagem da capa, o texto das orelhas e quarta capa, a diagramação e mesmo as escolhas de design das fontes e seus tamanhos; algum prefácio, apresentação, tradução; a textura, tonalidade e cheiro do papel e da tinta; uma eventual campanha publicitária, adaptação para o cinema, evento ou recomendação, as resenhas que tenham despertado meu interesse e expectativa inicial pelo livro... O ambiente no qual leio, minha postura e estado corporal – estou com fome ou sede? tenho sono? estou confortavelmente posicionado? quais sons escuto ao meu redor? qual a sensação térmica? como é a iluminação? estou seguro? ..., tudo isso também se faz presente no meu momento de leitura.

Ainda sou acompanhado na leitura por meu passado: desde os percursos anteriores ao momento, como o meu dia de trabalho, as conversas que tive, outras leituras e pensamentos anteriores; até minha história e experiências, meu processo de alfabetização e letramento, o convívio familiar e comunitário, meu percurso escolar, escolhas e possibilidades profissionais, condições sociais, as políticas e articulações educacionais e culturais... E também meu futuro vai junto: essa leitura contribui para planos de minha vida? Leio descompromissadamente ou como parte de um projeto de estudo? Que preocupações com o dia de amanhã estão comigo? Como essa leitura afeta minha autoimagem e condiciona minhas possibilidades futuras?

Toda essa trama – que envolve diversos atores, processos multifatoriais e diferentes temporalidades – densamente emaranhada e desencadeada ecologicamente nas relações com outros seres humanos, não humanos, objetos técnicos e infraestruturas sociais, políticas e ambientais, condiciona materialmente as formas e vetores da minha atenção e minha localização em relação a tudo isso afeta decisivamente minhas possibilidades de leitura.

[...] antes de ser uma questão de escolhas individualizadas, a atenção é antes de tudo estruturada (e enfeitada) por encantamentos coletivos, que são inextricavelmente arquitetônicos e magnéticos, e que são induzidos por aparatos midiáticos que circulam certas formas (e não outras) entre e dentro de nós. [...] A atenção que presto ao que me cerca e ao que encontro é limitada, pelo menos em primeira instância, a seguir caminhos abertos pelas imagens e discursos que circulam entre e dentro de nós. (Citton, 2017, p. 31)⁷⁵

⁷⁵ Tradução nossa para: “[...] *before being a matter of individualized choices, attention is first of all structured (and spellbound) by collective enthrallments, which are inextricably architectural and magnetic, and which are induced by media apparatuses circulating certain forms (rather than others) among and within us. [...] The attention I pay to what surrounds me and to what I encounter is*

Nossas escolhas, as seleções que operamos por meio dos pontos, objetos e eventos nos quais pousamos nossa atenção, são constituídas na articulação dessas imagens e discursos “que circulam entre e dentro de nós” e que geram efeitos materiais nas realidades. São os regimes de atenção que “enfeitiçam” os mundos. Esses encantamentos coletivos, no caso das periferias urbanas, estão presentes na constituição de mundos como o que descrevo em minha carta à Vila Santa Rosa de Lima⁷⁶, quando relato o medo que tive quando, aos 10 anos de idade, fui com minha família morar nessa comunidade. Nessa história, estava “enfeitiçado” pelas imagens e discursos que recebia apontando o perigo de conviver com as pessoas que ali moravam. Essas histórias são componentes de uma materialidade que opera como o plano de construção para os mundos-próprios, definindo o que pode ser percebido e condicionando, assim, a atenção a seguir por determinados caminhos, que, no caso, têm como efeito a estigmatização das pessoas e comunidades periféricas, limitando suas condições de vida e suas possibilidades de construção do território.

⁷⁷Teve uma vez, lá pelo ano 2000, que uma rede de TV local nos procurou querendo fazer uma matéria sobre a biblioteca e a leitura na periferia. Tínhamos essa atividade marcada de mediação de leitura com a comunidade e concordamos deles fazerem a cobertura. No dia, chegaram lá, montaram todo o equipamento e começamos a atividade. TV tem dessas coisas né, já chegaram querendo "dirigir" a galera. Interrompiam a atividade toda hora e pediam pra fulano vir mais pra cá, fulana virar mais pro lado... atrapalhavam mesmo. Mal tinham começado a filmar e um deles recebeu uma ligação. Então começaram a recolher tudo e levar pro carro. Perguntamos o que houve e ele disse que tinha acontecido uma troca de tiros com uma morte em outro lugar do bairro e eles estavam indo cobrir. Nos deixaram ali e foram cobrir a morte...

Acervo de memórias: Escolhas

Yves Citton atribui a canalização da atenção humana ao emaranhado de aparatos de mídias que nos envolvem de forma quase ubíqua, destacando que a mídia deve ser entendida mais em termos de ecossistemas de difusão do que como canais de transmissão. Os encantamentos atencionais assim produzidos pelas mídias

constrained, in the first instance at least, to follow paths opened by the images and discourses circulating among and within us”.

⁷⁶ Nas páginas [32-34](#).

⁷⁷ História baseada no relato, feito em conversa com Rogério Bezerra, de episódio ocorrido na Biblioteca Multicultural do Nascedouro, em Peixinhos, Olinda. Sem registro em outras fontes.

formam um ‘sistema de eco’ – *echosystem*. Essa infraestrutura “ativamente recondiciona a realidade da qual se supõe que seria uma representação fiel”⁷⁸.

No documentário *The Brainwashing of My Dad*⁷⁹ (Senko, 2016), a cineasta estadunidense Jen Senko investiga as formas pelas quais seu pai – que sempre fora uma pessoa tolerante com a diferença, de discurso moderado e com alguma sensibilidade social – passa por uma transformação radical após a imersão no consumo do conteúdo de programas estilo *talk radio*⁸⁰ e de canais de notícias como a *Fox News*, adquirindo ideias reacionárias de extrema-direita, manifestando opiniões racistas, xenofóbicas e LGBTQI+fóbicas e rompendo relações com comunidade, amigos e família.

Recolhendo e analisando relatos de famílias que passaram por situações similares com um ou mais parentes e entrevistando profissionais e pesquisadores de diversas áreas, Senko compõe um panorama das práticas da mídia de extrema direita nos EUA. Essas práticas operam um regime atencional que explora fatores como isolamento, controle, incerteza, repetição e uso de emoções fortes na composição de mensagens curtas e taxativas, produzindo no espectador um estado atencional de alerta, constantemente reiterado por novas mensagens. A atenção é mantida em presa às mensagens veiculadas e utilizada para cultivar a desconfiança quanto a quaisquer outras fontes de informação, resultando numa vulnerabilidade extrema a notícias falsas, teorias da conspiração e discursos de ódio.

As teorias, técnicas e práticas exploradas pela mídia até a época do documentário pavimentaram o caminho para a globalização desse aparato midiático – que atingiu patamares muito acima dos previstos na investigação de Senko – ao acoplar sua máquina de captura atencional às bolhas algorítmicas das redes sociais e aos aplicativos de mensagens instantâneas.

Donald Trump e seu marqueteiro e ideólogo Steve Bannon não são sequer mencionados no documentário, que é anterior à ascensão de Trump à presidência dos EUA. No entanto, as técnicas publicitárias de Bannon – cujo principal “trunfo” é a disseminação de notícias falsas – aliadas ao poder financeiro do empresariado

⁷⁸ *libd.*, p. 29

⁷⁹ *A Lavagem Cerebral do Meu Pai*.

⁸⁰ Programas de rádio que veiculam exclusivamente conversas sobre temas diversos. Muito populares nos EUA, entre seus subtipos estão os *conservative talk radio*, que tratam de questões políticas por um viés de direita.

conservador e à impressionante velocidade de disseminação da informação em rede, tiveram participação crucial na eleição não apenas de Trump, mas de governantes de extrema-direita em diversos países (Gennari, 2022). Exerceram especial influência e impacto nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, que elegeram Jair Bolsonaro, junto com uma imensa base legislativa associada a sua imagem e a posições ideológicas. Também tiveram importante participação na onda de protestos e atos de vandalismo golpista que culminou na invasão e depredação das sedes dos três poderes⁸¹, atingindo em cheio a frágil democracia brasileira, após a vitória de Lula nas eleições de 2022.

A comparação com os atos que sucederam a derrota de Trump nas eleições presidenciais estadunidenses de 2020, especialmente com o episódio da invasão do Capitólio⁸² é inevitável. Os dois eventos têm como base comum o esforço coordenado (e financiado) para criar um ambiente atencional de alerta contínuo, estimulando reações de revolta, medo e ódio face a um inimigo identificado vagamente como “o comunismo” e “a esquerda”.

Uma mudança atencional coletiva importante operou na transição entre os aparatos de mídia e comunicação descritos no documentário de Senko e o uso massivo de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas nos desdobramentos que conduziram a rápida e avassaladora ascensão da extrema direita a posições de poder em diversos países. Podemos dizer, seguindo os modelos propostos por Vilém Flusser⁸³, que os primeiros aparatos de mídia compunham um sistema de transmissão de discurso, cujo foco é a transmissão unívoca de informações pré-existentes, enquanto as redes sociais e aplicativos de mensagens constituem um sistema de redes de diálogo, cujo objetivo é sintetizar informações parciais, coproduzidas pelos participantes. No primeiro caso, a informação é apenas armazenada, no segundo, é acrescida e modificada. É possível dizer também que, com o uso das redes sociais para disseminação de ideias políticas se alcançou um

⁸¹ Os ataques ao Palácio do Planalto, Superior Tribunal Federal e Congresso Nacional aconteceram ao longo do dia 8 de janeiro de 2023. Centenas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro se reuniram em Brasília e, durante atos que exigiam intervenção militar contra a posse do presidente eleito democraticamente Luis Inácio Lula da Silva, invadiram, depredaram e saquearam as sedes dos três poderes. A invasão contou com financiamento de grupos de empresários, igrejas e outros apoiadores de Jair Bolsonaro e com a facilitação pela inação das forças policiais presentes, até então ligadas ao governo anterior.

⁸² Ocorrida em 6 de janeiro de 2021.

⁸³ Flusser, 2006, apud Citton, 2017, p. 86. Flusser, V. (2006). *Civilisation des médias*. Circé.

nível de reciprocidade e, por consequência, um maior envolvimento afetivo na comunicação – características da atenção conjunta⁸⁴ – aproximando as informações, criadas para a disseminação como estratégia política, da experiência das pessoas, aumentando a sensação de legitimidade e urgência das mensagens – mesmo quando provenientes de informações falsas e preconceituosas, ou da interação (não percebida) com robôs multiplicadores de conteúdo.

É importante dizer que um regime atencional não surge do nada, mobilizando a atenção em torno de novas pautas, temas e crenças, que subitamente tomam a centralidade da atenção. Antes disso, se trata da manifestação dos processos de desterritorialização e reterritorialização, que, como vimos, agenciam os territórios. São ritornelos. No caso acima, embora em contextos e formas bastante específicas, em ambos os cenários, estadunidense e brasileiro, o regime atencional explora o material presente nas relações cotidianas dessas sociedades. Está pavimentado por séculos de racismo, patriarcado, exploração econômica, desigualdades sociais, elitismo e tradições religiosas conservadoras. É uma atualização de todas essas forças presentes no território em um modo de atenção adaptado ao ambiente midiático global hiperconectado do século XXI.

Discursos políticos como o do liberalismo econômico e do mercado financeiro – com suas fantasias de emancipação pela autorregulação do mercado e aceleração do desenvolvimento pela acumulação de capital e extrativismo – utilizam dos mesmos meios para disseminar seus modos de interpretação do mundo, transmitindo uma imagem aparente de neutralidade e “naturalidade”. A pretensa neutralidade e a naturalização do pensamento neoliberal possibilitam que esse sistema se imponha sobre o mundo não apenas como um sistema econômico, mas como “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot & Laval, 2016, p. 7).

Retomando Strathern (2014), o neoliberalismo é uma narrativa com poder de persuasão suficiente para apagar os traços de sua construção social e se apresentar como natural nos mais variados meios sociais, como nos discursos científicos e na cultura popular. O que confere o alto poder persuasivo a essa narrativa são os próprios regimes de atenção e as políticas a eles associadas.

⁸⁴ Veremos nas subseções seguintes as formas como a atenção conjunta tem papel fundamental na constituição da experiência e dos mundos.

A política atencional neoliberal sustenta essa lógica como um modo de existência normativo imensamente plástico, que atua como pano de fundo das relações, possibilitando ao neoliberalismo se articular, tanto aos regimes atencionais ultra-conservadores, – negacionistas da ciência, racistas e cisheteropatriarcais da extrema-direita – quanto a pautas geralmente associadas ao campo progressista da esquerda, como as ações afirmativas contra o racismo, agendas feministas, anticapacitistas, ativismo ecológico e até mesmo ao anticapitalismo, numa apropriação consumista de todas essas pautas, sem que, contudo, essas associações sejam percebidas como incoerentes – de fato, boa parte das vezes são sequer percebidas.

Esse regime de atenção está profundamente vinculado à crise imaginativa apontada por Mark Fisher quando define o realismo capitalista como “[...] uma atmosfera penetrante, que condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação – agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação.”⁸⁵ Uma forma de atenção neoliberal participa efetivamente na disseminação e regulação das condições libidinais para o realismo capitalista, constituindo uma

[...] condição inescapável da economia neoliberal, um mundo onde a contingência dos mercados econômicos e o fim dos estados de bem-estar social (ou a mínima possibilidade deste ser erguido nos países do sul global) impõe culturalmente e, portanto, subjetivamente, uma dimensão libidinal homogênea que afirma a ausência de qualquer condição alternativa ao capitalismo. (Santo et al., 2023, no prelo)

Desse modo, a subjetividade neoliberal torna “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”⁸⁶. O feitiço neoliberal sobre a atenção faz com que, na percepção dos mundos dissidentes – quando acontece –, eles sejam destituídos de agência, descartados ou cinicamente incorporados à sua lógica como mercadoria. Assim, quaisquer alternativas imaginadas à precarização da vida imposta pelo neoliberalismo já surgem enfraquecidas, marcadas pela suposta inevitabilidade das condições neoliberais de existência.

Tudo isso está muito presente nas periferias. Marca modos de subjetivação e atitudes atencionais que produzem certos regimes de visibilidade, como na minha história de vida quando, na adolescência, rejeitei as formas culturais próprias do lugar

⁸⁵ Fisher, 2020.

⁸⁶ Segundo Fisher, o slogan que dá o subtítulo de seu livro “Realismo Capitalista” é atribuído a Fredric Jameson e Slavoj Žižek. *Ibid.*, p. 10.

onde morava na Vila Santa Rosa, buscando referenciais nos bairros centrais mais ricos⁸⁷. O apelo desses lugares sobre minha imaginação os apresentava como experiência cultural mais “evoluída” do que os modos de vida nos quais cresci. Esse fluxo da atenção das subjetividades periféricas, voltada para o centro, visto como “superior”, marca a autoimagem das pessoas e afeta – limitando – a imaginação quanto ao seu futuro. Por um lado, os saberes intergeracionais, as habilidades, as experiências e os gostos periféricos são sequer imaginados como possibilidade de “ganhar a vida”; por outro lado, certos caminhos predeterminados são “autorizados” à experiência, enquanto outras possibilidades ficam distantes dos sonhos de futuro. Na minha experiência, era comum colegas de escola e amigos do bairro valorizarem trabalhos como serviço militar, carreira policial (ou em empresas de segurança), cursos técnicos para trabalho na indústria, construção civil ou empregos no comércio como as melhores oportunidades para o futuro e, por algum tempo, algumas dessas foram também as minhas principais apostas. Esses caminhos são pré-formatações muito fortes da experiência masculina periférica. Nunca escutei homens brancos da classe média cogitando trabalhar sequer temporariamente nessas posições.

Regimes de atenção perpassam a vida das pessoas nas comunidades de formas bem distintas, mas tendo em comum a função de estruturação da percepção a partir dos agenciamentos da atenção. O que se percebe, como se percebe e o valor que se dá ao que se percebe em muito é orientado pelos caminhos dos regimes atencionais vigentes. Sobre este último aspecto, há uma relação direta entre atenção e valoração, uma vez que só podemos avaliar aquilo que percebemos e, de modo recíproco, tendemos a prestar mais atenção àquilo que valorizamos.

Nesse sentido, a atenção coletiva contemporânea é ainda condicionada pelo que Citton chamou de processo de eletrificação da atenção: “[...] computadores substituindo a energia atencional por energia elétrica”⁸⁸, definindo assim o mais famoso dos complexos algoritmos do mecanismo de busca do Google, o PageRank. Citton descreve a forma como, baseada inicialmente no conhecido sistema bibliométrico de credibilidade acadêmica, a busca do Google ordena os resultados tendo por base o número de “citações” recebido por uma página. O algoritmo atribui valores maiores se a página que faz a menção é também mencionada por outras,

⁸⁷ Na Carta à Vila Santa Rosa de Lima, p. 32-34.

⁸⁸ Citton, 2017, p. 63

inflando o “valor” de uma página de acordo com a quantidade e qualidade das “avaliações” que recebe. Os resultados considerados mais relevantes ficam no topo da lista apresentada. Em geral essa lista é bastante exaustiva, retornando milhares e, às vezes, milhões de resultados conforme a expressão de busca. No entanto, quase sempre seguimos, no máximo, até a segunda ou terceira página de resultados. O que importa não é ser incluído ou não. Tudo é incluído, tudo é permitido e disponível, mas apenas uma parte muito pequena é realmente visível e decisiva⁸⁹.

A complexidade do PageRank e dos outros algoritmos que organizam as buscas no Google é imensamente maior que isso, mas ainda assim pode ser descrita dessa forma. Trata-se, portanto, da automação, de um processo atencional que ocorre há séculos nas comunidades acadêmicas, e há milênios na história dos livros e das bibliotecas: citação e referenciação. É um mecanismo engenhoso que nos poupa um tempo incalculável do processo de busca e avaliação para encontrar alguma informação no imenso universo da web. No entanto, ao delegarmos a carga atencional utilizada na valoração das informações que recebemos, deixamos de perceber muitas nuances que condicionam esse processo e que poderiam mudar completamente o modo como avaliamos essas informações.

Citton chama de vetores, os canais pelos quais a atenção é “digitalizada” nas redes. Em uma perspectiva sociotécnica ampla, vetores são as condições materiais, os meios de produção, que possibilitam e condicionam a circulação da informação.

Os vetores são justamente os cabos, discos e servidores, mas também os softwares, os negócios e o fluxo de investimentos que a informação requer para ser materializada, armazenada, classificada, recuperada e para que possa circular no espaço e tempo entre os humanos. (Citton, 2017, p. 65)⁹⁰

Os vetorialistas⁹¹ são a nova classe que surge dessa conjuntura de poder. São os capitalistas da atenção digitalizada. Nessa nova luta de classes, o acúmulo de capital está organizado em torno das formas como as capturas atencionais produzem valor monetário por meio de uma comodificação da atenção. O poder vetorialista é baseado numa ontologia da visibilidade: o vetor não tem substância. É pelo olhar e atenção que constitui seu valor, existe através de quem passa por ele.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Tradução nossa para: “*The vectors are precisely the cables, disks, and servers, but also the software, the businesses and the flow of investments which information requires in order to be materialized, stored, classed, retrieved, and so that it can circulate in the space and time between humans.*”

⁹¹ Wark, McKenzie. (2012). *Telesthesia: Communication, Culture and Class*. Cambridge: Polity. Apud. Citton, 2017.

De tal modo, a valoração das informações que recebemos é feita a partir de uma lógica de mercadoria. Não à toa, o Google adicionou ao topo da lista de resultados das buscas – o centro dos holofotes no palco atencional da navegação na web – os links patrocinados. De forma similar, a rolagem dos feeds de redes sociais, projetadas para manter a atenção capturada – e viciada – pelo maior tempo possível, prioriza a apresentação de conteúdo patrocinado. Quem navega as páginas é percebido pelos vetores duplamente: como um perfil de consumo, ao qual as ofertas são direcionadas de acordo com seus percursos anteriores e seus hábitos de navegação; e como produtor não remunerado de conteúdo, uma vez que todas as suas interações nas plataformas alimentam a coleta perpétua de dados utilizados para direcionar produtos e serviços.

A percepção concreta assim estruturada é assombrada por uma lógica abstrata que determina as relações em um estoque finito, formando “[...] um certo ‘protocolo’ que introduz um filtro entre a minha atenção pessoal e aquilo ao qual ela é aplicada.”⁹² Esse nível de pré-configuração da realidade intensifica a circulação da atenção pelos vetores de acesso globais ao mesmo tempo em que impõe sua sujeição aos protocolos, que operam como condições de acesso. A seleção do que é mostrado é geralmente condicionada por cálculos dirigidos numa lógica de lucro e leva ao apagamento de certas nuances consideradas irrelevantes.

Podemos pensar que as mensagens, ao serem selecionadas pelos vetores, são formatadas, redirecionadas, diluídas ou suplementadas pelas ideologias acopladas aos seus protocolos, saturados pelos modos de existência que definem o que trafega por eles. Como a notícia da troca de tiros seguida de morte no bairro de Peixinhos, que despertou maior interesse à mídia local do que as ações de mediação de leitura da Biblioteca Multicultural do Nascedouro⁹³, traduzindo assim o filtro da necropolítica associado a esse vetor da atenção coletiva.

Ao condensar nossa atenção, os vetores alteram profundamente nossa relação com o conhecimento, reduzindo a imensa diversidade de informações a uns poucos parâmetros baseados em tendências da atenção coletiva direcionadas ao lucro. Somos tentados a tomar os dados apresentados como representações do que existe,

⁹² Citton, 2017, p. 68. Tradução nossa para: “a certain ‘protocol’ which introduces a filter between my personal attention and that to which it is applied.”

⁹³ Do Acervo de memórias: [Escolhas](#), na página 82.

“baixamos a guarda” atencional, e deixamos de perceber tudo o que não nos é apresentado.

Durante a pandemia fizemos várias ações pela internet, saraus online, clubes do livro, até um festival online de leitura envolvendo várias bibliotecas comunitárias, escritores, mediadores. Divulgamos em vários canais e pouca gente apareceu no primeiro encontro. Daí a J. teve a ideia de fazermos uma vaquinha para patrocinar as postagens no instagram. Os reels e stories patrocinados passaram a aparecer pra todo mundo e mais pessoas se interessaram e compareceram no festival. Fiquei pensando, antes, nem pra mim e pro pessoal da equipe as postagens apareciam. Aparecia show da Anitta em outros estados, oferta de livro na Amazon etc. Mas uma coisa que acontecia aqui, no lugar onde a gente vive e que a gente está envolvida, sumia e ninguém via.

Acervo de memórias: Seleções

Ao operar por meio dessas seleções nada neutras, os algoritmos impactam no alinhamento global das atenções individuais com as direções dominantes da atenção coletiva. Isso produz “[...] a automação do processo coletivo pelo qual atribuímos valor às coisas que produzem nosso[s] mundo[s].”⁹⁴ A atenção canalizada pelos vetores tende, assim, a reproduzir as lógicas de mundo único denunciadas por John Law. Esse mecanismo coproduz de modo inextricável as realidades, tanto no nível global, quanto local:

“Nós não apenas vivemos nisso: em grande medida, ‘nós’ somos isso. E assim como nossa atmosfera ou clima, por mais irrespiráveis ou superaquecidos que sejam, nosso ecossistema [*echosystem*] de mídia – com todas as suas nuances, setores padronizados e zonas proibidas – é necessariamente comunitário. Aqui também não há plan(eta) B.”⁹⁵ (Citton, 2017, p. 29).

Direcionando o olhar para as bibliotecas, podemos perceber os vetores da atenção coletiva presentes nas ferramentas e práticas dos profissionais bibliotecários. Em comum com o Google, bibliotecários trabalham com a gestão da informação, preocupados principalmente com as formas de recuperá-la e acessá-la em um contexto histórico definido por muitos autores como “sociedades da informação”⁹⁶. De fato, foi por inspiração direta no trabalho de bibliotecários, com seus sistemas de

⁹⁴ Ibid., p. 75. Tradução nossa para: “[...] *the automation of the collective process through which we attribute value to the things that make up our world.*”

⁹⁵ Tradução nossa para: “*We don’t merely live in it: to a large extent, ‘we’ are it. And just like our atmosphere or climate, however unbreathable or overheated they may be, our media echosystem – with all its nuances, standardized sectors and no-go zones – is necessarily communal. Here as well, there is no plan(et) B.*”

⁹⁶ Termo utilizado para referir às transformações sociais da sociedade pós-industrial que operam a partir das tecnologias da informação. O campo tem como um de seus grandes teóricos – muito lido nos currículos de biblioteconomia – o sociólogo espanhol Manuel Castells.

recuperação da informação (SRIs), como os OPACs (Catálogos Online de Acesso Público) e de avaliação da informação, como as bibliometrias aplicadas às bases de informações acadêmicas, como já vimos, que o Google e outros mecanismos populares de busca e curadoria de informações foram inicialmente estruturados.

Entre as principais missões das bibliotecas estão a guarda e o acesso a livros, revistas, filmes, relatórios, *audiobooks*, partituras, entre diversos outros tipos de informação em suportes variados, para pessoas e comunidades interessadas no seu uso. As bibliotecas desenvolveram talvez os primeiros, certamente alguns dos mais antigos, mecanismos de seleção, aglutinação, organização, acesso e disseminação do conhecimento escrito⁹⁷. Fazem isso por meio de técnicas e ferramentas desenvolvidas para selecionar, analisar, descrever, avaliar, classificar, armazenar, disponibilizar e divulgar as coleções que gerenciam.

Todas essas atividades constituem e são constituídas por práticas atencionais diversas e específicas, algumas mais ou menos automatizadas por caminhos – ou vetores – preestabelecidos, outras profundamente dependentes de um processo de imersão atenta a nuances que ligam o livro⁹⁸ à comunidade que vai acessá-lo.

As políticas de desenvolvimento de coleções, que orientam os processos de avaliação, seleção, aquisição e descarte de livros, são informadas tanto pela determinação do “perfil” das comunidades que uma biblioteca atende, quanto por outros critérios técnicos relacionados aos livros, tais como: escopo, atualidade, autoridade, relevância, qualidade, preço e estado físico. A atenção, tanto na composição das políticas, quanto na aplicação dos critérios por elas determinados, segue por fluxos que também são direcionados por regimes atencionais.

A atenção dos bibliotecários ao selecionar livros para compor coleções é bifurcada: o foco se divide entre a necessidade percebida de potenciais frequentadores da biblioteca – geralmente pessoas vinculadas a uma instituição ou pertencentes a um determinado território geográfico – e as ferramentas que têm ao seu dispor para avaliar a relevância social dos livros para a composição das coleções:

⁹⁷ Em meu trabalho de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia (UFRGS), percorri a história das bibliotecas buscando ocorrências de idealizações de uma “biblioteca universal”, comprometida a guardar “todos os livros do mundo” (Casal, 2011).

⁹⁸ A partir daqui, glutinarei, quando possível, toda a imensa diversidade de materiais tratados por bibliotecas na figura do livro. A perda de especificidade se justifica pela possibilidade de fluidez argumentativa. Saibam que, toda vez que menciono “livro”, um pluriverso de expressões reside nessa palavra.

catálogos de outras bibliotecas, listas de editoras, bases de dados, resenhas e indicações.

A percepção das necessidades da comunidade é profundamente dependente do envolvimento da equipe com o cotidiano, as formas de expressão e produção de conhecimento, os interesses e também os conflitos dessa comunidade.

– Antes de começarmos o mutirão, vou pedir para a Maria contar um pouco como foi a ideia de criar essa BC aqui no assentamento e também um pouco da história do assentamento, pra gente trabalhar numa batida sintonizada com os interesses de vocês.

– Certo. Esse assentamento é um pouco diferente dos do MTST. Nossa comunidade não é composta por pessoas do campo, mas por gente da cidade, alguns que já foram do campo ou que os pais foram, e que tiveram dificuldade em conseguir trabalho e moradia na cidade e resolveram ir pro campo. Esse lugar aqui [galpão onde vai funcionar a biblioteca] era casa de um caseiro da propriedade. No início, discutimos muito o que fazer aqui. Algumas pessoas queriam que fosse um bolicho [um bar com mercadinho], outras queriam uma igreja. Nós argumentamos que uma biblioteca atenderia todo mundo e que as crianças do assentamento seriam beneficiadas. Nem todo mundo concordou, algumas pessoas evangélicas seguem bem desconfiadas. Mas queremos fazer mesmo assim, mostrar pra todo mundo que o que fazemos é para o bem de todos.

– Obrigada, Maria! Essas informações são fundamentais! Temos pilhas de livros doados e precisamos estabelecer critérios do que vai entrar no acervo e do que vai ser doado ou descartado. Esses critérios têm que considerar os interesses e necessidades da comunidade e só podemos conhecê-los escutando vocês.

Acervo de memórias: O que fica e o que vai

O subcampo da Biblioteconomia denominado Estudos de Comunidades e Usuários apresenta um repertório de técnicas de pesquisa voltado a detectar necessidades informacionais, com o objetivo de direcionar os conhecimentos de organização e tratamento da informação para disponibilizar materiais relevantes em múltiplos suportes a uma determinada comunidade de usuários. Entretanto, salvo quando esses usuários são produtores de informações do mesmo tipo tratado pelas bibliotecas (publicações como artigos, livros, teses e dissertações ou documentos técnicos como laudos e relatórios), os saberes das comunidades são raramente levados em conta quando essas comunidades são “estudadas”. A naturalização da produção de conhecimento nos moldes e linguagem acadêmicas ou técnicas dificilmente é colocada em questão no cotidiano de profissionais bibliotecários.

A denominação “usuário de informação”, embora muito criticada na literatura da área (Tanus et al., 2023), ainda é a convenção geral entre as equipes de bibliotecas ao referirem às pessoas que as frequentam e para as quais os serviços são

projetados. É uma definição carregada da impressão de passividade e de um fluxo linear e unilateral, no qual a biblioteca fornece informação para alguém que a procura para um fim. Não comporta a complexa dinâmica de coprodução do conhecimento que ocorre mesmo no mais reservado ato de leitura. Tampouco contempla os membros de uma comunidade que não “fazem uso” da biblioteca, mas que poderiam se tornar frequentadores ou colaboradores. Com as comunidades, o foco se amplia, mas ainda são em geral tomadas como grupo de potenciais “usuários”.

Outro problema é que, geralmente, a atenção para determinar o “perfil” de uma comunidade dura apenas enquanto os estudos específicos para isso estão sendo aplicados, o que costuma acontecer na etapa inicial de planejamento e implantação da biblioteca e em atualizações periódicas desses estudos. De forma que as possibilidades de expressão e registro de saberes fora dos formatos tradicionais, as complexas relações que se estabelecem entre comunidade e biblioteca e as transformações e deslocamentos dessas relações, interesses e perfis acabam não sendo percebidas ou registradas.

Em geral, a caixa de ferramentas dos estudos de comunidades e usuários inclui o uso de instrumentos de diagnóstico quantitativos, como questionários com perguntas fechadas e semiabertas, e qualitativos, como entrevistas. O campo reconhece a existência de abordagens diversas, especialmente aquelas vindas das ciências sociais e humanas, como a Sociologia, Antropologia e Psicologia, no entanto, as técnicas mais utilizadas e o enquadramento desses estudos são em geral emprestados da administração e sociologia clássicas⁹⁹ e utilizados para determinar informações como: hábitos de leitura, preferências literárias, tempo disponível para leitura, atividades preferidas de lazer, escolaridade, renda familiar, ocupação, entre outras variáveis.

Considerando os principais instrumentos de pesquisa aplicados nesses estudos – o questionário e a entrevista –, certas suposições sobre as pessoas respondentes são assumidas com frequência: que elas compartilham noções consideradas comuns, como escalas, notas, frequências ou a importância de certos parâmetros sociais, entre outras. Por exemplo, ao propor uma questão sobre a importância dada à leitura por lazer na qual o respondente deve utilizar uma escala

⁹⁹ Esse enquadramento não ocorre sem problematização no campo da biblioteconomia, como mapeia o trabalho já citado de *Tanus et al.* (2023)

de importância de 0 a 10, se supõe que quem responde compartilha uma mesma noção aritmética de escala e de implicação no que a resposta sugere. Ou uma questão sobre gênero literário de preferência, cuja possibilidade de resposta consiste na marcação em uma lista predefinida de possibilidades, excluindo – ou condicionando, caso adote uma opção semiaberta do tipo “outros” – a possibilidade de formas não previstas de literatura como resposta. Ou ainda, no caso de uma entrevista, uma pergunta sobre necessidades informacionais que, por mais que esse conceito seja explicado de diferentes formas, supõe que a pessoa entrevistada tenha noção objetiva das informações que não possui e necessita ou que pode vir a necessitar.

Todas essas questões fazem suposições que podem parecer bastante óbvias para quem elaborou o instrumento. No entanto, uma das principais marcas de um pensamento de mundo único é precisamente que as pressuposições sobre ele correm “abaixo do radar”, são aquelas suposições que parecem óbvias demais para serem explicitadas (Law, 2015, p. 133). No caso de um questionário: soaria pedante “explicar” certas atitudes, competências e funcionamentos que se supõe serem de domínio comum, como as noções de escalas, mas essa suposição produz um tipo de “terraplanismo” ao determinar uma homogeneidade de compreensões às respostas obtidas.

Tais problemas podem até ser reduzidos ao se reconhecer os limites dos instrumentos em relação à diversidade do cenário estudado e pela adoção de algumas técnicas, como questões abertas dos questionários ou orientações para a atenção e mediação às respostas em uma entrevista, entretanto, não se estaria considerando o problema dos muitos mundos. A verve estatística – a redução de realidades complexas a amostras populacionais e indicadores – é uma das principais práticas de conhecimento produtoras de mundos únicos. Por mais que se reconheça suas limitações, as técnicas não têm controle nenhum sobre seus efeitos nos imaginários de quem “recebe” realidades através dos dados que tratam e das análises que fazem.

A redução de realidades operada pelas ferramentas dos estudos de usuários está profundamente relacionada à predominância, no trabalho e na formação bibliotecárias, de concepções focadas na gestão e nas atividades técnicas das bibliotecas e que objetivam a comunidade. O enquadramento da Biblioteconomia como uma das Ciências da Informação, embora produza importantes ferramentas para gestão de acervos e disseminação da informação, liga a disciplina a um

paradigma representacionista do conhecimento, separando o trabalho dos bibliotecários em seus processos técnicos, tomados como altamente intelectuais, e relegando as relações com suas comunidades a um aspecto gerencial que, embora valorizado, ainda é comumente entendido como meio para alcançar um fim: a qualidade do sistema informacional.

Mesmo quando a atenção está nos “usuários de informação” e até em trabalhos que refletem um “olhar para o social”, com frequência transparece uma posição tutelar em relação aos frequentadores e às comunidades. O funcionamento da biblioteca, não raro, é assumido como provedor de um “acesso à cultura”, que irradiaria dos livros para os leitores, estes quase sempre entendidos como um grupo ou subgrupo, mais ou menos homogêneo em seus interesses. Esse “olhar” contribui para o direcionamento da atenção e impacta a seleção de materiais para a composição das coleções.

Até mesmo projetos de bibliotecas que objetivam a inclusão e a diversidade, não raramente procuram apenas por identificações e caem assim na armadilha da “representação da diversidade”, o que, nas bibliotecas, pode significar a seleção e divulgação, prioritária ou exclusiva, de materiais específicos no mercado editorial ou mesmo a aposta numa linha de “gestão da diversidade”. Essas práticas reproduzem dispositivos meritocráticos focados em “modelos de diversidade” que ficam estereotipados em relação aos mundos que vão encontrar. Como resultado, deixam, muitas vezes, invisíveis as singularidades locais e as interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade, reduzindo a percepção da multiplicidade de formas de ser e saber à alguns marcadores sociais pré-concebidos¹⁰⁰ (Alves & Galeão-Silva, 2004).

Retomo o diálogo¹⁰¹ entre bibliotecária e frequentadora sobre a indicação do livro da Djamila Ribeiro. A bibliotecária considerou a indicação pertinente a partir de um enquadramento da frequentadora como uma mulher negra que, portanto, estaria interessada – ou talvez pior: DEVERIA estar – na abordagem sobre feminismo e relações raciais da autora. A relevância e potencial contribuição do livro indicado não

¹⁰⁰ Alves e Galeão-Silva (2004) fazem uma importante discussão de como as políticas de “gestão da diversidade”, importadas a partir de práticas de gestão corporativa estadunidense, minam as ações afirmativas ao inserirem elementos meritocráticos nas políticas relacionadas à diversidade, sem considerar as desigualdades estruturantes da realidade brasileira.

¹⁰¹ Acervo de memórias: [Diálogos na biblioteca](#), na p. 54.

é a questão, mas sim a qualidade da relação entre bibliotecária e frequentadora, ou seja, a atenção que se estabeleceu no encontro entre os mundos-próprios de cada. No caso da primeira, a suposição de que a frequentadora se interessaria por um determinado livro apenas pelas faces mais superficiais de sua posição de raça e gênero desconsidera outras características mais sutis, como seu histórico de alfabetização e letramento, a relação que tem com as práticas de leitura e suas preferências pessoais quanto aos temas e estilos literários – tudo isso certamente também condicionado por suas experiências de raça e gênero. Nesse caso, novamente a precariedade do envolvimento (atenção) no encontro resulta na (re)produção de mundos únicos.

As políticas e instrumentos que orientam as atividades técnicas de classificação e atribuição de assuntos (indexação) são talvez a parte do ofício biblioteconômico que mais sofre direcionamentos por regimes atencionais hegemônicos. Quando bibliotecários falam em “classificação”, na relação com bibliotecas¹⁰², estão geralmente se referindo à atribuição de um assunto principal ao livro, que é descrito por uma notação que vai definir o seu “endereço” e “vizinhança” na estante. Esse processo está diretamente ligado à experiência de quem frequenta a biblioteca à procura de livros, produzindo um efeito imediato sobre os fluxos da atenção quando se circula pelos corredores entre as estantes.

Os sistemas de classificação mais utilizados em bibliotecas de todo o planeta empregam o método decimal de notação de assunto. Os dois mais conhecidos são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Embora a última, apesar de desenvolver um sistema mais interessante em relação a primeira em termos de flexibilidade para atribuição de assuntos, apresente também suas próprias formas hegemônicas de canalização da atenção – começando pela pretensão de universalidade no título – analisaremos apenas os regimes atencionais produzidos pelo uso da CDD, a classificação decimal mais empregada no mundo.

Desenvolvida pelo bibliotecário estadunidense Melvil Dewey em 1876, e atualmente em sua 23ª edição¹⁰³, a CDD foi a primeira grande classificação a utilizar

¹⁰² É importante pontuar essa especificidade, pois bibliotecárias e bibliotecários trabalham com diversas fontes de informação, plataformas, sistemas e suportes e em alguns cenários de atuação a conceituação e praxis de classificação adquire propriedades e nuances que distinguem a atividade do cotidiano do trabalho em bibliotecas.

¹⁰³ Editada pela OCLC. Disponível em acesso restrito (assinatura) em: <https://dewey.org/>.

o sistema decimal para organizar os livros de uma biblioteca por assunto nas estantes. Seu sistema básico consiste na subdivisão do conhecimento humano em 10 classes gerais, numeradas de 0 a 9. O primeiro dígito da notação corresponde à classe principal, que é então subdividida hierarquicamente em seus assuntos mais específicos, a partir do segundo dígito. Assim, temos nas classes principais e nas subdivisões para literatura (classe 8):

- Classes principais:
 - **000** Ciência da Computação, Informação e obras gerais
 - **100** Filosofia e Psicologia
 - **200** Religião
 - **300** Ciências sociais
 - **400** Línguas
 - **500** Ciência
 - **600** Tecnologia
 - **700** Artes e Recreação
 - **800** Literatura
 - **800** Literatura, retórica e crítica
 - **810** Literatura estadunidense em inglês
 - **820** Literatura inglesa em inglês
 - **830** Literatura alemã e afins
 - **840** Literatura francesa e afins
 - **850** Literatura italiana, romena e afins
 - **860** Literatura portuguesa e espanhola
 - **870** Literatura latina
 - **880** Literatura grega clássica e moderna
 - **890** Outras literaturas
 - **890** Literaturas de outras línguas específicas e famílias linguísticas
 - **891** Literaturas indo-européias orientais e celtas
 - **892** Literaturas afro-asiáticas
 - **893** Literaturas afro-asiáticas não semitas
 - **894** Literaturas das línguas altaica, urálica, hiperbórea e dravídica; literaturas de línguas diversas do sul da Ásia
 - **895** Literaturas do Leste e Sudeste Asiático
 - **896** Literaturas africanas
 - **897** Literaturas de línguas nativas norte-americanas
 - **898** Literaturas de línguas nativas sul-americanas
 - **898.323** Literatura Quechua
 - **898.324** Literatura aimará
 - **898.372** Literatura Shuar
 - **898.3822** Literatura Guarani
 - **898.3832** Literatura Tupí
 - **898.39** Literatura Arawak
 - **898.72** Literatura Mapudungun (Mapuche)
 - **898.9** Literatura Warao
 - **899** Literaturas de línguas não austronésias da Oceania, de línguas austronésias, de línguas diversas
 - **900** História e geografia

Após as subdivisões do assunto, o número pode ser composto utilizando as tabelas auxiliares (T1-T6) que indicam subdivisões padronizadas de forma, área geográfica, autoria, linguagem, grupos étnicos e nacionais, e línguas (idiomas).

No exemplo dado, vemos as subdivisões da literatura (classe 8), outras literaturas (89), até as literaturas de línguas nativas sul-americanas (898), subdivisão na qual se encontra a literatura Guarani (898.3822), sem maiores desenvolvimentos.

Podemos comparar a atenção dispensada à literatura Guarani¹⁰⁴ na CDD observando outra subdivisão das literaturas, 81 Literatura estadunidense em inglês:

- **810** Literatura estadunidense em inglês
 - **811-818:1** Período colonial, 1607-1776
 - **811-818:2** 1776-1829
 - **811-818:3** 1830-1861
 - **811-818:4** 1861-1899
 - **811-818:5** 1900-1999
 - **811-818:6** 2000-
 - **811-818:(3)** Período colonial até 1867 no Canadá
 - **811-818:(4)** 1867-1899 no Canadá
 - **811-818:(5)** 1900-1999 no Canadá
 - **811-818:(6)** 2000 até o presente no Canadá
 - **811** Poesia estadunidense em inglês
 - **812** Drama estadunidense em inglês
 - **813** Ficção estadunidense em inglês
 - **814** Ensaaios estadunidenses em inglês
 - **815** Discursos estadunidenses em inglês
 - **816** Letras estadunidenses em inglês
 - **817** Humor estadunidense e sátira em inglês
 - **818** Escritos diversos estadunidenses em inglês
 - **819** Literaturas estadunidenses em inglês que não requerem ênfase local

É possível perceber que a literatura estadunidense ocupa um lugar de destaque na CDD, sendo a primeira subdivisão das literaturas por línguas específicas e também recebendo um olhar aprofundado para seus períodos históricos, gêneros, formas e locais. Outras literaturas que ocupam a mesma região geográfica, como a literatura Navajo (897.26), Cherokee (897.557) e Dakota (897.5243), dividem a subclasse “outras literaturas” (89) com as produções literárias de povos originários (línguas nativas) de todo o planeta, além das literaturas africanas, asiáticas e da Oceania, sem nenhuma especificação quanto à complexidade de suas formas, gêneros e história.

¹⁰⁴ A complexidade da literatura Guarani pode ser acessada quando atentamos para importância dada por esse povo originário da América do Sul à palavra. A expressão *nhe'ẽ porã* (belas palavras), para os Guarani Mbya, é composta por *Nhe'ẽ* – espírito, sopro, vida, palavra, fala; e *porã* – belo, bom. “Juntos, os dois vocábulos significam “belas palavras”, “boas palavras” – ou seja, palavras sagradas que dão vida à experiência humana nesta terra.” (Museu da Língua Portuguesa, [s.d.])

As subdivisões de todas as classes principais da CDD refletem a centralidade da experiência de mundo anglófono estadunidense. Nesse sentido, a Religião (classe 2) é especialmente problemática, apresentando sete subdivisões primárias para a Bíblia (22) e o cristianismo (23 a 28) e uma única para todas as “outras religiões”, aglutinadas na classe 29, que começa com as religiões clássicas gregas, romanas, germânicas, indianas, o judaísmo e o islamismo e termina com a subdivisão 299, denominada: “Religiões não previstas em outro lugar”. Esse é o espaço destinado a todas as cosmopercepções, crenças, religiões e espiritualidades indígenas, asiáticas e africanas. Mais fundo nas subdivisões, encontraremos os sistemas religiosos aborígenes (299.9215), junto às crenças dos antigos sumérios (299.9295).

O resultado dessa composição é uma narrativa de mundo único, uma proposta de organização do conhecimento a partir dos referenciais de um único lugar que se impõe sobre todos os outros como “universal”. Quando esse esquema organiza estantes em bibliotecas no Brasil e outros lugares do sul global, ele cria uma história desvinculada do território, que apresenta o acervo e seus temas reforçando um modo de conhecer hegemônico, descompromissado com as formas locais de saber. Essa história é enatuada sempre que alguém acessa o acervo.

A atenção de quem caminha entre as estantes a procura de um livro é direcionada pelas placas de orientação, que indicam as principais classes de assuntos. Nas prateleiras, conversas vão surgindo a partir das lombadas dos livros com seus títulos e autores. A atenção canalizada por uma classificação que use a CDD pode, por exemplo, levar à impressão de que a espiritualidade aborígine estaria relegada a um passado distante, como as antigas religiões sumérias, por colocar juntos na estante os livros sobre esses temas. A exclusão, das classes principais, de sistemas de conhecimento “não previstos em outro lugar” também induz a função atencional de valoração a avaliar os assuntos que ficam fora dos holofotes como menos importantes ou pouco desenvolvidos. Mesmo quando utilizada em bibliotecas estadunidenses, essa classificação promove o apagamento da existência de mundos presentes naquele território e que estão fora da hegemonia anglófono, como no caso das literaturas Dakota, Cherokee e Navajo.

Não são poucas as adaptações feitas para responder a esses problemas na CDD. Menciono entre essas a “Classificação Decimal de Direito” (Carvalho, 2002), criada em 1948 pela bibliotecária e jurista Dóris de Queiroz Carvalho, na época

servidora na Biblioteca do Ministério da Fazenda, e que ficou conhecida desde então como a “Classificação da Dóris”. Ao se deparar com a incompatibilidade das subdivisões da classe 340 (Direito) com a organização do Direito Brasileiro, Dóris desenvolveu toda uma nova organização dessa classe, utilizada e atualizada até hoje para organizar bibliotecas jurídicas em todo o Brasil.

Outra forma de crítica e ocupação da CDD – ainda mais relevante para a finalidade deste trabalho – é feita por Tania Schafer-Bostock, aborígine dos povos *Mununjali* e *Bundjalung*, bibliotecária e arquivista nos territórios ocupados pela Austrália. Seu projeto *Wantima* – palavra que na língua *Yugarabul* significa “erguer-se” – é por ela assim definido:

Wantima é sobre “Levantar-se” depois de ser empurrado e derrubado e se recuperar após cada golpe, para receber outro golpe e continuar recebendo golpes mesmo em uma batalha perdida pelo que você sabe que é certo. Quero mudar o sistema de bibliotecas para incluir questões de bibliotecas indígenas, como adicionar Imigração Indígena à Classificação Decimal de Dewey ou demonstrar minha ideologia do Campo dos Sonhos de “se você construir, eles virão”. Wantima é o alicerce para uma presença online a ser seguida pelas instituições de informação. (Schafer-Bostock, 2020)¹⁰⁵

A autora está preocupada com o acesso das comunidades aborígenes à própria história, guardada por instituições culturais – bibliotecas, museus, arquivos e galerias – situados nos centros urbanos colonizados, em geral inacessíveis às comunidades e organizadas de acordo com a visão de mundo e de território dos colonizadores. Como vimos com Helen Verran e John Law, a divisão colonial do território australiano se deu a partir da doutrina *Terra Nullius*, que supunha não haver nada nem ninguém na posse das terras australianas. Tania denuncia que as formas de organização e as prioridades de difusão e acesso das bibliotecas australianas atuam de forma similar, reproduzindo a *Terra Nullius* sobre a história e modos de vida aborígenes.

Para responder a isso, propõe o que chama de ideologia do Campo de Sonhos, entendida amplamente como um ajuste das temporalidades que organizam o território australiano. Os aborígenes referem-se a si mesmos como Sonhadores e contam o tempo do mundo dividido entre o “tempo do sonho” [dreamtime], que vai de 100.000 antes da era comum, até a época da invasão colonial europeia, contada a partir de

¹⁰⁵ Tradução nossa para: “*Wantima is about “Standing up” after been pushed around and hit down and getting back-up after each hit, to take another hit and to keep taking hits even in a losing battle for what you know is right. I want to change the library system to include Indigenous library issues, such as adding Indigenous Immigration to the Dewey Decimal classification or demonstrating my Field of Dreaming ideology of “if you build it, they will come”. Wantima is the building blocks for an online presence for information institutions to follow.*”

1.400 da nossa era. Desse modo, Tania busca retomar a história dos Sonhadores e do tempo do sonho, questionando o modo como a história da imigração e do assentamento dos povos originários australianos é contada e faz isso na forma como classifica e organiza os acervos nas bibliotecas de comunidades aborígenes.

Ela aponta como, na CDD, a classe 99, “História de Outras Áreas”, inclui os povos da Oceania moderna (990, 993-995), Polinésia (996), Ilhas do Atlântico (997), Ilhas do Ártico e Antártica (998), e a absurda subdivisão “Mundos Extraterrestres” (999), mas não reconhece a história dos povos aborígenes.

Sua proposta é ocupar um número deixado vago na CDD, 992, para desenvolver a classe que chama de Imigração da Humanidade, subdividida pelos povos indígenas de todos os continentes, desenvolvendo especificamente as subdivisões de 992.2 “Oceania Indígena”, com toda a complexidade da ocupação territorial do continente por seus povos originários.

O que efetivamente acontece ao aplicar a nova classificação é um deslocamento da atenção que torna visível a organização territorial e temporalidade dos Sonhadores. Por exemplo, Tania menciona a classificação de materiais sobre os povos que habitam o Estreito de Torres (na nova classificação 992.2101), no estado de Queensland, na Austrália. Pelas subdivisões superficiais e descuidadas da CDD, os livros acabavam ficando nas prateleiras sobre a Papua-Nova Guiné, pela proximidade geográfica e cultural.

Ao serem deslocados pela nova classificação, os livros, em suas novas estantes, produzem um contrafeitiço atencional sobre quem se movimenta pelo acervo. Os mundos dos povos que habitam o Estreito de Torres passam a agenciar os debates na estante. Não estão mais espalhados nas prateleiras que contam a história pelo olhar do colonizador; nem os modos de vida e a espiritualidade dos Sonhadores estão mais associados aos de povos da antiguidade histórica. Eles passam a compor uma paisagem e um campo de práticas que se torna disponível ao leitor atento que percorre essas estantes.

De tal modo, tanto as políticas de desenvolvimento de coleções, quanto de classificação, produzem regimes atencionais que condicionam a experiência de quem frequenta as bibliotecas, selecionando quais livros, histórias e mundos estarão presentes no acervo e como serão acessados. Outras atividades técnicas bibliotecárias, como o serviço de referência, os planos de divulgação do acervo e as

atividades culturais realizadas, adicionam camadas atencionais que podem reforçar ou não essa canalização da atenção na experiência de quem busca um livro para ler ou procura uma biblioteca para estudar.

Os regimes atencionais de mundos únicos canalizados pelas formas de composição e organização dos acervos revelam a carência de cuidado e atenção à heterogeneidade de saberes e experiências das comunidades e acabam por desenvolver políticas, acervos e serviços que dificultam a emergência do território biblioteca-comunidade, contribuindo para a monocultura dos saberes na perspectiva de um mundo único, baseada quase exclusivamente no cânone moderno-colonial: a literatura e artes brancas e europeias ou europeizadas¹⁰⁶

Embora os regimes da atenção coletiva funcionem como camadas condicionantes das atenções dos sujeitos, não são blocos monolíticos impermeáveis. Quando encontram a organização da vida nos diferentes mundos-territórios, adaptações são produzidas, tensões e resistências emergem na experiência comunitária apontando para a coexistência nada pacífica entre esses regimes e aquelas formas da atenção que re-existem nas comunidades. Isso está presente tanto na negação e aversão aos modos de vida na comunidade, quanto na sua defesa: seja via afirmação desses modos de existência, seja pela manutenção da invisibilidade como forma de proteção. É célebre a história de como Mãe Menininha do Gantois, histórica Yalorixá do candomblé Ketu na Bahia, se declarava ao censo do IBGE como sendo de religião católica. Ela certamente não era a única: o próprio sincretismo das religiões de matriz africana com os santos católicos tem essa dimensão de proteção pela invisibilidade, pelo disfarce. Mestre Guto, do grupo de capoeira angola Africanamente, de Porto Alegre, costuma dizer sobre a ginga: “a ginga é estar e não estar; estar em vários lugares e ao mesmo tempo em nenhum deles. É nunca deixar saberem onde tu vai estar.”¹⁰⁷ É a capoeira na roda da vida, jogando com a atenção para a re-existência de seus mundos.

¹⁰⁶ Não é objetivo desta pesquisa questionar ou criticar, de forma geral, a qualidade ou pertinência da literatura ou outros produtos culturais da modernidade branca europeia para as comunidades periféricas. As próprias comunidades podem fazer essa avaliação. Críticas, quando feitas, serão direcionadas a obras específicas e aspectos específicos destas. O que pretendo apontar é a escassez, ou mesmo ausência nas bibliotecas, de produções em outros registros culturais e a frequente posição subalternizada no tratamento dessas produções.

¹⁰⁷ Fonte: comunicação pessoal.

Essas e outras dimensões de re-existência são favorecidas em outras escalas da atenção que, embora sofram os condicionamentos dos regimes da atenção coletiva, são mais localizadas e permeadas pelas singularidades dos encontros. Trataremos a seguir das possibilidades da atenção conjunta para a produção de novas políticas atencionais que operem como contrafeitiços aos regimes atencionais hegemônicos.

7.2 ATENÇÃO CONJUNTA E POLÍTICAS COGNITIVAS: A INTERFACE AFETIVA E INVENTIVA NO ENCONTRO DOS MUNDOS-PRÓPRIOS

*A tua presença. Entra pelos sete buracos da minha cabeça. A tua presença.
Pelos olhos, boca, narinas e orelhas. A tua presença.
Paralisa meu momento em que tudo começa. A tua presença.
Desintegra e atualiza a minha presença. A tua presença.
Envolve meu tronco, meus braços e minhas pernas. A tua presença.
É branca, verde, vermelha, azul e amarela. A tua presença.
É negra, negra, negra, negra, negra, negra, negra, negra, negra, negra. A tua presença
Transborda pelas portas e pelas janelas. A tua presença
Silencia os automóveis e as motocicletas. A tua presença
Se espalha no campo derrubando as cercas. A tua presença
É tudo o que se come, tudo o que se reza. A tua presença
Coagula o jorro da noite sangrenta. A tua presença
É a coisa mais bonita em toda a natureza. A tua presença
Mantém sempre teso o arco da promessa. A tua presença
(Caetano Veloso)*

Além da formulação dos regimes da atenção coletiva, o conceito de ecologia das atenções, como proposto por Yves Citton e especialmente na forma como é desenvolvido por Virgínia Kastrup (2007, 2008, 2019b) e Luciana Caliman (2019; 2008; Caliman et al., 2018, 2020), oferece uma compreensão da complexidade dos deslocamentos e gestos da atenção em seu modo de funcionamento mais direto, a partir do encontro entre duas pessoas ou grupos pequenos. As autoras e o autor descrevem, para além dos movimentos do foco e da distração, os processos da atenção conjunta e de um modo de concentração aberta, não focada, que possibilita agenciar novas situações e elementos, problematizando o entendimento

individualizante da atenção e destacando seu papel fundamental nos processos de subjetivação, percepção de mundos e na constituição de coletivos.

a atenção não é um processo cognitivo individual e natural, mas tem uma dimensão coletiva e conjunta. A atenção é coletiva na medida em que resulta de um jogo complexo que envolve vetores heterogêneos – materiais, midiáticos, tecnológicos, políticos, econômicos e estéticos. Ela é também conjunta por ser produzida por meio de práticas relacionais. Sendo um exercício relacional basilar na constituição de nossa “co-respondência” com o mundo [...] (Caliman et al., 2020, p. 169)

Por volta de 1 ano de idade, os bebês apresentam comportamentos que indicam a percepção de que as pessoas com quem interagem têm uma atenção separada da sua. Quando o adulto direciona o olhar ou aponta para determinado objeto, e o bebê olha na direção apontada, este identifica que há uma intenção e uma agência além da sua na interação. Assim, ambos, bebê e cuidadores, sabem que estão conjuntamente prestando atenção a uma terceira presença, ou seja, da capacidade para uma atenção conjunta, emergem, assim, tanto a percepção da “outridade”, quanto de um “si mesmo”.

Em seus estudos da atenção, Virgínia Kastrup, Luciana Caliman e colaboradores deslocam o conceito da atenção conjunta de seu uso corrente nas ciências cognitivas, que em geral estudam o fenômeno com foco no indivíduo a partir de um entendimento binário da atenção e de uma abordagem predominantemente visual¹⁰⁸. Desse modo, as autoras desenvolvem o conceito em associação a uma dimensão corporificada e inventiva da cognição, dando especial importância à atenção conjunta que ocorre em relações diretas entre duas pessoas ou grupos pequenos e que depende de co-presença, sintonização afetiva e um certo grau de improviso para se estabelecer:

A atenção conjunta requer a co-presença sendo, portanto, um fenômeno presencial e local, experimentado por um número reduzido de participantes que se afetam mutuamente. [...] É o afeto que faz a tecitura do vínculo e o prolongamento do contato, possibilitando a duração e consistência da troca atencional. Durante uma conversação, há um trabalho permanente de ajustamento recíproco entre a fala de um e a escuta do outro. Microgestos de simpatia, encorajamento, precaução ou acolhimento são percebidos nos encontros, criando uma atmosfera de ressonância afetiva. Ressonância que não pode ser pré-programada, demandando um trabalho constante de invenção.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Pesquisas sobre a emergência da atenção conjunta em crianças são em geral baseadas na percepção e resposta visual à atenção da pessoa parceira social do bebê. Há estudos com crianças cegas ou com baixa visão que investigam o engajamento conjunto da atenção em encontros centrados na percepção háptica e auditiva. No entanto, a centralidade visual das teorias cognitivas correntes leva a uma explicação parcial da emergência da atenção conjunta. (Urqueta Alfaro et al., 2018).

¹⁰⁹ Caliman *et al*, *op. cit.*, p.174

Durante uma conversa, constantemente modulamos a atenção e os sentidos não apenas em relação ao que se diz/escuta. O locutor percebe os deslocamentos da atenção de quem escuta e ajusta o que diz e como diz às respostas que percebe; o ouvinte percebe a entonação, os gestos e posturas das mãos e outros movimentos do corpo e responde a esses gestos com seu próprio repertório, fazendo uso principalmente de gestos não verbais, que vão indicando suas reações à performance de quem fala; ajustes mútuos nos movimentos das duas pessoas vão operando a partir do engajamento afetivo na conversa. A direção do olhar, expressões faciais, sons emitidos e posturas corporais funcionam como pistas afetivas e indicam a qualidade da atenção no encontro.

O clássico experimento de Edward Tronick e colaboradores (1978), conhecido como experimento *still face* [rosto estático] demonstra os efeitos da ausência de reciprocidade atencional na interação entre bebês e seus cuidadores. No experimento, o bebê e sua mãe são observados durante uma interação a partir de suas brincadeiras cotidianas, nas quais ambos estão imersos em um ambiente de trocas afetivas de gestos, sons, olhares e toques. Em um dado momento, a mãe é orientada a manter o rosto inexpressivo por cerca de dois minutos e não manifestar qualquer reação durante esse período. Passado esse tempo, a mãe retoma sua interação habitual com o bebê.

O que se observa nesse experimento é a reação do bebê à falta de reação da mãe. De maneira geral, quando observados bebês com cerca de 2 meses de idade, logo que o experimento entra na fase *still face*, o bebê percebe a inexpressividade do rosto da mãe e intensifica expressões como sorrisos e gritinhos, movimentos de mãos e pernas em direção à mãe, que permanece impassível. Num segundo momento, começa a demonstrar sinais de estresse e perturbação com a falta de reação da mãe, desvia o olhar diversas vezes aumentando progressivamente o tempo que evita contemplar diretamente a mãe, mas checando seu rosto com frequência, até que acaba “desistindo”, deixa de checar o rosto da mãe e, com aspecto sério ou preocupado, começa a chupar o dedo ou morder a mão na tentativa de se reequilibrar emocionalmente. Assim que a mãe retoma a interação, o bebê rapidamente reengaja nas brincadeiras, demonstrando uma rápida regulação emocional após a situação estressante.

Bebês mais velhos (6-9 meses) demonstram reações semelhantes, entretanto, muitos deles, em algum ponto da exposição ao *still face*, produzem risos e vocalizações que conseguem desestabilizar a impassividade da mãe, demonstrando

o aprendizado de habilidades mais efetivas para o restabelecimento de interações recíprocas. Tronick *et al* concluem que, para o bebê, ocorre uma violação das regras de regulação mútua das interações sociais, que é percebida pela criança com intensa preocupação¹¹⁰.

Reproduzido diversas vezes e com condições de participação variadas (Adamson & Frick, 2003), o experimento do rosto estático organizou todo um campo de pesquisas em torno das reações dos bebês, com investigações sobre as dinâmicas de regulação emocional mútua (do bebê em relação com a mãe) e suas estratégias de enfrentamento do estresse emocional provocado pela ausência de reciprocidade da mãe. Algumas variações do estudo incluem o contato físico da mãe com o bebê e modulações da presença ou ausência do toque durante a fase *still face*, obtendo como resultado que a presença do toque atenua o estresse da situação, adicionando a compreensão de como o vínculo emocional na interação engaja outros sentidos para além da visão e audição¹¹¹.

O que o experimento demonstra, em relação a esta pesquisa, é o papel central da reciprocidade afetiva em encontros atencionais desde o início da vida. Também se pode inferir que as trocas atencionais, envolvendo complexos movimentos conjuntos de engajamento mútuo, ocorrem bem antes de que o bebê seja capaz de perceber a atenção da mãe como separada da sua. Mais do que isso, observar os movimentos do bebê, em suas estratégias não verbais na busca de sintonia emocional com a mãe, nos leva ao caráter corporificado das trocas atencionais na atenção compartilhada, ou seja, prestar atenção vai para muito além de uma capacidade seletiva individual de foco, envolvendo o corpo todo e seus sentidos em interação com as outras presenças percebidas no ambiente.

Requerida para que a atenção conjunta aconteça, a co-presença garante que os processos atencionais conjuntos sejam sempre localizados e que a corporificação da atenção se torne mais consciente nesses encontros. Por isso, a sensação comum de que uma conversa presencial é bem mais significativa que as desencarnadas

¹¹⁰ Ibid., p. 12.

¹¹¹ A revisão conduzida por Adamson e Frick (2003) inclui estudos que aplicam o experimento *still face* com crianças surdas, autistas, expostas à cocaína, com síndrome de Down, e filhos de mães com depressão. Os estudos são predominantemente com crianças e mães brancas, exceto por alguns que incluem crianças chinesas e negras estadunidenses (p. 454).

interações por texto, ou mesmo que as videochamadas e reuniões por aplicativos de webconferências¹¹², popularizadas durante a pandemia de covid-19.

A co-presença aponta sempre para alguma reciprocidade da atenção. Mesmo que assimetricamente distribuída, a atenção, quando compartilhada, depende de alguma forma de reação dos participantes. Essa dança dos microgestos atencionais acontece tanto nos movimentos de bons amigos que se encontram, quanto numa discussão de trânsito, ou numa abordagem policial a adolescentes negros nas periferias. Os gestos e a percepção mútua passam também pelos agenciamentos da atenção coletiva, que modulam a participação de cada interlocutor de diferentes formas e de acordo com certos modos de perceber e agir que constituem posições sociais. No entanto, na esfera da atenção conjunta, a qualidade e duração do vínculo afetivo podem produzir rupturas nos caminhos condicionados e normalizados pelos regimes atencionais.

Como vimos com a teoria dos mundos-próprios de von Uexküll, e com a crítica da empatia proposta por Saidiya Hartman, as conexões entre os diferentes mundos-próprios são sempre parciais, sendo impossível perceber ou entender completamente como o outro ser experiencia o mundo. Podemos dizer que a sintonização afetiva que ocorre quando há atenção conjunta possibilita conexões parciais e o compartilhamento de sentidos. Ao estabelecer o vínculo afetivo, os mundos se aproximam, possibilitando a percepção de traços comuns e diferenças e também o engajamento mútuo na experiência, no acontecimento.

Dessa forma, encontros como o das crianças na Biblioteca Parque¹¹³ engendram um ambiente de co-presença e ressonância afetiva. Ao atentarem para a presença do primo na biblioteca, as crianças entram no prédio, são recebidas pelo gesto do mais velho para que façam silêncio – gesto revestido de sentidos na relação com aquele espaço – e logo seguem a direção de sua atenção para as revistas de histórias em quadrinhos espalhadas sobre a mesa. Está formado um ambiente

¹¹² Esse tipo de encontro não deixa de produzir atenção conjunta, embora com limitações e deslocamentos das possibilidades corporais de expressar/perceber a atenção do outro. De fato, configura um ambiente atencional ao qual nossa atenção coletiva foi vertiginosamente submetida durante e após a pandemia e do qual ainda temos pouca elaboração sobre seus efeitos nos regimes cognitivos e atencionais. Talvez a abordagem de Maria Cristina Franco Ferraz, ao definir que um regime de dispersão hiperconectada estaria “ligado à distância entre os corpos que se afetariam em presença, e estariam à disposição de acasos, encontros e acontecimentos” (Ferraz, 2018, 3'24”), possa ser um bom começo.

¹¹³ Do Acervo de memórias: [A Biblioteca Parque](#), na página 60-61.

propício para a atenção conjunta. A fala da bibliotecária de que as paredes de vidro foram projetadas para que a comunidade visse os seus no interior da biblioteca, revela que o próprio espaço foi desenhado em atenção a encontros como esse. Esse último aspecto sugere que ambientes atencionais para a experimentação da atenção conjunta podem ser provocados ou estimulados – embora os resultados jamais possam ser totalmente previstos –, atentando para a necessidade de espaços seguros, convidativos e confortáveis, nos quais a produção de vínculos afetivos na experimentação possa ser favorecida.

Nos primeiros encontros, a proposta de cada adolescente na roda lesse em voz alta um parágrafo ou um trecho do conto escolhido pareceu que ia ser um desastre. Vozes titubeantes, gaguejos, tropeços, travas e a lentidão, resultado, entre outros motivos, de processos de alfabetização e letramento fragmentados.

A alegria que acompanhava o grupo durante o primeiro momento de brincadeiras se transformava em vergonha. O riso do constrangimento do outro só durava até a roda girar e chegar em quem riu.

Na sequência dos encontros, escolhemos textos menores, alguns poemas, propusemos que cada um lesse para si e para o colega do lado algumas vezes o trecho que leria na roda. Alguns poemas líamos assim repetidas vezes, em vários encontros. Isso funcionou melhor e a leitura foi destravando.

Não era um processo que se pudesse chamar de “rápido”, mas, se pensarmos que cada pessoa ali passou a vida lendo daquele jeito, dá pra entender o quanto os encontros impactaram o grupo.

...

– Meu filho nem parece a mesma pessoa! Ele não prestava atenção em nada, não conseguia ler direito nem o próprio nome. Só tirava zero na escola.

– Olha, a única coisa que fizemos foi ler junto com ele sobre as coisas que despertavam seu interesse. Ele é bem esperto e curioso, adora funk e videogames. Pensamos juntos que a leitura poderia ajudar ele a criar um funk num joguinho de música que ele nos mostrou no celular. Ele leu algumas letras de funks que gostava e tentamos criar outras.

– E por que ele não fazia isso antes?

– Ah, isso é aprendizado e hábito. Até dá pra aprender sozinho, mas olha, não foi só ele que aprendeu não, aprendi várias coisas sobre rimas e sobre a vida das pessoas nas letras do funk... aprender junto é bem melhor!

Acervo de memórias: Aprender junto é melhor

Enquanto os regimes atencionais produzem a canalização, homogeneização e “universalização” de certas formas de prestar atenção, que acabam por promover o apagamento dos mundos não percebidos nesses registros, as ecologias atencionais produzidas nos encontros onde ocorre a atenção conjunta abrem-se a possibilidades de

“furar” essas narrativas de mundo único, abrindo caminho para a re-existência dos mundos locais.

Quando se estabelece uma interação de atenção conjunta, sempre se instaura um ambiente de invenção, pois nunca sabemos de antemão os resultados dos encontros com o outro. Citton destaca que

Por depender de singularidades afetivas cujas reações são muito difíceis de prever, esse trabalho de ajuste e harmonização recíprocas nunca pode ser completamente preparado com antecedência. [...] Mostrar-se atento à atenção do outro requer aprender a sair de rotinas pré-programadas, para se abrir aos riscos (e técnicas) da improvisação¹¹⁴. (Citton, 2017, p. 87–88)

Para o autor, o imprevisto é sempre parte de um encontro e, portanto, a maioria de nós sabe como improvisar por já ter entrado em uma interação na qual o que dizemos/fazemos nos expõe aos riscos das reações imprevisíveis dos demais seres envolvidos¹¹⁵. O imprevisto carrega a possibilidade de abertura para que os participantes, por meio das conexões parciais de seus mundos-próprios, possam negociar os elementos que dão novos sentidos às experiências. Como na dimensão da lógica do sentido deleuzeana, os novos sentidos não são produzidos a partir de identificações ou de juízos, mas a partir das variações provocadas pelo contato com perspectivas diferentes em interação.

A atenção compartilhada¹¹⁶ cria condições para a co-construção de um mundo comum, o que a torna um elemento essencial para nossa habilidade de gerar sentido em cooperação com outros agentes. Ela permite que eu acesse o modo como o outro de uma relação diádica experimenta o mundo ao seu redor, indicando que coisas ou objetos valoriza, o que tem impacto direto no modo como eu os percebo e ajo em relação a eles. (Carijó, 2018, p. 75)

As características da co-presença, sintonização afetiva e improvisação envolvidas na miríade de gestos atencionais que ocorrem nos encontros, nos

¹¹⁴ Tradução nossa para: “*Since it depends on affective singularities whose reactions are very difficult to predict, this work of reciprocal adjustment and harmonization can never be completely prepared in advance. [...] showing yourself to be attentive to the attention of the other requires learning to get out of pre-programmed routines, so you can open yourself to the risks (and techniques) of improvisation.*”.

¹¹⁵ Escolhi propositalmente não referir a “demais pessoas envolvidas” pois, como Vinciane Despret, Anna Tsing, von Uexküll, Donna Haraway e tantas outras nos propõem a pensar, há uma grande riqueza em observar a atenção e produção de territórios em relações multiespecíficas.

¹¹⁶ Maria Clara de Almeida Carijó faz um movimento interessante em seu artigo (2018) ao preferir a tradução “atenção compartilhada” para os termos ‘*joint attention*’ e ‘*attention conjointe*’, em geral traduzidos na literatura por “atenção conjunta”. Ao indicar sua preferência, a autora destaca a produção de um plano comum e partilhado da experiência, diferenciando assim das abordagens neurocognitivas do fenômeno, nas quais a atenção conjunta é investigada majoritariamente em suas dimensões individuais. Embora, nesta dissertação, a forma “atenção conjunta” seja adotada – por estar consolidada, mesmo nos campos “sociais” do estudo da atenção – compartilho o sentido proposto pela autora.

possibilitam definir a dinâmica atencional como uma ecologia da atenção. Citton destaca que os movimentos atencionais nesses encontros têm menos relação com as propriedades de certas ações do que com as características que definem um meio. Assim, os ambientes são definidos pela “presença atencional dos outros” (2017, p. 88), que constitui a “cola” para a formação de um território. Como o axé nas religiões e cosmovisões de matriz africana, a atenção nos encontros opera como força constituinte de coesão comunitária, de coengendramento de mundos.

Também com uma abordagem ecológica, os estudos da cognição enativa, como propostos por Varela, Thompson e Rosch (Varela et al., 2016), que estabeleceram todo um campo de estudos dos processos corporificados da cognição (Baum & Kroeff, 2018), oferecem a abordagem de uma cognição inventiva e corporificada, que é enatuada com a circunstância vivida, na qual o sujeito experiencia a incessante emergência de microidentidades estruturais, micromundos, produzidos como respostas a perturbações do ambiente, e que o determinam ontologicamente a cada instante (Gavillon, 2019). Assim, é possível estabelecer uma relação entre a cognição corporificada, a atenção conjunta e os saberes localizados e como operam na construção dos mundos colocados em interação nos encontros.

A abordagem da enação teve origem nos estudos sobre a cognição conduzidos pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela nos anos 1960. Tendo por inspiração as teorias dos sistemas complexos e dinâmicos, entre outras abordagens, Maturana e Varela apresentaram uma proposta para a forma como os organismos produzem conhecimento pela autoprodução contínua de seus sistemas, em constante interação com o meio. A autopoiese define conhecimento como o resultado do acoplamento estrutural entre os organismos e o ambiente. Isso significa que o organismo continuamente interage com seu ambiente, mantendo sua organização enquanto, ao mesmo tempo, se modifica estruturalmente diante das perturbações e transformações no contexto em que está inserido (Maturana & Varela, 2001). Clausura operacional é como é chamada a delimitação do organismo – que pode ser desde uma célula, tecido ou órgão, até os sistemas vitais, os animais e seus grupos sociais – por membranas que o “separam” do meio, permitindo que sua estrutura opere de forma autônoma, embora sejam permeáveis às perturbações do meio. Na autopoiese e na enação, ser e meio se determinam mutuamente.

O conhecimento, nessa perspectiva, emerge das interações e não de representações passivas de uma realidade externa. É um processo ativo e circular de cocriação e codeterminação do mundo enquanto experienciamos, ou, como dizem os autores: “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer” e “todo ato de conhecer faz surgir um mundo”.¹¹⁷ Esse processo é modulado pelo contexto, história, estrutura e estado atual dos organismos, o que quer dizer que conhecimento e mundos são sempre situados, contextualizados e historicizados.

De tal modo, mundo e sujeito vão se constituindo por relações de conhecimento corporificado, afetando-se mutuamente. Esse acoplamento de sistemas-mundos em constante transformação desloca radicalmente o entendimento da cognição e da atenção de uma perspectiva representacionista para uma da coemergência. Assim, a invenção, na abordagem enativa, é parte integrante das relações que continuamente constituem os mundos. Mesmo as repetições do cotidiano sofrem sempre variações, de modo que o ser-no-mundo está constantemente se diferenciando de si próprio, em um processo que a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari chama de repetição diferenciada.

Os efeitos das perturbações que ocorrem processualmente na relação sujeito-mundo aproximam a enação de uma abordagem afetiva, no sentido de que sujeito e mundo são transformados pelo que os afeta. O conceito enativo de “*breakdown*”, entendido como “uma perturbação no acoplamento sujeito-mundo, provocando uma interrupção no fluxo da experiência atual, o que possibilita a emergência de outro sentido, uma nova disposição para ação” (Kroeff et al., 2019, p. 85), apresenta-se aqui como dispositivo que, ao provocar colapsos nas estruturas cognitivas que sustentam esses micromundos, possibilita uma abertura para a construção de novas e imprevisíveis possibilidades de “mundificar”.

[...] a informação não está previamente depositada nos objetos cuja atividade cognitiva viria descobri-la, decifrá-la. Ela é efeito dos encontros que coengendram/inventam/reinventam sujeito e mundo. Nessa perspectiva, informações distintas são passíveis de serem constituídas a partir da transformação dos/nos encontros que passam a oferecer ocasiões de breakdowns, produzindo perturbações/desterritorializações no acoplamento sujeito-mundo. O resultado de um breakdown/desterritorialização é sempre imprevisível, mais próximo da criação do que da repetição invariante. (Maraschin et al., 2016, p. 214)

¹¹⁷ Ibid., p. 31-32

Como no trecho do Acervo de Memórias que denominei “Batalhas”¹¹⁸, quando os jovens grafiteiros são instigados a transformar as histórias dos idosos da comunidade em grafite nos muros da biblioteca, ocorre um deslocamento da narrativa de ressentimento com a não valorização de sua expressão para o interesse nas histórias de seus mais velhos; de forma similar, os idosos, quando confrontados com suas próprias histórias narradas na linguagem do grafite, são impelidos a reconsiderar os preconceitos que tinham com essa expressão artística da juventude. Os deslocamentos produzidos nesse encontro certamente não vão acabar com a distância intergeracional, nem se colocam como “solução” para os conflitos e desencontros entre jovens e idosos, mas provocam rupturas na forma individualista e segregadora como os regimes atencionais vigentes fragmentam as relações intergeracionais e essas fissuras no tecido atencional coletivo dão passagem a afetos capazes de aproximar esses mundos distintos.

A aposta é que *breakdowns* podem ser estimulados na experiência ao colocarmos diferentes histórias em contato e que isso é feito pelas BCs quando operam suas políticas e práticas de enraizamento comunitário. Mesmo considerando a imprevisibilidade de seus efeitos, são essas rupturas na organização dos mundos-próprios que possibilitam a invenção de novas histórias capazes de engendrar mundos-conjuntos.

7.3 ECOLOGIAS ATENCIONAIS E SEUS GESTOS: O CULTIVO DA ATENÇÃO COMO DISPOSITIVO PARA O CUIDADO NO ENCONTRO DE MUNDOS

As pesquisas sobre as ecologias da atenção e sua relação com a cognição inventiva e processos de subjetivação, especialmente as pesquisas de Virgínia Kastrup, nas quais desenvolve um dispositivo para o aprendizado da atenção a partir de gestos atencionais tocados pelo estranhamento – e não por um *telos* pré-definido –, cultivando o que a autora chama de gosto pela problematização (Kastrup, 2019b), são acionadas aqui para pensar o cultivo de políticas atencionais que potencializem ambientes de afetividade entre mundos heterogêneos. Nas BCs, o trabalho de mediadores da leitura – que são muitas vezes pessoas da própria comunidade que passaram por uma formação específica – atua como facilitador ou “contagiador” de uma postura atenta às possibilidades de estranhamento provocadas pela leitura.

¹¹⁸ [Nas páginas 58-59.](#)

As técnicas do improviso mencionadas por Citton, juntamente com o conceito de *breakdown* da teoria da enação apontam para possibilidades de aprendizado, treinamento ou cultivo das habilidades de improvisação articuladas nos encontros atencionais. De tal modo, o ser aprende no encontro a responder de forma inventiva às intervenções inesperadas dos seres/meios com os quais se encontra em relação.

- *Acontece que, durante as atividades de mediação de leitura com adolescentes, quando discutimos as leituras, direto surgem relatos de violências que vivenciaram, situações de abuso, violências domésticas, de gênero e raciais, experiências de bullying, essas coisas. São relatos pesados, que as mediadoras muitas vezes não sabem como acolher.*
- *Às vezes as situações contadas são mesmo muito violentas.*
- *E às vezes são gatilho para nós, levando direto a nossas próprias experiências com violências do tipo.*
- *E como surgem esses relatos? Estão relacionados com as leituras escolhidas? Como são escolhidas as leituras?*
- *Com as/os/es adolescentes, costumamos escolher juntas a leitura, a partir dos interesses do grupo. Em geral, escolhemos literaturas afirmativas e diversas, poesia e contos, livros escritos por mulheres, mulheres negras, pessoas periféricas, indígenas, literatura marginal...*
- *Na comunidade têm muitas adolescentes e jovens LGBTQIA+, várias de famílias evangélicas ou conservadoras, que não aceitam muito bem.*
- *É, várias delas encontram na biblioteca um espaço de acolhimento no qual não são questionadas nem "moralizadas".*
- *Muitas dizem que nem as escolas nem as famílias falam nada sobre sexualidade ou sobre violências com elas.*
- *Nem sobre racismo, e a maioria é preta...*
- *Pois é, aí chegam aqui e a gente tem que acolher né. Muitas vezes nem sabemos o que fazer, se encaminhar pro CREAS ou CRAS, se simplesmente dar um abraço. É sempre muito difícil escutar...*

Acervo de memórias: Uma difícil escuta

Além de aprender a responder (cri)ativamente em um encontro, é possível cultivar de outros modos de atenção. Um tipo de movimento atencional que pode ser cultivado dessa forma é a escuta. Pensar a escuta como possibilidade de resposta nos leva de volta à orquestra dos pássaros, descrita por Despret a partir dos trabalhos de Bernie Krause e sua investigação sobre o papel do silêncio na formação de um território sonoro dos pássaros.

O silêncio observado entre o canto de um pássaro e outro, como vimos, indica a deixa para que outro pássaro ocupe o território sonoro. Esse território, que não é articulado a partir de coordenações prévias – como a orquestra –, mas agenciado no modo da consulta ao outro, está aberto à processualidade dos encontros,

possibilitando que o novo e o inesperado participem da composição dos mundos-sonoros.

Despret, comentando a obra de Thibaut De Meyer¹¹⁹, nos convida a pensar numa sensibilidade sônica como modo de acessar realidades heterogêneas, em contraposição a uma sensibilidade visual hegemônica, focada na relação sujeito-objeto. Enquanto visualmente percebemos nitidamente apenas o mundo que está a nossa frente – gradualmente perdendo nitidez e foco das coisas que caem na “visão periférica” –, percebemos os mundos sonoros em 360°. Não sabemos exatamente de onde vem um som, e essa dúvida nos leva a buscá-lo, mobilizando no processo os outros sentidos. Assim, enquanto a atenção visual, com suas dinâmicas de foco, coloca sempre um elemento na centralidade, destacado do que é periférico – que é tomado como fundo difuso, fora de foco – uma atenção sonora opera por uma indeterminabilidade inicial das coisas e de suas fronteiras, seguida por uma necessidade de busca que depende de esforço e engajamento de outros sentidos.

Os sons não nos fazem perceber apenas outras coisas, eles nos fazem perceber de maneira diferente. [...] A visão nos permite separar muito facilmente os contornos de um corpo, o que nos leva a acreditar que o mundo é formado por entidades autônomas. O som, por estar menos bem localizado, é um fluxo constante. [...] Enquanto cada pedra pode ser vista independentemente das outras, o som das pedras só existe quando as pedras colidem. "Os sons não são, portanto, coisas, mas entre-coisas, encontros" ¹²⁰. (Despret, 2016, p. 9)

Cultivar um modo de atenção tendo a sensibilidade sonora por referencial implica buscarmos figuras melhores do que as analogias visuais do foco/distração para pensar os movimentos da atenção. Limitar a atenção ao foco povoa os mundos com o que fica na centralidade da visão, e esse foco passa a ser percebido como totalidade fechada, delimitada por contornos que separam os objetos de seus planos de fundo desfocados. Podemos cartografar gestos atencionais que deem relevo a uma compreensão de atenção não centrada no foco, assim deslocando o entendimento mais comum de que a atenção estaria relacionada apenas aos processos de seleção

¹¹⁹ Meyer, Thibaut De. (2015). *Salomé Voegelin, Sonic Possible Worlds. Hearing the Continuum of Sound*. Lecture [En ligne], Les comptes rendus, 2015, mis en ligne le 22 septembre 2015. <http://lectures.revues.org/18937>. Apud. Despret, 2016.

¹²⁰ Tradução nossa para: “*Les sons ne nous font pas seulement percevoir d'autres choses, ils nous font percevoir autrement. [...] La vue nous permet en effet de séparer assez facilement les contours d'un corps, ce qui nous impose à croire que le monde est constitué d'entités autonomes. Le son, étant moins bien localisé, est un flux constant. [...] Alors que chaque pierre peut être vue indépendamment des autres, le son des pierres n'existe que lorsque les pierres se cognent. «Les sons ne sont donc pas des choses, mais des entre-choses, des rencontres»*”.

de informações para representação de objetos, para uma atenção localizada no encontro, nesse “entre” que se estabelece quando mundos são colocados em interação.

Kastrup nos lembra do conceito de atenção flutuante, apresentado por Sigmund Freud¹²¹ como uma recomendação aos analistas para que, durante a escuta clínica, mantivessem o foco atencional “uniformemente suspenso”, como forma de evitar a seleção consciente e concentrada de elementos particulares no material apresentado pelo paciente, o que levaria à fixação em algum ponto e negligência de outros. A atenção flutuante para Freud, seria, para o lado do analista, o equivalente à associação livre da parte do paciente, permitindo a comunicação de inconsciente a inconsciente.

Edmund Husserl desenvolveu o conceito de *Epoché*, entendido como colocar em suspensão – entre parênteses – tudo que pressupomos acerca de um mundo externo, seus atributos e propriedades percebidos. A suspensão das categorias de percepção, dos juízos, por meio da flutuação atencional, levaria ao encontro, na natureza sensorial e sensual da experiência, de novas formas de construir sentidos (Citton, 2019; Depraz et al., 2003; Kastrup, 2004). Mais do que isso, Kastrup e Caliman argumentam, acompanhadas por Vermersch, que a flutuação é o próprio modo de articulação da atenção:

Pierre Vermersch (2002a, 2002b), numa formulação lapidar e incontornável, define a atenção como o fundo de flutuação da cognição. Indo além de Sigmund Freud (1912/1969), para quem a atenção flutuante é um regime específico, Vermersch afirma que o próprio da atenção é flutuar e que aí reside sua importância e sua força. (Kastrup & Caliman, 2023, p. 33)

Quando relatos de violências sofridas, experiências de preconceitos e discriminação, LGBTQIA+fobias e racismo aparecem com certa frequência nos encontros de mediação de leitura com adolescentes nas BCs¹²², isso ocorre porque esses espaços se oferecem como ambiente propício a um tipo de escuta que não determina contornos morais – e atencionais – para as experiências das pessoas no encontro. A escuta, nesses encontros, se vale do dispositivo literário para acessar mundos que, na experiência cotidiana dos regimes atencionais nos quais a comunidade está imersa, são reprimidos e invisibilizados. Não é que esses regimes

¹²¹ Freud, S. (1969). Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise. In *Obras Completas de Sigmund Freud*: Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912). *Apud*. Kastrup (2007).

¹²² Na página 113, Acervo de memórias: [Uma difícil escuta](#).

não estejam presentes no encontro, mas sofrem *breakdowns* na experiência das pessoas envolvidas, abrindo espaço para a passagem dos afetos quando uma escuta sem juízos é colocada em prática.

Pensando com Natalie Depraz¹²³ e sua pesquisa da atenção como abertura vigilante ao outro, Citton nos apresenta três momentos de uma atenção em modo de suspensão (*epochal attention*):

a) um momento de suspensão (a *epochè* grega), durante o qual nossa atenção é colocada para “flutuar” a fim de neutralizar suas atribuições automáticas de significado através da identificação categorizante; b) um momento de reorientação, pelo qual nossa atenção flutuante pode se prender a um novo objeto intuído no que antes parecia apenas um pano de fundo; c) um momento de receptividade, que abre nossos sentidos e nossa inteligência às particularidades desse novo objeto que passa a se construir como uma “figura” distintiva sobre o fundo em que originalmente se confundia. (Citton, 2019, p. 30)

A atenção em modo de suspensão redesenha os limites entre o que é considerado como ambiente de fundo e os objetos em relação aos quais construímos nossas subjetividades, o que, para Citton expressa uma forma de atenção ambiental que, levada ao limite, nos possibilitaria sermos mais atentos ao nosso ambiente-fundo, e não apenas às figuras que isolamos dele.

Virgínia Kastrup (2004), refere-se também a esses três momentos, a partir da pragmática fenomenológica proposta por Depraz, Varela e Vermersch (2003), para colocar a *epoché* husserliana na ação, com a proposição da atenção em modo de suspensão. A partir da composição com vários autores que se detêm sobre o problema da atenção, Kastrup nos oferece uma abordagem dos movimentos e gestos atencionais para além do – e incluindo o – foco. Como já mencionado na seção sobre os modos de pesquisar e narrar desta dissertação, a autora desenvolve uma proposta de atenção cartográfica, na qual descreve os gestos do rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento (2004, 2007, 2019b). Seguindo os momentos da atenção em suspensão, esses gestos modulam a atenção produzindo seu deslocamento, de uma atenção cotidiana cognitiva, para movimentos que ocorrem de forma recursiva, cíclica ou espiralar, a partir da experiência de estranhamento: um movimento de voltar-

¹²³ Depraz, Natalie. (2014). *Attention et vigilance*. Paris: PUF. *Apud.*, Citton, 2019. Depraz apresenta o conceito de vigilância num sentido amplo da palavra latina *vigil*, que se afastaria da ideia de vigília como “estar acordado” e incluiria o aspecto do cuidado à noção de atenção. Daí a ideia da atenção como vigilância aberta ou abertura vigilante ao outro (Depraz, 2022). Kastrup e Caliman propõem outra perspectiva sobre os significados em português das palavras “vigília” e “vigilância” em seu mais recente livro (2023). Os significados então se invertem e vigilância se aproxima muito mais da ideia de controle e vigília da experiência de “abrir os olhos” (e todos os sentidos) e de vigiar no sentido de cuidar.

se a si, quando o cartógrafo acessa dados subjetivos, seus interesses e saberes, não para se deter neles, mas para acessar um estado de espera que deve ser sustentado; e uma concentração aberta, destituída de foco, que não busca informações ou respostas à perguntas prévias, mas a própria problematização da experiência. A autora destaca que esse modo atencional constitui uma política cognitiva inventiva a ser aprendida e cultivada.

É importante ressaltar que uma atenção flutuante ou em suspensão não envolve um tipo de neutralidade, no sentido dado por uma objetividade moderna de não ter posicionamentos. Pelo contrário, a pessoa ou o grupo envolvido nesse gesto atencional acessa, constantemente e em variados níveis de intensidade, memórias e afetos – inclusive os preconceitos relacionados à sua posicionalidade social – que também integram a paisagem atencional e constituem o desafio proposto nessa política atencional: resistir a um reconhecimento automático da experiência com algum desses conteúdos da subjetividade e abrir o espaço e o tempo (suspensão) para que o reconhecimento atento na experiência possa se estabelecer e por meio de um recursivo voltar-se a si e novamente para fora, provocar as rupturas nas estruturas recognitivas e instaurar a possibilidade de (re)inventar o que já estava lá. No reconhecimento atento, como proposto por Kastrup a partir da leitura de Bergson:

O tecido da memória comporta um folheado, assim como o do objeto, que se refaz a cada instante. Há múltiplos níveis ou planos que tem como efeito desmontar o esquema do reconhecimento baseado no princípio de correspondência. Atiçado pela perturbação que opera uma fissura no domínio sensório-motor, o reconhecimento atento realiza um trabalho de construção. [...] o importante do reconhecimento atento, tal como descrito por Bergson, é a revelação da construção da percepção através do acionamento dos circuitos e da expansão da cognição. A percepção se amplia, viaja percorrendo circuitos, flutua num campo gravitacional, desliza com firmeza, sobrevoa e muda de plano, produzindo dados que, enfim, já estavam lá. A atenção atinge algo “virtualmente dado” (Bergson, 1897/1990a, p. 84), construindo o próprio objeto através dos circuitos que a atenção percorre.” (Kastrup, 2007, p. 21)

Articulo a noção de políticas atencionais a partir dessa composição, para pensar tanto nas formas coletivas da atenção canalizadas pelas mídias e que configuram uma política recognitiva, quanto as re-existências inventivas produzidas nos encontros atencionais e que podem ser potencializadas a partir do cultivo de uma postura atencional de abertura à escuta de mundos.

As políticas atencionais operam de forma situada e corporificada, configurando historicidades diversas e temporalidades que também passam por deslocamentos a

partir das perturbações que articulam suas modulações, de forma que a qualidade da atenção nos encontros desloca não só a atenção aos afetos do presente, mas as nossas construções sobre o passado e as possibilidades quanto ao futuro. É nessa escala que a atenção ganha agência temporal para uma transformação conjunta e intencional das possibilidades de habitar os mundos a partir das histórias que contamos sobre e com eles.

Um exemplo pessoal dessa dinâmica pode ser a forma como, tanto minha atenção sobre o presente, quanto a percepção sobre minha história de vida foram transformadas a partir do diagnóstico de TDAH¹²⁴, abrindo possibilidades novas para pensar meu futuro. Novas experiências seguiram a essas – algumas tão marcantes quanto, numerosas outras mais discretas – novamente deslocando as formas da minha atenção ao presente, reconstruindo meu passado e abrindo novas janelas para o futuro; a transformação segue ocorrendo. Importante destacar que essas transformações não excluem totalmente as construções prévias: também são contínuas as negociações entre as temporalidades pré-existentes e as novas na modulação das políticas atencionais.

Citton relata que a atenção sempre aponta para o futuro e que ela acontece com um atraso temporal no qual está localizada uma capacidade de agência.

O que significa fechar um livro ou desligar um dispositivo eletrônico - ou, nesse caso, abrir um ou ligá-lo? Cada um destes gestos altera o ambiente que vai condicionar a nossa atenção nos minutos que se seguem. Se sua atenção está sendo controlada, neste momento, pela frase que escrevi para este livro, é porque – por qualquer motivo – você não o fechou alguns segundos atrás. A agência atencional repousa sobre esse atraso de tempo. Sugiro falar em agência atencional indireta para explicar esse atraso, ou seja, para explicar o fato de que, mesmo que eu não consiga controlar minha própria atenção em nenhum momento, posso, na maioria das circunstâncias, modificar o ambiente que condicionará minha atenção em algum momento no futuro. (Citton, 2019, p. 24)

A ideia de uma agência atencional indireta residir no "atraso" entre a decisão de fechar ou não o livro e o mundo futuro no qual estou lendo e sendo afetado pelas ideias que leio, ou a capacidade de modificar o ambiente no qual estou emaranhado, condicionando (ampliando, restringindo, modulando) as minhas possibilidades de atenção futura, remete diretamente às SF de Donna Haraway e à capacidade de contar novas histórias para tornar o mundo habitável.

¹²⁴ Conteí essa história na página 31.

Em uma conversa entre Jota Mombaça e Conceição Evaristo (2020), as duas pensadoras falam sobre o sonho e as SF, como o modo pelo qual o mundo futuro se torna aquele que foi sonhado pelos antepassados, ou seja, as condições de existência que pessoas negras vivem hoje ou viverão foram o sonho de seus ancestrais. É o tempo espiralar de algumas culturas *arkhé* – retomando Muniz Sodré: o ancestral traz o novo; ao mesmo tempo em que o velho oferece o bebê ao infinito, ele está sustentado pela força desses mais velhos. Mombaça e Evaristo apresentam a imaginação preta como lugar onírico, espiritual, afetivo e material de fecundação da vida preta, indígena, trans.

Evaristo encerra seu livro *Olhos d'Água* com o seguinte trecho: “E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução” (2018, p. 123). A escrita de Evaristo desloca o lugar da dor em dois movimentos: um reconhecendo, fazendo jus, narrando e criando um arquivo para dar conta dessa dor; mas fazendo isso num movimento simultâneo de atravessar essa dor para seguir vivendo, encontrar a vida também nos momentos de dor e afirmar essa vida (*Territórios de Partilha*, 2020). Esse deslocamento constitui uma política atencional de re-existência e cuidado com os mundos futuros, na medida em que a imaginação de um futuro no qual a dor é uma memória aciona um dispositivo atencional fabulativo que coloca em marcha uma estratégia de invenção desse mundo futuro.

Tim Ingold, em sua crítica ao reducionismo dos estudos da cognição que consideram o conhecimento como conteúdo mental, pensa as implicações da perspectiva da cognição corporificada e inventiva nos processos de aprendizado e da transmissão cultural. Segundo o autor, se os mundos emergem na experiência e o conhecimento é, portanto, resultado da interação dos seres com seu meio, o legado de uma geração para outra não se trata do acúmulo de representações, transmitido como acervo de informações, mas sim, de um aprendizado da atenção (Ingold, 2020).

Na perspectiva de Ingold, a diferença entre o conhecimento de uma pessoa especializada em algo e o de uma iniciante, não é que a primeira tenha um maior acúmulo de representações que permitem fazer uma imagem mais elaborada do mundo, mas que o seu sistema de percepção está “sintonizado” para selecionar características críticas do ambiente, que quem está começando simplesmente não consegue notar. Por outro lado, o especialista pode ficar por tanto tempo fazendo as

coisas de um mesmo jeito que deixa de notar possibilidades de fazer de forma diferente, e o processo de sintonização ainda não tão seletivo de seu aprendiz pode perceber e, durante o aprendizado, adicionar elementos novos na técnica. Desse modo, há um aprendizado da atenção que não apenas reproduz as técnicas aprendidas, mas também inventa novas.

É por meio da repetição e da atenção ao processo que construímos as nossas habilidades, e fazemos isso utilizando um misto de imitação e improviso. Mas nem a improvisação se trata da criação de algo totalmente imprevisto e novo, nem a imitação é uma simples reprodução mecânica. Ambas carregam tanto história quanto novidade e ambas são aspectos do envolvimento atento no desenvolvimento de habilidades. Ou seja, seguimos os passos de nossos antecessores, num processo de redescoberta guiada e nesse ponto acrescentamos a nossa marca.

De tal modo, o legado que uma geração deixa para a próxima é uma configuração, por meio da sua ação no mundo, do contexto atencional ambiental no qual seus sucessores vão desenvolver suas próprias habilidades de percepção e ação. Considerar as heranças geracionais como uma educação da atenção para a percepção de mundos e desenvolvimento de habilidades atencionais na experiência e não como acúmulo de representações é uma virada importante para pensar a atividade das bibliotecas e o deslocamento que elas têm experienciado – principalmente as BCs – de uma perspectiva protecionista do patrimônio cultural e de acesso às coleções e serviços para uma de mediação no encontro de mundos. Esse deslocamento abre possibilidades para entender, tanto a reconstrução do passado, modulada pelos agenciamentos atencionais na forma como escolhermos quais narrativas e mundos daremos atenção e passaremos adiante, quanto as possibilidades das bibliotecas de tornar mundos visíveis e valorizados, a partir da mediação do acesso ao acervo em diálogo com os saberes de suas comunidades.

Aqui podemos tomar como exemplo o que ocorre quando a atenção sobre o passado da Austrália se desloca da narrativa colonial sobre a ocupação das terras da Oceania para as histórias e temporalidades dos Sonhadores, como propôs Tania Schafer-Bostock em seu esquema de classificação para as bibliotecas aborígenes. Trata-se de cultivar um ambiente atencional que favoreça o desenvolvimento das pessoas e suas habilidades a partir das relações com os mundos tornados presentes no acervo e nos encontros na biblioteca.

Bel Santos Mayer, educadora e ativista pelas BCs, fundou em 2009, junto com a comunidade, a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, em Parelheiros, município no extremo sul da cidade de São Paulo. Ela nos ensina como histórias que podem emergir nos encontros nas BCs têm o potencial de produzir deslocamentos que trazem mundos à tona a partir de uma atenção aos sentidos e à memória, quando narra um episódio de um grupo de leitura sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, no qual uma senhora presente conta que percebeu que a autora realmente passou fome quando Carolina descreveu que a fome era da cor amarela.

[...] nossa, essa escritora passou fome! E aí a gente leu né o trecho em que a Carolina fala que a fome é amarela. E aí uma outra falou assim: passou sim, porque ela sabe que a fome é amarela! E aí a gente começou a conversar, mas, se a gente não pega a fome, como a gente sabe que a fome é amarela? [...] E aí quando eu contei que a Carolina morreu em Parelheiros, as pessoas não se conformavam por não a terem conhecido. (Mayer, 2021, transcrição nossa)

Não se trata aqui da simples identificação com uma experiência estética, mas de uma forma de perceber e participar de uma realidade tão particular que provoca surpresa o fato de ser compartilhada por uma escritora famosa, que além disso também faz parte da história da comunidade e cuja trajetória era até então desconhecida. Trata-se, principalmente, de resistir ao desencantamento de uma percepção sinestésica, singular e compartilhada da experiência da fome e perceber que sim, esse é um saber que importa.

Ao buscar histórias como essa, que não desencantem os mundos, praticamos contra-feitiçaria atencional, favorecendo os encantamentos da atenção que agenciam mundos nos quais a multiplicidade de modos de ser nas comunidades se faça presente. Esse é um projeto de cuidado com os mundos existentes no território.

O cuidado, muitas vezes tomado como equivalência para certos usos da palavra atenção – “preste atenção! tome cuidado!” ou mesmo na relação entre cuidado e atenção em saúde –, guarda muitos sentidos comuns com a atenção, principalmente uma qualidade relacional intrinsecamente ligada a seus gestos e atitudes. Tomaremos esse aspecto do cuidado com as relações de conhecimento, presente nos trabalhos de Maria Puig de la Bellacasa (2011, 2012, 2017), como dispositivo para uma ética atencional voltada para o cuidado com os mundos periféricos co-engendrados nas BCs. Para a autora

[...] relações de pensamento e conhecimento requerem cuidado. [...] essa premissa é fundamentada em bases ontológicas, não morais. Isso não só porque as relações envolvem cuidado, mas porque o cuidado é em si mesmo

relacional. [...] O cuidado e a relação compartilham, portanto, uma ressonância conceitual e ontológica. Em mundos feitos de formas e processos interdependentes e heterogêneos de vida e matéria, cuidar de alguma coisa ou de alguém é inevitavelmente criar relação. (2012, p. 2)

Cuidado, segurança, proteção, atenção. Essas palavras transbordam muitos significados – e ainda mais sentidos – heterogêneos. Podem adquirir sentidos contraditórios, como o termo vigilância que, como vimos com Depraz e com Kastrup e Caliman, pode ser carregado de sentidos de atenção e cuidado, mas também adquire aspectos de controle, dependendo do contexto no qual é articulado. As advertências “preste atenção! tome cuidado!” podem ser tomadas como conselhos para que uma pessoa não se prejudique, mas também podem ser utilizadas como ameaça, revelando estruturas hierárquicas, relações de poder e de opressão que impedem que certas pessoas “cruzem a linha” que as classifica em determinado estrato.

Nas sociedades moderno-coloniais, as atividades sociais do cuidado com a casa, com a família, e com as coletividades são, de forma geral, associadas ao trabalho precarizado e invisibilizado de grupos minoritários e desvalorizados da sociedade, notoriamente as mulheres. Um vasto campo de estudos e de ativismos feministas da ética e da economia do cuidado aponta a maneira como a carga social do cuidado é imposta às mulheres – a manutenção da casa e da vida, dos filhos, do marido, dos pais, da comunidade – deixando o caminho dos homens “livre” para o investimento na carreira e no lazer, geralmente percebidos como atividades individuais, desvinculadas de uma dimensão de cuidado.

A divisão do cuidado por gênero e sua genealogia no mundo moderno colonial é uma das mais fortes evidências da atuação de regimes atencionais hegemônicos, que podem ser observados, por exemplo, quando questionamos homens sobre informações básicas sobre o lugar das coisas em suas casas, sobre a alimentação e os horários das atividades dos filhos, e sobre todas as atividades necessárias para a manutenção de sua própria vida e de sua família. E quando perguntamos quem saberia essas informações, a resposta costuma ser o nome de uma mulher. O cuidado, nessa perspectiva, é articulado a partir de relações desiguais e violentas baseadas em gênero e sexualidade.

O cuidado também compõe um lugar de moralização e mercantilização da vida cotidiana, onde entra a ideia do “autocuidado” como articulada nos discursos

individualistas, meritocráticos e consumistas da “autoajuda”, ou o cuidado com a “natureza” nas abordagens individualizantes sobre “consumo consciente”, reciclagem e preservação ambiental. Todas essas apropriações do cuidado falham em identificar e endereçar os problemas coletivos e estruturais das próprias noções de consumo e descarte e da precarização da vida na produção de desigualdades, sofrimento psíquico e degradação ambiental. Em todos os casos, essas abordagens desconsideram a natureza relacional do cuidado.

Mesmo as práticas de cuidado mais bem intencionadas, que buscam o “bem” para outra pessoa, acabam por impor mundos únicos quando centradas em nossas próprias concepções do que é “bom”, “correto” e “natural”. O mundo individualista com suas divisões binárias se reproduz sobre o cuidado e devemos estar atentos a isso.

Cuidado é conexão no plano coletivo de forças e afetos. Não é sinônimo de harmonia, mas porta o sentido de acolher as tensões que podem advir. A questão que devemos colocar não só para a psicologia e a educação, mas para todos os profissionais e pessoas envolvidas com este tema é: estamos criando ecossistemas favoráveis à atenção e ao cuidado? Devemos sempre lembrar que há uma linha tênue entre o cuidado e o controle. Não sabemos de antemão o que é digno de atenção. Daí a importância da abertura da atenção e da suspensão do julgamento. (Kastrup & Caliman, 2023, p. 34)

Uma ética do cuidado, como a que propõe Puig de la Bellacasa, implica em não deixar que uma noção tão importante para as possibilidades de coexistência dos mundos fique presa a seus sentidos hegemônicos. Em seu artigo intitulado “‘Nada vem sem o seu mundo’: pensando com cuidado.”¹²⁵ (2012), a autora apresenta, a partir da obra de Donna Haraway, o cuidado como “[...] aqueles atos necessários para criar, manter juntas e sustentar a heterogeneidade essencial da vida.” (p. 198, destaque da autora). Neste sentido, o cuidado é uma obrigação ética não normativa, totalmente relacionada à interdependência da vida.

[...] é concomitante à vida – não algo forçado aos seres vivos por uma ordem moral; ainda assim, obriga, já que para que a vida seja vivida ela precisa ser nutrida. Isso significa que o cuidado é de alguma forma inevitável: embora nem todas as relações possam ser definidas como cuidadosas, nenhuma poderia subsistir sem cuidado. Por exemplo, mesmo quando o cuidado não é assegurado pelas pessoas ou coisas que estão perceptivelmente envolvidas em uma forma específica de se relacionar, para que eles tenham podido meramente subsistir, alguém / algo tem (teve) que em algum lugar ou em algum momento estar cuidando.¹²⁶

¹²⁵ ‘*Nothing comes without its world*’: *thinking with care*. O título cita uma formulação de Haraway.

¹²⁶ Ibid.

O cuidado é mais do que uma predisposição afetiva ou compromisso ético voluntário, uma vez que envolve um trabalho, um esforço material para sustentar vidas e mundos. Esse trabalho, como já dito, é frequentemente associado a atividades pouco valorizadas socialmente, invisibilizadas e alvo da exploração nas sociedades moderno-coloniais. Penso aqui nas atividades das pessoas na Vila Santa Rosa de Lima – e de tantas outras comunidades periféricas – que se deslocam para os bairros centrais e das classes média e alta, para limpar suas casas, cuidar dos filhos e dos idosos dessas famílias, construir suas casas, consertar suas redes elétricas, esgotos, recolher seus dejetos, cuidar de seus jardins, preparar suas comidas, entregá-las, transportá-los, garantir a segurança de suas ruas e propriedades... Todas essas atividades são atos de cuidado intrinsecamente relacionados à manutenção de um modo de vida e todas são pouco valorizadas socialmente.

As relações de cuidado no contexto de um país como o Brasil são complexificadas por sua história como território colonizado e escravista. Thais Gomes de Oliveira (2022), acompanhada por Lélia Gonzalez¹²⁷, nos conta como a figura da mucama – mulher negra escravizada forçada aos serviços domésticos e a cuidar dos filhos dos brancos, inclusive os amamentando, e em detrimento de seus próprios filhos – participa da própria construção do país: “Em uma história possível do cuidado, atualizada radicalmente no presente momento, a desvalorização e subjugação – social, econômica e financeira – de quem atua em tais funções, compõem o que vamos conhecer como economia.” (p. 40). A dominação da elite colonial branca sobre as pessoas negras escravizadas, impôs sobre estas – principalmente sobre as mulheres – os fardos do cuidado. A atualização contemporânea desse sistema de dominação se desvela na própria configuração das cidades e suas divisões entre centro e periferia marcadas pelas desigualdades de classe, gênero e principalmente raça. É o trabalho com atos de cuidado, mal remunerado, invisibilizado e explorado, das pessoas das periferias – constituídas pelas atualizações do passado escravista e mantidas marginalizadas pelos pactos raciais da branquitude – que sustenta a prosperidade dos centros brancos.

¹²⁷ Gonzalez, Lélia. (2020) A mulher negra na sociedade brasileira. Em: *Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rios, Flavia e Lima, Marcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar. *Apud.*, Oliveira (2022).

Conectando as relações de cuidado com a atenção conjunta e com a ecosofia de Arne Naess e Felix Guattari, Citton (2018) entende cuidado como as relações que atentam para a reprodução da vida ou de modos de vida:

A co-construção das subjetividades e das competências intelectuais exige a copresença de corpos atentos compartilhando o mesmo espaço, por meio de sintonias afetivas e cognitivas infinitesimais, mas decisivas. Encontraremos aí o fundamento de uma qualidade particular da atenção, que é o cuidado – isto é, uma consideração cuidadosa da vulnerabilidade do outro, de nossa solidariedade e nossa responsabilidade em relação a ele. (p. 33) [...] Da mesma forma, poderíamos dizer que a atenção é uma interação. Ela é o mediador essencial, encarregado de garantir minha relação com o ambiente que provê minha sobrevivência: um ser só pode continuar existindo se conseguir “prestar atenção” àquilo de que a reprodução de sua forma de vida depende. [...] Prestar atenção – condição que antecede qualquer forma de ação – é uma verdadeira atividade: envolve tecer observações e gestos, respeitando o grau de tensão necessário para manter relações sustentáveis com o nosso meio. (p. 37)

Donna Haraway, em uma crítica do conceito de autopoiese, aponta como o fechamento – a clausura operacional – do conceito acaba limitando sua abordagem da multiplicidade de relações que possibilitam a existência e a sobrevivência dos seres tanto individual quanto coletivamente. Ela sugere então o conceito de simpoiese, para pensar como os seres se produzem em complexas redes de interdependência. A simpoiese, no entanto, não tenta suplantiar o conceito de autopoiese. Num movimento bem característico de Haraway – e que informa muito para o dispositivo atencional que estamos construindo – os conceitos e reformulações obedecem a uma lógica da adição, mesmo quando há dissenso entre eles. Assim,

Desde que a autopoiese não signifique “autoconstrução” autossuficiente, a autopoiese e a simpoiese, colocando em primeiro e segundo planos diferentes aspectos da complexidade sistêmica, estão em fricção generativa, ou envolvimento generativo, em vez de oposição. (Haraway, 2016b, p. 61)¹²⁸

A ideia de simpoiese articula as teias da vida como camas de gato. Ter respons(h)abilidade e permanecer com o problema é cuidar das consequências de nossos atos quando puxamos os fios que formam diferentes figuras. É importante distinguir o relacionismo do conceito de simpoiese de um relativismo universal. Quando pensa nos emaranhados existenciais e na interdependência entre os seres, tecnologias, paisagens e o planeta, Haraway o faz de forma sempre situada. Nunca se está em relação com tudo, mas sempre se está em relação com algo.

¹²⁸ Tradução nossa para: “As long as autopoiesis does not mean self-sufficient “self making,” autopoiesis and sympoiesis, foregrounding and backgrounding different aspects of systemic complexity, are in generative friction, or generative enfolding, rather than opposition.”

De tal modo, associando as propostas de Haraway à concepção de Cитton da agência atencional, muito embora não possamos “escolher” propriamente com quem estamos conectados – se isso fosse possível, já não haveria desigualdade e dominação – podemos nutrir certos tipos de conexão, cultivando determinadas alianças em detrimento de outras. Haraway chama esse processo de “fazer parentes” (2016a). Ao fazer parentesco com certos mundos, potencializamos suas histórias e condições materiais de existência e re-existência.

Nesta articulação, cuidado, atenção e relação são conceitos emaranhados às possibilidades de escuta de mundos e podem articular essa escuta com responsa(h)abilidade. Funcionam como relações que atentam para os mundos periféricos a partir de seus encontros nas BCs e para suas possibilidades de re-existência material por meio das histórias que contam no presente para fazer parentes e re-inventar seus passados e futuros. Por meio desse dispositivo, é possível nutrir uma política atencional, a partir de uma atenção compartilhada, cuidadosa e aberta aos mundos em relação.

Para pensar a atenção como cuidado com os mundos periféricos com responsa(h)abilidade, é preciso acessar e reconhecer atentamente a brutalidade com que as periferias brasileiras se constituíram, com seu histórico de escravização das pessoas negras forçadas ao cuidado dos mundos brancos, bem como as atualizações contemporâneas desse passado nos modos de atenção periféricos e nos seus processos inventivos de re-existência. Pensando com Conceição Evaristo, é preciso que a atenção acolha a dor e ao mesmo tempo faça parentesco com forças que cultivem um futuro diferente, para que as histórias daí contadas não sirvam apenas para “ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (Evaristo, 2007).

8 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS PARA SEMEAR MUNDOS

Até aqui, desenvolvemos o argumento da coemergência dos mundos e do papel crucial da atenção no agenciamento e modulação desses mundos nesse encontro. Também passamos pelo modo como as periferias urbanas são articuladas a partir de regimes atencionais dominantes, que enfeitam seus mundos enquanto os narram como lugares marginais, precarizados, articulados em relações desiguais de raça, classe, gênero, sexualidade, capacidades físicas, entre diversas outras.

Discutimos como políticas atencionais podem funcionar como contrafeitiço atencional, potencializando as re-existências de mundos contra-hegemônicos que coabitam o território em constante tensão com as forças dos mundos únicos. Ainda sugerimos as BCs como dispositivos capazes de articular essas re-existências a partir das políticas atencionais de cuidado que engendram e cultivam.

Nesta seção vamos acompanhar uma análise das políticas do livro e da leitura a partir dos regimes atencionais que as articulam; dos problemas e potências para a percepção e relação com os mundos periféricos acessados pelas BCs; e as próprias BCs, sua definição, história e organização, as redes que formam, os princípios que as orientam e as relações de tudo isso com as formas de prestar atenção aos mundos periféricos.

8.1 POLÍTICAS DO LIVRO E DA LEITURA: OS REGIMES ATENCIONAIS E A INVISIBILIDADE DA LEITURA COMUNITÁRIA PERIFÉRICA

Em abril de 2021, o então ministro da economia Paulo Guedes divulgou, entre os dispositivos de uma proposta de reforma tributária, um que previa a revogação da isenção de taxações sobre livros e apresentou como justificativa para isso uma pesquisa sobre consumo que aponta que livros não didáticos não são consumidos por famílias pobres¹²⁹.

A justificativa para a taxação de 12% no valor de capa expõe a naturalização de uma gritante desigualdade no acesso da população com baixa renda aos livros e à leitura, e a redução – operada como política de governo – do livro a mero bem de consumo-mercadoria. Mais do que isso, coloca em evidência o regime atencional que invisibiliza as periferias, sua própria cultura e acesso aos bens culturais e reacende o debate sobre "se", "o que" e "como" a periferia lê.

*A periferia não "consome" livros...
A periferia não consome um monte de coisas. Não consome caviar,
por exemplo. Transformar livro em caviar não vai aumentar o*

¹²⁹ "De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019 (POF), famílias com renda de até 2 salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos". O trecho citado foi excluído do documento de "perguntas e respostas" sobre a reforma tributária no site da Receita Federal, no entanto, pode ser facilmente encontrado, junto com outras falas do ex-ministro, em diversos sites de notícias: [Receita defende taxação de livros sob argumento de que pobres não leem](#); [Reforma tributária pode fazer livro ficar mais caro](#); [Receita diz que livros podem perder isenção com unificação tributária porque são consumidos pelos mais ricos](#).

consumo de livros pela periferia..., mas aí é que tá, a ideia não é possibilitar que a perifa leia mais. A ideia é que foda-se a periferia. Não importa se as pessoas nas vilas leem ou não, contanto que sigam trabalhando no centro. Se souberem pegar um ônibus, já tá mais do que bom. Ler pra quê? Pra virar concreto, levantar torre, lavar roupa, limpar chão, cuidar de criança e idoso, atender porta, telefone, recolher lixo, dirigir ônibus, caminhão, uber, 99, ifood, pra nada disso a leitura tem muita serventia. No mundo do centro, quem dá a mínima pra se as pessoas da periferia consomem livros? Outra coisa: "consumir" sempre me pareceu uma palavra muito estranha, consumir parece "sumir com", desaparecer com alguma coisa. Nesse sentido, a vida e a leitura nas periferias são consumidas todos os dias. Literal e literariamente. Gente morre e é (con)sumida todos os dias. Eu já vi, cansei de ver, corpos consumidos por uma guerra sem fim e sem sentido, jogados em ruas e calçadas, às vezes dentro das próprias casas. Cansei de ver o que a periferia sabe se consumir na desvalorização dos seus saberes... quando um velho morre na periferia, muitos livros são (con)sumidos. Se o que o ministro pergunta é se a periferia compra livros, então não, não compra. Mas a periferia lê. Lê o mundo, lê as entrelinhas... lê as grandes linhas que separam as pessoas e limitam suas possibilidades de vida. E a perifa lê livros também: talvez pegue na biblioteca comunitária; talvez ganhe do filho do patrão; talvez leia nas letras do rap. A questão não é se a perifa lê ou não, mas o que lê e como lê, como segue lendo apesar de tudo. E também como segue escrevendo suas histórias. Mas o mundo que (con)some (com) a periferia, esse mundo não lê a periferia.

Acervo de memórias: Periferia (con)sumida

O problema do viés mercadológico nas políticas para o livro e a leitura aparece também na análise da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, uma pesquisa quantitativa realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL)¹³⁰, que apresenta uma série histórica de estudos (2001, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2020), e tem sido utilizada como evidência para informar o processo de definição de políticas públicas do livro e da leitura. A pesquisa é famosa por estampar, nos principais jornais, manchetes sobre o baixo índice de leitura da população brasileira em comparação com países do norte global.

Entre as críticas que a Retratos da Leitura recebe, destaque a de Farias em sua tese de doutorado, na qual a autora aponta que a própria definição de leitor, expressa na pesquisa como "aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses" (Farias, 2018, p. 129), só serve às finalidades do mercado:

É esse leitor que vai se tornar estatística na contabilização de livros produzidos e vendidos. Talvez sejam esses os números que responderão à Meta 20 do Plano Nacional de Cultura. Em seu detrimento estão a leitura e a escrita como instrumentos de formação, de compreensão e indagação do

¹³⁰ O IPL é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos, criada e mantida por entidades do mercado editorial de livros – Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional (Abrelivros), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

mundo em suas relações sociais, disputas, conflitos. A leitura e a escrita que possibilitam ao indivíduo a construção de autonomia frente à sua historicidade e à fruição estética não estão sequer vislumbradas na concepção de leitor da Retratos da Leitura no Brasil. O que se mostra não mais como perigo, mas já como realidade, é a mercantilização da leitura, da escrita e da formação.”¹³¹

Assim, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil desconsidera as dinâmicas e processos da formação de leitores como "instrumento para a compreensão e problematização do mundo"¹³², que exige um tempo e atenção dilatados, fora de uma lógica consumista-produtivista, não quantificáveis em números e estatísticas. Segue os mesmos modelos de pesquisa estatística utilizados nos estudos de usuários observados na seção anterior: ao produzir “retratos” de realidades complexas a partir de números e indicadores, faz *terra nullius* com as culturas e com as leituras periféricas.

Outra ausência: tanto a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, quanto as políticas de governo não reconhecem as bibliotecas comunitárias como equipamentos culturais comprometidos com o acesso aos livros e à leitura e com a formação de leitores. A quinta edição da “Retratos”, menciona apenas três vezes o termo “biblioteca comunitária”, e inclui apenas uma pergunta sobre essas bibliotecas no seu instrumento de pesquisa (Faila, 2021). Já sobre bibliotecas escolares, em 2019, o IPL produziu um estudo detalhado – embora na mesma tradição quantitativa – sobre a relação entre essas bibliotecas e a leitura¹³³, apresentando um conjunto de dados para pensar o uso das bibliotecas a partir das escolas.

O histórico de luta das BCs para a incidência dessas bibliotecas nas políticas públicas do livro e da leitura é extenso e de longa data. No entanto, retomarei essa história mais adiante e, por ora, proponho observar a quase invisibilidade de uma dimensão coletiva e comunitária da leitura e da formação de leitores nos imaginários de diversos grupos e atores – políticos, acadêmicos, moradores das comunidades, bibliotecários etc. – e sua relação com os regimes atencionais hegemônicos.

¹³¹ Ibid., pp. 129-30.

¹³² Ibid., p. 118.

¹³³ Uma apresentação da pesquisa Retratos da Leitura em Bibliotecas Escolares está disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/retratos-da-leitura-em-bibliotecas-escolares/>. Cabe aqui uma nota de que as bibliotecas escolares, bem como as públicas, são importantes espaços, também capazes de articular políticas atencionais abertas na relação com suas comunidades, no entanto, por suas vinculações institucionais e as metas e estruturas administrativas às quais se encontram submetidas, em geral não substituem as BCs na formação de vínculos e construção de autonomia comunitária.

O espaço coletivo comunitário é em geral um espaço precariamente ocupado no imaginário político, e isso piora quando o assunto é a formação de leitores. Quando converso sobre o aprendizado e a prática da leitura e os lugares onde ocorrem, com grande frequência as pessoas lembram da família ou da "casa" como o primeiro espaço de experimentação da leitura, e em seguida vem a escola, como instituição de referência para a alfabetização e, de forma genérica, para o aprendizado¹³⁴. A aposta quase exclusiva em instituições como a família e a escola na promoção da leitura fica evidente quando colocamos lado a lado a fala do ex-ministro – que remete à uma pesquisa sobre orçamentos familiares para o consumo de livros – e a atenção dada pela “Retratos”, exclusivamente ao consumo de livros e às bibliotecas escolares. Yasmin Wink Finger aponta outra redução que decorre dessa aposta: a ideia de que o aprendizado da leitura e as atividades de formação de leitores, como a mediação de leitura e a contação de histórias seriam apenas para um público infantil e, dessa forma, o campo se aprofunda pouco nas práticas de leitura com jovens, adultos e idosos (Finger, 2018)

- Não concordo com isso que o teu irmão tá fazendo.
 - Com o que pai?
 - Isso de ensinar a E. a ler e escrever. Ela tem que aprender isso na escola!
 - Mas pai, ela que se interessou por aprender, e eles fazem isso como uma brincadeira, o que pode dar errado?
 - Sei lá... tem um jeito certo de aprender... se tem professores e escolas pra isso, por que perder tempo ensinando?
- ...
- No início eu acompanhava minha neta na biblioteca, essa era a minha desculpa, mas na verdade eu adorava ficar por lá e ouvir as histórias. As mediadoras sempre me convidavam para participar dos encontros com os adultos e idosos pra aprender a ler. Aqui tem muito velho analfabeto como eu. Eu respondia que um dia iria, mas nunca ia. Achava que já tinha passado do meu tempo pra aprender.

Acervo de memórias: Os jeitos e tempos “certos” de aprender

A redução imaginativa dos espaços e tempos de formação de leitores a instituições como família e escola e à infância revela um aspecto do regime atencional neoliberal que se manifesta em relação à imaginação política: o esvaziamento da agência política comunitária, expresso na crença de que a ação política ocorre ou num

¹³⁴ Exemplo: “Ler se aprende na escola e a prática da leitura se adquire em casa” (<https://biblioo.info/ler-se-aprende-na-escola-e-a-pratica-da-leitura-se-adquire-em-casa/>). Faço a ressalva de que a revista Biblio e seus colaboradores, incluindo a autora do texto, têm forte compromisso com a defesa das bibliotecas públicas e comunitárias. A dicotomia que aponto permeia fortemente a atenção, e consequentemente o imaginário e os discursos, mesmo das pessoas mais comprometidas com as pautas do livro e da leitura nas periferias.

plano privado, individual-familiar – a gestão da “casa”, da vida “privada” –, ou numa esfera pública governamental-corporativa. Essa dinâmica atencional atua sobre os processos mais básicos de manutenção da vida comunitária, fragmentando e individualizando a ação das pessoas e dificultando a possibilidade de articulação do território comunitário.

Associações de bairro, condomínios, clubes de mães, e outras instâncias coletivas diretas ou institucionalizadas, mobilizam de fato essa agência coletiva e produzem importantes engajamentos comunitários, contudo, em geral o fazem tendo que resistir a um estado comum de “espera” pela ação de alguma “autoridade” ou instituição, para a qual as agências individuais são transferidas muito rapidamente – na forma de “reivindicações” – assim que isso se torne possível. As representações políticas e os caminhos institucionais lançam também feitiços sobre a atenção, desmobilizando a imaginação a se envolver com as práticas e com a organização para lidar com os problemas coletivos – ou sequer reconhecê-los como problemas coletivos.

Imaginar a leitura como prática comunitária é ainda mais difícil do que imaginar organizações de bairro ou de rua deliberando e agindo coletivamente nas questões da coexistência comunitária, como saúde, segurança, saneamento, alimentação, distribuição de recursos, educação e lazer, pois esses pontos são percebidos como necessidades básicas enquanto a leitura é em geral tomada como uma mera ferramenta para a educação formal ou privilégio de quem tem condições econômicas para isso.

– Se perguntar aqui, todo mundo vai dizer que a leitura é importante, ninguém vai negar. Passa um questionário e vai aparecer que todo mundo lê..., mas agora vai lá ver quantos livros as pessoas leram de verdade, se sabem quais livros os filhos leram, e pede pra contarem as histórias... As pessoas não leem aqui, elas estão muito preocupadas com o que vão comer no dia seguinte, não tem tempo para ficar parada lendo.

Acervo de memórias: Todo mundo lê

Os domínios dos “especialistas” e das instituições especializadas produzem regimes atencionais que configuram o processo de focalização da atenção identificado por Crary, na medida em que produzem modulações na percepção, instituindo campos da experiência que são tacitamente vedados à maioria das pessoas. Isso ocorre de tal forma que indivíduos e comunidades passam a confiar nessas pessoas e instituições para lidar com certos fenômenos e situações de seu interesse direto,

deixando de percebê-los ou de se relacionar de forma implicada com eles. Não se trata da desvalorização do conhecimento ou experiência de alguém que estuda e pratica determinada arte, profissão ou saber, mas de delegar a capacidade de se relacionar com a realidade em questão e de deliberar sobre seus problemas – incluindo aí o aprendizado e as práticas da leitura. O imaginário da leitura como atividade individual, contemplativa e silenciosa, ou guiado por currículos institucionalizados, e a quase total ausência de espaço para a leitura coletiva, compartilhada e comentada são efeitos desse regime atencional.

Curiosamente, dentre as práticas de maior sucesso nas BCs, estão o sarau e o clube de leitura. Nas duas ações a leitura acontece de forma coletiva, mobilizando os sentidos e os afetos do grupo. Sem dúvida, rodas de leitura em voz alta podem acontecer em casa e na escola. No entanto, nenhuma dessas instituições tem por característica promover o encontro espontâneo de diferentes num ambiente não normativo, a partir da construção de um território comum em torno da literatura ou, como nos diz Finger: “[...] qualquer lugar pode ser um espaço mediador de leitura (um jardim, embaixo de uma árvore, um banco em uma praça, o espaço do trem), mas a biblioteca tem exatamente esta função.” (Finger, 2018, p. 15)

Nos saraus e clubes de leitura, os participantes coengendram um modo atencional semelhante à atenção sonora descrita na seção anterior, na qual o território da escuta se organiza em torno do espaçotempo para a fala do outro, que, nesses encontros, costuma carregar um elemento performático de improviso. Essas atividades constituem uma das potências das BCs como espaço político comunitário para a formação de leitores e do cuidado com os mundos periféricos.

Era aniversário da biblioteca e a roda de conversa com autores que também vinham de periferias estava acontecendo.

José Falero, que hoje tem reconhecimento internacional como um grande escritor literário, cresceu na Vila Sapo, outra vila ali da Lomba do Pinheiro mesmo.

Após contar um pouco sobre sua vida e trajetória como escritor, decide ler um de seus contos, no qual um cara conta para um amigo no ônibus que quer levar a namorada de classe média para conhecer sua casa na vila. O amigo então cai na gargalhada e explica para o cara – que tá perplexo – por que riu. Descreve a cena imaginada por ele da mina chegando e interagindo com a paisagem, seres e objetos da vila e a grande roubada que seria essa visita... Conforme o Falero foi contando a história, os adolescentes que participavam da roda – em parte turmas da escola trazidas pela professora –, que até então pareciam entediados, desconfiados, focados nos seus celulares e em tímidas conversas paralelas,

começam a se abrir... cada trecho descreve experiências comuns a todas as pessoas ali.

Eu mesmo ri e troquei olhares de reconhecimento com o grupinho que estava ao meu lado enquanto o Falero descrevia os cachorros da rua surgindo de tudo que era lado e latindo pra guria apavorada.

– Quando criança, assim que eu descia do busão, já juntava 4 ou 5 pedras pra tocar nos cachorros que vinham babando, com sangue nos olhos, me receber no caminho de casa.

Assim seguiu durante toda a leitura. Era o calorão, o ventilador paraguaio que pra ligar tinha que dar uns tapa nas hélice, o chuveiro que não podia ligar junto com a televisão, a toalha que parecia lixa de pedreiro... e a gurizada – e os véio – tudo se abrindo, comentando entre si e rindo.

Quando ele terminou, todo mundo ali era amigo, até a professora recebeu sorrisos que nunca tinha visto – ela me contou.

Acervo de memórias: Consciência de classe

Na última subseção deste trabalho, vamos examinar as formas das relações das BCs com suas comunidades e sua incidência na formulação de políticas públicas, de forma intrinsecamente relacionada com os modos como essas bibliotecas são criadas e mantidas e com as políticas atencionais que engendram seus mundos-territórios.

8.2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E A PROLIFERAÇÃO DE MUNDOS PERIFÉRICOS

Na contramão dos regimes atencionais dominantes, bibliotecários, mediadores de leitura, agentes culturais, artistas e lideranças comunitárias ligadas às BCs têm, nas últimas décadas, atuado no tensionamento para a proposição de políticas públicas para o setor do livro e da leitura. Buscam proposições que levem em conta a diversidade e as características subjetivas e coletivas dos processos de formação de leitores, bem como a indissociabilidade entre esses processos e o fortalecimento dos vínculos comunitários, apontando o papel das BCs como fundamental para a concretização de políticas efetivas.

A movimentação das BCs na América Latina e particularmente no Brasil têm vivido um período muito fértil de reinvenção de suas práticas, especialmente com a articulação em 2015 da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC). Co-gestionada pelas bibliotecas participantes a RNBC está organizada em 11 redes locais, que atualmente envolvem 125 bibliotecas em 9 estados brasileiros. (A RNBC, 2022).

Além da RNBC, outras redes locais e inúmeras bibliotecas que não compõem redes formam um mapa bastante diverso das bibliotecas comunitárias, presentes nas

periferias de grandes cidades e também em localidades rurais, aldeias indígenas e territórios quilombola. Essas iniciativas se destacam pelo protagonismo das comunidades na proposição, criação e gestão das bibliotecas, com uma postura aberta e atenta à diversidade e multiplicidade de modos de viver e saber nas periferias (Machado & Vergueiro, 2010).

Estudos como a pesquisa Brasil Que Lê (Fernandez et al., 2018), promovida pelo Centro de Cultura Luiz Freire e RNBC e o livro Expedição Leitura (Guerra et al., 2018), também da RNBC, fazem o reconhecimento das BCs como espaços de integração e de resistência das comunidades por meio do acesso à literatura e a programas de formação de leitores. O primeiro estudo apresenta os resultados de uma abrangente pesquisa qualitativa envolvendo 143 BCs de todas as cinco regiões do Brasil.

A RNBC define biblioteca comunitária como

Uma iniciativa coletiva que parte da sociedade, mantida por uma determinada comunidade, sem intervenção do poder público, que conta com espaço físico determinado, acervo bibliográfico multidisciplinar, minimamente organizado e oferece serviços com o objetivo de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro. (Fernandez et al., 2018, p. 19)

Elisa Machado complementa essa definição ao afirmar que as BCs “[...] são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.” (Machado, 2009, p. 89, destaques da autora). Conforme Machado, a ação cultural está envolvida na própria gênese das bibliotecas comunitárias e isso impacta de forma constituinte o envolvimento e a sensação de pertencimento da comunidade em relação à sua biblioteca. A forma como a autora concebe a ação cultural se afasta do sentido comum de atividades planejadas e ofertadas a um público para acesso a bens culturais e se aproxima da ideia de coemergência no sentido que propomos neste trabalho, como mundos que se coproduzem no encontro.

A iniciativa coletiva, por meio da ação cultural; uma sensação de pertencimento e responsabilização com o espaço; e a ausência de intervenção e financiamento pelo poder público são, portanto, os principais elementos que distinguem as BCs das bibliotecas públicas no contexto brasileiro. O cenário onde se instalam é o de comunidades com frequência pouco ou nada alcançadas pelas políticas públicas e distantes dos centros de circulação do capital.

Nem sempre, contudo, a iniciativa para a criação de uma BC parte de uma vontade diretamente percebida pela comunidade ou desvinculada de instituições. Como nos conta Yasmin Wink Finger:

A pluralidade é forte característica das bibliotecas comunitárias brasileiras, podendo ser encontradas em centros urbanos, zonas rurais, zonas periféricas e também em zonas nobres de grandes cidades. Sua criação pode ser a partir de iniciativas individuais, coletivas, principalmente por jovens da comunidade, ou até mesmo, coletivas externas à comunidade, como instituições religiosas, caso da Biblioteca Ilê Ará em Porto Alegre, ou ONGs e projetos sociais como a ONG Cirandar de Porto Alegre, Instituto Ecofuturo, Projeto Casulo, entre outros. (2018, p. 23)

Muitas BCs, para terem espaço seguro e garantias para seu funcionamento, operam vinculadas a instituições das comunidades, como associações de moradores, clubes de mães e algumas a instituições religiosas, como o caso da BC do Arvoredo, na Vila Mapa, Zona Leste de Porto Alegre, que funciona no pátio de um centro espiritualista.

Uma tendência nesse sentido são BCs ligadas a comunidades religiosas de Matriz Africana, como a Ilê Ará, mencionada por Finger. Nesses casos, os vínculos com terreiros, casas de axé e suas comunidades reforçam a dinâmica da oralidade em suas atividades, a partir das tradições ancestrais dessas comunidades. É o que costuma acontecer também em BCs criadas e mantidas em territórios quilombolas urbanos ou rurais e aldeias, terras e retomadas indígenas que, embora não tenham um caráter religioso, compartilham importantes elementos cosmoperceptivos com essas tradições religiosas.

Em outras configurações, são projetos externos, como os também mencionados por Finger, a partir de ONGs, OSCIPs e projetos sociais ligados a grandes empresas que financiam a criação e manutenção das BCs, por meio de políticas de investimento social. São exemplos disso, além dos mencionados pela autora, o Programa Prazer em Ler (PPL), do Instituto C&A que, iniciando em 2006, instrumentalizou a efetivação da RNBC e de diversas redes regionais de BCs no Brasil; e o Itaú Social, que assumiu a gestão do PPL em 2018. Nesses casos, o desejo de implementação da BC, ou de sua organização em redes, pode não partir diretamente da comunidade, por meio de suas pessoas e instituições, mas de uma iniciativa ou convite institucional externo para essas comunidades. Esses projetos, contudo, costumam prever o protagonismo das comunidades em suas ações e processos.

Essas são apenas algumas das alianças, e parentescos articulados pelas bibliotecas comunitárias para garantir sua sobrevivência. Uma miríade de outras formas de associações acontecem para pôr em curso projetos de BC. dessas, destaco a Borrachaloteca, que hoje integra a rede regional de BCs “Sou de Minas, Uai”:

A Borrachaloteca de Sabará foi criada em 2002, no interior de uma borracharia no bairro Caieira, em Sabará, Minas Gerais. Seu idealizador, Túlio Damascena, percebeu que enquanto esperavam um pneu ser consertado, por exemplo, os clientes sentavam para ler o jornal do dia, que seu pai sempre deixava a disposição no espaço. Com isso teve a ideia de disponibilizar, em um canto, uma estante com alguns livros literários. A ideia foi tomando corpo e logo um grande volume de doações começou a chegar na borracharia. O acervo vinha tanto dos moradores da cidade de Sabará, quanto de outras cidades. (*Borrachaloteca: Institucional.*, 2023)

Essa ecologia de formas de materialização das BCs é parte integrante da dinâmica do encontro de seus mundos. O que não ocorre pacificamente. Mesmo nas alianças mais prósperas para a emergência do território-mundo das BCs com suas comunidades, nessas redes, os vínculos se constituem permeados por tensões, negociações, dissensos e divergências, tanto quanto às metas e métodos de trabalho, quanto às próprias concepções sobre as finalidades das BCs e da percepção dos mundos com os quais estão emaranhadas

Regimes e políticas atencionais participam também desses encontros de mundos. A vinculação às instituições religiosas, por exemplo, mesmo quando não impõe modos normativos ou moralizantes de relação e respeito – ou tolera – as singularidades e diferenças das comunidades, impacta as ações da BC e suas relações com a comunidade. De um modo ainda mais intenso, a ingerência dos projetos administrados por grandes empresas e instituições financeiras condicionam as ações das BCs e suas redes com o modo de operar característico das instituições de mercado: o estabelecimento de metas, indicadores, “olhares estratégicos” e a consequente cobrança por resultados e “sucesso” de suas políticas.

Esses diferentes modos de atenção tensionados coengendram também a estética e a comunicação das bibliotecas e redes. Por exemplo, ao ofertar ferramentas de design e marketing para produzir imagens de divulgação ou estruturas determinadas para os encontros, podem produzir um sentido estético mais ou menos homogêneo quando não sintonizadas com as formas de expressão locais. De tal modo, como na tendência corporativa de gestão da diversidade criticada por Alves e Galeão-Silva (2004), acabam por reproduzir a *terra nullius* sobre as expressões das comunidades ao apresentar projetos pré-concebidos e universais para a diversidade,

no lugar de acompanhar as singularidades localizadas em sua emergência e valorizar suas formas de expressão. Cabe o destaque de que os mundos locais presentes nas BCs e suas comunidades historicamente resistem nesses processos de negociações atencionais.

Sobre as tendências das BCs à ação direta política, autonomia em relação ao poder estatal e iniciativa privada, autogestão comunitária de seus processos e horizontalidade nas relações, além de frequentemente partirem de um ideal ou objetivo utópico de educação para a emancipação popular (Finger, 2018), encontram antepassados nas bibliotecas populares anarquistas, comuns em toda a América Latina, desde o século XIX, especialmente nos países de colonização espanhola, mas também no Brasil.

[...] na América do Sul, desde a última década do século XIX, a formação anarquista e a educação proletária já vinham sendo realizadas através das bibliotecas populares existentes em praticamente todos os centros sociais de cada grêmio operário e nos grupos libertários das cidades principais do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Em Mar del Plata, Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro e São Paulo, já existiam as bibliotecas modernas, que se constituíam no núcleo central dos círculos anarquistas. Em busca de seu acervo, em geral muito variado, seguia um público muito mais amplo que o militante operário ou o simpatizante do movimento, passando a ter contato com a cultura anarquista. Inicialmente atrás de uma atividade cultural, da sala de leitura ou de uma informação específica, em seguida o leitor poderia passar a frequentar as reuniões do círculo libertário, ou não, uma vez que as bibliotecas anarquistas não censuravam ideologicamente seus usuários. (Romani, 2006, p. 87, *Apud*. Oliveira, 2021, p. 157)

[...] podemos dizer que: os anarquistas, dentro de suas preocupações com a educação, descrevem uma trajetória, de acordo com a situação política do momento vivido. Assim, na Primeira República, partiram dos centros de estudos e escolas, em um primeiro momento, para reafirmar as escolas, segundo uma metodologia mais acabada e consistente, logo depois. Por fim, retornando a uma proposta mais abrangente de educação informal nos centros de cultura e ateneus. Nesses espaços criados aconteceram a politização e, conseqüentemente, a educação dos trabalhadores por seus companheiros de classe (através do ensino mútuo e das leituras comentadas), utilizando jornais, boletins, revistas; além das conferências, palestras e da alfabetização propriamente dita tendo como base a ação direta. (Moraes, 2000¹³⁵, p. 8, *Apud*. Oliveira, 2021, p. 160)

Tanto as ideias anarquistas, quanto às práticas das BCs, passaram por transformações onto-epistemológicas e políticas em direção a modos de ser, pensar

¹³⁵ Romani, C. (2006) Da biblioteca popular à escola moderna: breve história da ciência e da educação libertária na América do Sul. Em: (2006) *Educação Libertária: Educação e Revolução na Espanha Libertária*. São Paulo, n.1, Imaginário/IEL, p. 87-100.

Moraes, J. D. (2000) A educação libertária no Brasil: uma trajetória. In: (2000). *Congresso Brasileiro de História da Educação*, I., Rio de Janeiro; (2000). I *Seminário de Documentação Alternativa* [...]. Rio de Janeiro. Tema: Educação no Brasil: História e Historiografia

e agir mais próximos da diferença e da interseccionalidade, dos feminismos, das vertentes críticas à colonialidade e do pensamento ambiental. No entanto, ambas mantêm no horizonte uma configuração do poder descentralizada, organizada em células que se relacionam e que desafiam os mundos únicos de modo insurrecional, pela ação direta política.

A aproximação às ideias anarquistas é evidente nas BCs contemporâneas, embora apenas em alguns casos específicos essa filiação seja explicitada. Nesses casos, o histórico relacionado aos ateneus libertários, federações anarquistas, centros de cultura social (CCS), ocupações e movimentos autônomos, coletivos anarcopunks e outras coletividades de orientação anarquista é bastante presente. Mesmo em algumas BCs que não relacionam diretamente sua atuação ao anarquismo, é comum encontrar entre seus fundadores e colaboradores pessoas com essa afinidade política.

Na maior parte das BCs, no entanto, esse veio de sua complexa ancestralidade política permanece inconsciente. Geralmente, associam suas orientações políticas ao campo difuso da “esquerda progressista”, algumas vezes apresentando colaboradores com filiação a algum movimento social organizado, como movimentos negros e feministas ou a algum partido político, dentro ou aliados a esse espectro, sem, de modo geral, subordinar a biblioteca e suas ações a essas instituições. A proximidade com “as esquerdas políticas” se dá, no campo de atuação das BCs, principalmente pela adesão às pautas da diversidade social, cultural e ambiental e das ações afirmativas, com as quais buscam articular suas atividades, tanto na composição e oferta dos acervos, quanto nos projetos sociais e culturais que desenvolvem com as comunidades.

Considero esse elemento anarquista, presente nas BCs de variadas formas, importante para a composição que faço neste trabalho, uma vez que as ideias anarquistas – tanto do anarquismo tradicional quanto de suas atualizações contemporâneas – participam também da genealogia das próprias articulações teórico-conceituais da pesquisa, bem como do ativismo político-afetivo do pesquisador. Entretanto, sublinho que muitas outras noções políticas de comunidade e gestão coletivas, muito mais antigas e mais presentes nas composições dos modos de vida comunitários – como as de comunidades quilombolas, indígenas e de

influência negra africana em diáspora, entre outras – articulam e coengendram a pluralidade da atuação nesses espaços desde o momento de sua implantação.

Para compreender como se organizam as políticas atencionais nas BCs, tomaremos os princípios da RNBC de enraizamento comunitário, incidência política e gestão compartilhada como analisadores. Embora propostos e sistematizados pela RNBC, esses princípios podem ser encontrados – com variados graus de aproximação – na maioria das BCs brasileiras que não estão articuladas com a Rede Nacional.

Tomando o conceito de enraizamento, como proposto por Simone Weil – pensadora que desenvolve também o tema da atenção –, a RNBC apresenta o princípio de enraizamento comunitário. Segundo Weil:

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (Weil, 2001, p. 43).

Preocupada com os efeitos do poder e da dominação, tanto econômica quanto educacional e religiosa, sobre a classe operária no contexto da ascensão nazifascista na Europa, Weil aponta o desenraizamento, ou seja, a perda das raízes existenciais nos territórios onde vivem as pessoas, como a grande causa do sofrimento e da sujeição a regimes de trabalho em condições precárias. Assim, a política institucional, a educação e a religião, operando a imposição de regras morais e de conhecimento afastadas da vida cotidiana, promovem o desenraizamento da vida nos territórios.

Acredita-se comumente que um pequeno camponês de hoje, aluno da escola primária, sabe mais do que Pitágoras, porque repete docilmente que a terra gira em torno do sol. Mas de fato ele não olha mais as estrelas. Esse sol de que lhe falam na aula não tem para ele nenhuma relação com aquele que vê. (Weil, 2001, p. 45)

De tal forma, o conhecimento experiencial engendrado ao olhar para as estrelas é substituído pelo ensino desencarnado da teoria heliocêntrica. Achar que o estudante primário sabe mais do que Pitágoras somente por ter acesso a essa informação é o próprio desenraizamento acontecendo, a partir do desencantamento dos mundos que podem ser percebidos na experiência afetiva-sensorial de “olhar as estrelas”.

Com os conceitos de des/enraizamento, Weil denuncia o deslocamento da produção de sentidos na vida cotidiana, que tem como uma de suas consequências a

perda do sentido de pertencimento, expressa, entre outras formas, pela indiferença às práticas tradicionais no cotidiano dos territórios. Essa noção pode ser articulada à crítica de Crary de que o direcionamento moderno da atenção para o gesto da focalização da atenção levaria à fragmentação da cultura, da experiência e da ação coletivas¹³⁶. De tal modo, o desenraizamento se relaciona com o desencantamento dos mundos a partir do achatamento de suas dimensões às figuras escolhidas pelos regimes atencionais para estarem no foco.

As bibliotecas da RNBC concebem o enraizamento comunitário como eixo de trabalho das BCs que atua na identificação e no envolvimento com as forças presentes nas comunidades – lideranças, associações, igrejas, terreiros, comércios, escolas, unidades de saúde etc. – e o estabelecimento de parcerias:

Em analogia às raízes das plantas, o enraizamento comunitário revela uma trama de relações que se retroalimentam, fortalecem e se expandem a partir de elementos em comum. Enraizamento engloba, nessa compreensão, sentimentos de pertencimento ao mesmo tempo em que envolvem a mobilização para participar de ações que contribuam para afirmar a existência e para manter ou fortalecer certa coletividade (Fernandez et al., 2018, p. 103).

As ações para o enraizamento comunitário produzem uma situação na qual biblioteca e comunidade se co-ocupam. A biblioteca, numa postura de atenção à vida e aos problemas da comunidade, pode se tornar integrante ativa nos processos de construção da vida coletiva no território, se deslocando do espaço onde fica sediada para buscar os espaços de circulação comunitária; enquanto a comunidade é convidada a ocupar a biblioteca e o faz por meio da participação ativa nos processos de organização e decisão sobre os espaços, acervo e funcionamento das bibliotecas.

O entendimento de que quanto mais enraizada, mais comunitária é a biblioteca, levou à criação de uma nova prática. As bibliotecas passaram a realizar atividades de mediação de leitura, não somente dentro de seus espaços, mas também em ambientes externos: nas escolas, nas casas, nas ruas, nos postos de saúde, nos mercados, nas padarias, nas praças, entre outros locais (Guerra et al., 2018, p. 76).

Assim, por meio da prática do enraizamento comunitário, as BCs articulam uma política atencional com potencial de resistência à fragmentação das relações comunitárias, à mercantilização da vida e ao desencantamento dos mundos

¹³⁶ Se adotássemos uma busca por relações causais, as duas propostas se contradizem: enquanto Weil culpa o desenraizamento pela submissão à exploração do trabalho, Crary diz o oposto, que são a especialização do trabalho e a otimização do tempo e das atividades humanas para o lucro que produzem a fragmentação da cultura. Como assumimos o modo de composição de Haraway, nos interessa a sensibilidade de ambos os autores na percepção de dinâmicas atencionais emaranhadas, mesmo que em dissenso.

periféricos. Ao se deslocarem de suas sedes em busca do envolvimento com as comunidades em suas atividades básicas e cotidianas de subsistência, as BCs tecem redes de parentesco, puxando os fios que ligam as comunidades, assim produzindo uma cama de gatos cujas figuras formadas apresentam os problemas e as potências dessas relações. Os vínculos assim formados possibilitam contar novas histórias com o território.

Em entrevista ao podcast *Coemergência*, Bel Santos Mayer conta como, a partir de um projeto que envolvia encontros com jovens das comunidades de Parelheiros para a leitura e fabulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surgiu o desejo de uma biblioteca comunitária.

[...] nós estávamos em 2008, um documento escrito em 1948, falando dos direitos humanos das pessoas, nenhum deles conhecia, nenhuma mãe, nenhum pai conhecia. E a gente começa a reescrever essa declaração [...] e a gente começa a ver que há mais de 60 anos de distância entre Parelheiros e a declaração. A gente não tinha ali garantido o direito à educação, à cultura [...] aí a gente começa a olhar cada direito, como é que ele estava distante da gente [...] Os jovens decidem que querem começar abrindo a biblioteca da escola. Não era nem criando uma biblioteca nova, mas abrir uma que estava fechada. [...] a gente então abre a biblioteca da escola [...] mas cria uma dentro da unidade de saúde, que à princípio se chamava "Pílulas de Leitura", pq os médicos entregavam um livro junto com o receituário e os jovens liam poesia no momento de espera das consultas. [...] E quanto mais você fica perto de uma comunidade, mais perto fica de seus dilemas, dos seus desafios. Foi ali que a gente soube que faltava dentista em parelheiros [...] tinha um movimento da saúde reivindicando esse dentista, e conseguiram, ele chega e precisava de um espaço, e esse espaço era o da biblioteca. [...] A gente não tinha mais o espaço [...] e alguém lembra que a casa do coveiro estava desocupada, e aí a gente vai pro cemitério. E aí quando a gente chega no cemitério, ocupa a casa do coveiro, transforma a partir dos princípios da permacultura, constrói banco de adobe, faz jardim, reforma, faz uma área, pinta com tinta de terra. E aí a gente fala: puxa vida, a gente tá trazendo jovens, que são vítimas do genocídio da população negra, que são principalmente jovens negros, pra dentro de um cemitério, que deveria ser um lugar para os jovens fugirem, mas é o lugar que sobrou pra gente nessa comunidade. E a gente vai começar a falar de vida nesse lugar de morte. Passados 12 anos que estamos lá [...] a gente está construindo um ciclo de vida ao contrário, a gente sai do cemitério [...] leva os livros para os comércios [...] UBSs [...] começa a adotar a rua para a rua adotar as crianças [...]. (Mayer, 2021, Transcrição nossa.)

Falar de vida num lugar de morte move o coletivo de jovens negros periféricos a figurar o ciclo de vida ao contrário e, partindo do cemitério, levar a biblioteca até as casas, comércios e ruas, chegando até as crianças. Trata-se de uma figuração no sentido proposto por Haraway, como imagem performativa que se pode habitar

(Haraway, 2018, p. 11)¹³⁷. O processo de enraizamento comunitário acontece no recontar esse tipo de histórias da comunidade, ressignificando vínculos para daí constituir outros vínculos em rede. Os vínculos afetivos são os fios puxados por meio da atenção, fazendo emergir novas figuras.

O território é recriado nesse processo, transformado a partir dos afetos que se produzem, localizando a experiência do grupo e problematizando as narrativas universais que precarizam a vida no território. Assim, a nova história cria uma realidade material capaz de desafiar a narrativa necropolítica que sustenta o genocídio de jovens negros nas periferias. A figuração começa tensionando a comunidade a conhecer e problematizar a ausência no acesso e garantias dos direitos humanos preconizados por uma declaração “universal” escrita há mais de 60 anos, e segue, deslocando-se de um lugar de morte e “adotando a rua para a rua adotar as crianças”, fazendo emergir um novo mundo em coafetação, que re-existe a partir das histórias que conta sobre si mesmo.

A BC do Nasedouro, no bairro de Peixinhos, em Olinda – criada em um antigo matadouro e lixão – e a BC Caminhos da Leitura, em Parelheiros – que funciona na casa do coveiro, no cemitério – contam histórias de vida a partir de lugares de morte, agenciando a atenção comunitária na coemergência de ciclos de vida ao contrário do que é esperado nos regimes atencionais necropolíticos.

As práticas de enraizamento comunitário são o contraponto relacional aos estudos de usuários da Biblioteconomia. O próprio termo “usuário” é problematizado: nas periferias, a palavra usuário adquire uma conotação fortemente pejorativa por sua associação ao uso de drogas ilícitas, conotação essa que é veiculada e circula no discurso necropolítico da guerra às drogas e é a principal narrativa a compor o estigma periférico. De modo que, se o termo, em seu uso cotidiano em qualquer biblioteca, tem significados que objetificam as pessoas que a frequentam, nas BCs, o mesmo termo ganha os contornos da violência colonial e racista que marginaliza e criminaliza

¹³⁷ No contexto original: “As figurações são imagens performativas que podem ser habitadas. Verbais ou visuais, as figurações podem ser mapas condensados de mundos contestáveis. Toda linguagem, incluindo a matemática, é figurativa, isto é, feita de tropos, constituídos por solavancos que nos fazem desviar da mentalidade-literal.” Tradução nossa para: “*Figurations are performative images that can be inhabited. Verbal or visual, figurations can be condensed maps of contestable worlds. All language, including mathematics, is figurative, that is, made of tropes, constituted by bumps that make us swerve from literal-mindedness.*”

sua população. A solução encontrada pela RNBC foi a proposta da adoção do termo “interagentes” para nomear as pessoas das comunidades em relação com a BCs:

[...] optamos por identificar os frequentadores das bibliotecas com a designação “interagentes” (CORRÊA, 2014; ALVES, 2017). Essa escolha não é uma mera arbitrariedade, pois está fundamentada numa concepção que reconhece nessas pessoas uma participação efetiva no cotidiano das bibliotecas, não se caracterizando como meros usuários de um serviço prestado ou como consumidores que absorvem passivamente produtos culturais (CERTEAU, 1994). Também evitamos usar o termo genérico “leitores”, já que a inserção na biblioteca comunitária pode envolver outras formas de interação, embora a centralidade esteja nos eventos de leitura e de acesso ao livro. Desse modo, entendemos que a caracterização desses interagentes é uma das dimensões que diferencia as bibliotecas comunitárias. Trata-se, portanto, de uma relação em que ambos – interagente e biblioteca comunitária – configuram os espaços, os eventos e as práticas que ali ocorrem e os eventuais “efeitos” que provocam. (Fernandez et al., 2018, p. 55)

A escolha por “interagentes” desloca a terminologia para uma relação com a comunidade que reconhece sua agência e lugar de participação na constituição da BC. Também nos remete diretamente à noção de interagência – que Despret convoca para entender a forma como os seres se coafetam em redes de interdependência – e sua relação com o conceito de agenciamento, de Deleuze e Guattari, que aponta para um processo ativo de sintonização, que nunca é fixo ou dado (Despret, 2013). A noção de interagentes para a RNBC não articula as perspectivas desses autores, no entanto, apesar de diferentes, elas se comunicam. Propomos a adição dessas camadas na compreensão das pessoas da comunidade e também das equipes das BCs, na qualidade de interagentes. Dessa forma, os “efeitos que provocam” podem ser entendidos como a criação de um território em constante mutação: os interagentes nas BCs coengendram seus mundos.

Operando no modo de atenção cartográfica, nas práticas de enraizamento, a BC se abre para a possibilidade de encontro com a comunidade. Produz um esforço atencional para não julgar previamente quais vínculos formar e não determinar de antemão quais aspectos do relacionamento com o público vai considerar. Circula no território e se envolve atentamente com as forças presentes. Como na BC do Nasedouro, quando os jovens que a iniciaram fizeram alianças com os traficantes presentes no território, que os ajudavam a montar as estruturas dos festivais¹³⁸, e com as famílias que habitavam precariamente o prédio ocupado, se envolvendo diretamente com seus problemas de moradia.

¹³⁸ Do Acervo de memórias: [Um nascedouro na boca do lixo](#), nas pp. 49-50.

– Tem lideranças que não são tão fáceis de reconhecer, mas que são estratégicas para conhecer a comunidade. Por exemplo, tínhamos muito interesse em conhecer melhor as mães da comunidade, então fomos até o clube de mães. Mas na primeira reunião que participamos achamos muito estranho, tinha tão poucas mães... e todas brancas... O tempo passou e, numa leitura mediada na feira, conhecemos a Dona Joana, uma senhora, preta retinta, de 65 anos, muito comunicativa, que fazia doces e salgados pra fora. Conversando com ela tivemos a ideia de fazer uma leitura mediada de... receitas de comida!! A ideia era cada pessoa levar um ingrediente e a gente ir fazendo a receita juntas e conversando sobre os assuntos que viessem. Ela adorou a ideia, pois poderia divulgar suas delícias lá na biblioteca. Foi ela a principal divulgadora da atividade. Botamos até uma foto dela no flyer. No dia, foram várias mulheres negras, todas mães, várias acompanhadas das crianças, e a conversa foi quase toda sobre maternidade na vila. Soubemos assim que as mães pretas daqui não iam no clube de mães porque se sentiam discriminadas lá. Ou seja, através da Dona Joana conhecemos melhor a realidade das mães da comunidade do que pela instituição "oficial".

Acervo de memórias: Trocando receitas

Uma atenção em modo de suspensão opera no processo de enraizamento comunitário. A BC – por meio de sua equipe – participa de encontros, reuniões de grupos, festas populares, feiras; vai a comércios, igrejas e terreiros; conversa com jovens e idosos nas praças, ruas e calçadas. Mesmo quando a atividade tem uma finalidade específica, o enraizamento, compartilhado entre a equipe como prática contínua de relação com a comunidade, instiga uma atenção aberta às possibilidades de composição que surgem nos encontros, de modo que a atenção permanece flutuante, até que encontra algo no ambiente, uma fala, uma presença, que a atrai. Kastrup identifica esse momento com o movimento atencional do toque:

Algo se destaca e ganha relevo no conjunto, em princípio homogêneo, de elementos observados. O relevo não resulta da inclinação ou deliberação do cartógrafo, não sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também não é um mero estímulo distrator que convoca o foco e se traduz num reconhecimento automático. Algo acontece e exige atenção. O ambiente perceptivo traz uma mudança, evidenciando uma incongruência com a situação que é percebida até então como estável. É signo de que há um processo em curso, que requer uma atenção renovadamente concentrada (2007, p. 19)

Assim, a atenção no enraizamento pode engendrar a abertura para a percepção das forças presentes nas comunidades e para a composição do mundo-território com essas forças. Dona Joana é uma liderança comunitária que permitiu à BC acessar o campo das mães pretas da comunidade. Só foi possível estabelecer esse vínculo porque a atenção da equipe envolvida na atividade de leitura que acontecia na feira estava aberta para perceber outras forças que circulavam na paisagem. Se as mediadoras tivessem comparecido à feira com a atenção focada no

objetivo da atividade – a leitura com as crianças que iam à feira acompanhando os pais –, talvez não tivessem notado a presença de Dona Joana e provavelmente não pensariam juntas a proposta de uma atividade diferente. Se a atividade de leitura mediada de receitas tivesse seguido um script atencional com base no foco, a conversa sobre maternidades talvez não tivesse aparecido ou não ganhasse relevo na atenção das mediadoras. Da mesma forma, se não houvesse uma postura atencional de problematização quanto à ausência de mulheres negras, talvez a busca pelas mães da comunidade tivesse se encerrado na reunião do Clube de Mães.

A proposta do enraizamento comunitário, encarada como princípio orientador de uma certa postura nos encontros, configura uma política atencional baseada na atenção conjunta e que intenciona deslocar a postura atencional de quem participa desses encontros para uma atenção aberta, flutuante e processual que, suspendendo julgamentos e, acolhendo “o que vier” do encontro, oferece uma potência para redesenhar o território comunitário.

Outro princípio da atuação das bibliotecas na RNBC é a gestão compartilhada, que busca o envolvimento da comunidade no planejamento e decisões de gestão da biblioteca, bem como na organização e protagonismo nas atividades culturais e na atuação política. O movimento atencional operado na gestão compartilhada é o da abertura radical dos processos internos de gestão e das atividades técnicas envolvidas na composição e organização do acervo através do convite e incentivo à participação horizontal das pessoas da comunidade em cada etapa desses processos. Na RNBC, a gestão compartilhada é considerada como um eixo transversal aos demais princípios – do enraizamento comunitário e da incidência política –, construindo um caminho em busca da horizontalidade nas relações que dão sustentação à existência das BCs.

Pensando nos regimes que canalizam a atenção para paisagens de práticas hegemônicas nas atividades técnicas bibliotecárias, a perspectiva da gestão compartilhada adiciona uma dimensão relacional que complexifica e sintoniza essas atividades, oferecendo possibilidades de resistência, como nas políticas de desenvolvimento de coleções e suas atividades de seleção de acervo, aquisição, desbastamento e descarte.

Uma das primeiras ações na implantação de uma biblioteca comunitária costuma ser o processo de seleção a partir de doações recebidas e livros arrecadados

em atividades já com a intenção de formar uma biblioteca na comunidade. Desse material bruto, que muitas vezes não passou por nenhum filtro prévio, é feita a seleção do que vai entrar no acervo e ir para as estantes e daquilo que não será incluído e, portanto, destinado a outros lugares ou descartado. Em geral, bibliotecas comunitárias recebem doações periódicas e constantes¹³⁹, sendo necessário um processo contínuo de seleção, incorporação ou descarte. Na fase de implementação da BC, esse processo e processos posteriores, como o de classificação e catalogação, costumam acontecer em mutirões – sob acompanhamento de alguma bibliotecária ou bibliotecário – abertos e incentivados à participação de todas as pessoas da comunidade.

Como na história da BC do Nascedouro, é comum que a participação da comunidade nesse processo inicial de formação do acervo provoque deslocamentos, tanto na noção do que é uma biblioteca, quanto na percepção da potência desse espaço comunitário, e ainda na própria autopercepção da comunidade:

[...] o grupo foi pensando e formando a ideia e o entendimento de que biblioteca queremos, gestão, atividades, acervo etc. No início, queriam ficar com tudo que tinha, livro didático, enciclopédia velha. Aos poucos foi surgindo a visão do que podia ser uma biblioteca e também do que a comunidade queria com uma. Foi aí que percebemos que éramos uma comunidade multicultural, que nosso interesse era uma biblioteca principalmente de literatura. E que articulasse suas ações com atividades culturais e hoje em torno da memória afetiva do bairro.¹⁴⁰

É comum que esses mutirões comecem com uma roda de conversa na qual as pessoas contam um pouco sobre a história da comunidade e sobre as motivações para criar ou manter uma biblioteca comunitária¹⁴¹. Durante todo o processo – na definição dos critérios de seleção, no manuseio e limpeza dos livros e na separação inicial em diferentes pilhas temáticas –, essa história e motivações habitam a atenção das pessoas envolvidas. Ao longo da atividade, é muito frequente o surgimento de situações de hesitação, quando a atenção ao processo se depara com um livro que não se encaixa bem nos critérios. Ocorre então uma pausa no trabalho de seleção, na qual a atenção não encontra a solução nos caminhos conhecidos – os critérios

¹³⁹ O problema das BCs definitivamente não é a falta de livros, eles chegam, de um jeito ou de outro. Já a garantia da qualidade e da sintonia do acervo com a os desejos e necessidades da comunidade, é uma afinação constantemente inacabada.

¹⁴⁰ Trecho do Acervo de memórias: [Um Nascedouro na Boca do Lixo](#), na p. 52.

¹⁴¹ Como no Acervo de memórias: [O que fica e o que vai](#), p. 95.

definidos anteriormente. A situação é então discutida com o grupo e pode gerar ou uma compreensão mais afinada do critério, ou uma revisão, adaptação ou flexibilização desse critério, ou ainda um momento de hesitação coletivo, que leva à avaliação quanto à pertinência do livro e/ou do critério para a constituição do acervo daquela BC.

Em quaisquer dessas situações, o conhecimento da comunidade sobre o processo e também sobre si é articulado pela atenção conjunta ao livro e ao acervo e sofre modificações e atualizações na experiência dos participantes. Relacionamos esses movimentos atencionais ao fluxo do reconhecimento atento proposto por Kastrup (2007) e ao *breakdown* enativo, na medida em que a experiência da hesitação provoca rupturas na postura recognitiva habitual – a que “encaixa” o livro no respectivo critério – podendo produzir, quando a perturbação é acolhida, variações da percepção acerca de todo o processo e uma nova configuração cognitiva, um novo conhecimento sobre a própria comunidade.

Processo atencional semelhante ocorre nas atividades de classificação e catalogação. Atividades privativas da profissão bibliotecária¹⁴², nas BCs costumam ocorrer também com a participação de pessoas da comunidade, mediadores de leitura, e outras, não somente nos mutirões iniciais de formação de acervo, mas continuamente, à medida que as coleções crescem ou são reavaliadas. Relembrando: a classificação é o processo de atribuir um assunto principal ao livro, que vai compor o seu “endereço” na prateleira e sua “vizinhança” temática nas estantes, exercendo um condicionamento da atenção de quem percorre as estantes à procura de algum livro – especialmente quando ainda não sabe qual é esse livro.

Nas bibliotecas comunitárias, as classificações utilizadas costumam problematizar os instrumentos de classificação clássicos da Biblioteconomia – como vimos com o projeto Wantima, de Tania Schafer-Bostock. Na RNBC, e em diversas outras BCs e redes de BCs brasileiras, a classificação adotada e recomendada é a Classificação por Cores, desenvolvida por Cida Fernandez ao longo de seus mais de 30 anos de trabalho como bibliotecária e ativista das BCs:

O sistema de classificação por cores para a literatura de ficção e poesia, ordenado com dicionário e procedimentos controlados e orientados por um

¹⁴² No Brasil, o exercício da profissão bibliotecária é regulado pela Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962 e normativas subsequentes, e controlado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos Regionais, tendo suas atividades privativas permitidas apenas à bacharéis em biblioteconomia.

manual técnico, é o resultado de mais de 20 anos de estudos sobre organização de acervos literários e formação de leitores, realizados por Cida Fernandez, bibliotecária do CCLF, junto a bibliotecas de organizações comunitárias e escolares. [...] Entendemos que esse é um grande ganho que foi incorporado no cotidiano das BCs. As tarefas que envolvem a organização e tratamento do acervo são realizadas de maneira colaborativa por mediadores de leitura e gestores, com apoio de bibliotecários. (Fernandez et al., 2018, p. 45–46)

Buscando um sistema de classificação intuitivo, que possa ser facilmente reconhecido e utilizado na navegação da biblioteca pelos interagentes das BCs – que muitas vezes são crianças e adultos que não sabem ler –, Fernandez desenvolveu um sistema que identifica os gêneros literários, assuntos e outros aspectos dos livros – como o foco ou não em ilustrações, a autoria e a indicação de temáticas afirmativas – fornecendo uma ferramenta que, além de navegada, pode ser cogerida pela própria comunidade, com o acompanhamento de um bibliotecário.

“Por ser um sistema de classificação, ele precisa qualificar o título, diferenciá-lo dos demais, mostrar semelhanças e dar orientações para os leitores. Ele foi desenvolvido para superar as dificuldades dos mediadores e do público, possibilitando que tenham maior contato com os livros e que saibam mais sobre eles” (*Sistema de Classificação por cores para democratização do acesso ao livro*, 2017).

O sistema utiliza fitas de cetim coloridas que são fixadas à lombada do livro com fita adesiva. As cores da primeira identificam o tipo de público para o qual o livro é indicado: adulto, infantil ou juvenil. A segunda informa o gênero literário. Uma marcação em caneta faz a notação de autor, formada pelas iniciais do sobrenome do autor principal e do título do livro.

A simplicidade da Classificação por Cores em relação aos sistemas decimais de classificação pode levar uma atenção apressada a supor que se trataria de um sistema menos complexo que esses últimos. Entretanto, é justamente na simplicidade da apresentação dessa classificação que reside sua maior complexidade e potência: possibilitar que as singularidades locais possam definir suas formas e prioridades para a organização do acervo. Assim, no lugar de propor um tratamento “universal” e estagnado dos temas que compõem o pluriverso de interesses das BCs e suas comunidades, mantém propositalmente essa composição aberta e mutante. Como nos conta Cida Fernandez:

É um sistema simples, mas que tem uma lógica que precisa ser respeitada, com regras definidas. Qualquer pessoa memoriza com muita facilidade o sentido das cores e sua sequência. Muita gente pensa que os códigos com cores são apenas para criança, mas não! Estamos em comunidades onde as pessoas têm pouco acesso ao livro e à leitura, têm uma formação leitora muito deficitária, então organizando assim, quebramos essa dificuldade que os

adultos que não são alfabetizados têm em procurar saber como se organizam os livros, onde procuram o livro, de que jeito podem fazer. (Fernandez, 2022, p. 75)

De tal modo, a Classificação por cores é um sistema que funciona integrado às ações de enraizamento comunitário e se caracteriza por uma abertura à gestão compartilhada do acervo. Sua operação se aproxima muito mais de uma escuta da comunidade sobre os modos de navegar no acervo e de uma cossintonização desses modos com as forças e singularidades presentes nas comunidades. É comum nos mutirões e momentos cotidianos nos quais a atividade de catalogação do acervo é realizada, que conversas sobre a classificação de um ou outro livro levem as pessoas envolvidas a pensar sobre o acervo e a comunidade e experienciar a sensação de pertencimento característica do processo de enraizamento no território, ou mesmo levantar e debater problemas da comunidade iniciando pela discussão sobre a classificação mais adequada de um livro.

O terceiro princípio, a incidência política, abrange as ações de mobilização e formação de agentes da comunidade para atuar tanto no processo de sensibilização e estímulo ao pensamento crítico por meio da leitura – principalmente pela formação e multiplicação de mediadores de leitura nas comunidades –, quanto na participação da comunidade em espaços de poder e de interlocução com o poder público, tensionando e problematizando o papel desses espaços no acesso aos direitos da comunidade, especialmente nos temas da leitura e formação de leitores.

Sobre a incidência política, no livro “Expedição Leituras” temos a seguinte definição:

[...] se fôssemos encontrar um elemento da natureza que representasse as diversas estratégias para incidir nas políticas públicas, levadas a cabo pelas redes locais, não temos dúvida, seria o fogo, a fogueira! A Incidência é a chama que aquece nosso trabalho, a fogueira que incendeia e contribui para transformar a realidade de nossas comunidades. (Guerra et al., 2018, p. 121)

Em sua dimensão direcionada “para dentro”, a incidência política é o conjunto de ações promovidas pela BC na relação com a comunidade, no sentido de estimular uma consciência para a ação política. Costumam fazer isso não por um discurso de convencimento de uma consciência política que deveria ser “ensinada” ou “passada adiante”, mas no sentido dialético da práxis freireana: como possibilidade de colocar diferentes modos de interpretar a realidade em encontro por meio da prática da leitura literária conjunta:

[...] podemos perceber que a leitura é uma forma de conhecimento do mundo e do indivíduo, e que com diferentes atividades, podemos propiciar para todos, novas maneiras de ver o mundo, bem como estimular a imaginação, as percepções e as manifestações, sejam de forma oral ou por meio de criações artísticas. Neste sentido, a leitura torna-se um motor para o desenvolvimento de novas habilidades e novos meios de interação. (Redes de Leitura, 2014, p.27¹⁴³, *apud.*, Finger, 2018, p. 24)

Na atividade de mediação de leitura é o livro como objeto e obra literária que articula a atenção conjunta. Não se trata de um foco atencional no livro, mas de um posicionamento deste como mediador das relações comunitárias. De tal forma, situações como a expressão das condições injustas e relações violentas às quais as pessoas da comunidade estão submetidas costumam emergir nesses encontros, a partir das cenas e imagens conflagradas pela leitura do livro escolhido. A seleção dos livros para a mediação com frequência procura incluir obras capazes de instigar conversas com potencial para problematizar politicamente o lugar das periferias e a efetivação de seus direitos, e também os problemas específicos das comunidades e suas relações constitutivas com questões coletivas mais amplas como as relações raciais, de classe, gênero, entre outras.

A incidência política nesses encontros opera como um cultivo da atenção no sentido proposto por Tim Ingold: como uma configuração do ambiente atencional no qual as gerações futuras vão desenvolver suas habilidades e atividades. Esse aprendizado da atenção pode ser percebido na frequência e nos relatos de pessoas da comunidade que se tornam mediadoras de leitura após terem participado ativamente dos grupos de leitura mediada.

Eu já estou aqui há sete anos, vim como voluntária, ganhei um contrato (no Criança Esperança) pra fazer limpeza, manter limpo e organizado o espaço; comecei a frequentar o círculo de leitura e me tornei mediadora de leitura (GF03). Passei a frequentar como ouvinte; além de voluntária, sou frequentadora; meu filho também participa da biblioteca, tem cadastro, leva livro emprestado. Sou voluntária de J, aprendo a fazer mediação acompanhando J... quando ela precisa sair para resolver alguma coisa da biblioteca, eu já consigo substituí-la (GF03). (Fernandez et al., 2018, p. 73)

Em sua segunda dimensão, voltada para “fora”, a incidência política busca a mobilização da comunidade para incidir nos espaços de poder com suas pautas, reivindicações e, principalmente, participação direta nas instâncias que decidem temas que importam na vida comunitária e no cenário social mais amplo: das periferias, da cidade e assim progressivamente, até a discussão sobre o nível de

¹⁴³ Redes de Leitura. (2014). Manual de Procedimentos. (não publicado).

agência possível da comunidade diante das questões de escala global, como a crise ambiental e a configuração das desigualdades em níveis transnacional e transcontinental. É a forma das BCs e comunidades alcançarem outras escalas da ação política, para além da local.

Com o passar dos anos, a Ciranda foi crescendo e se formando através de muitas mãos, que juntas acessaram espaços antes jamais imaginados, como por exemplo, em 2012, onde as bibliotecas comunitárias integrantes do coletivo participaram ativamente da criação do Plano Municipal do Livro e da Leitura de Porto Alegre (PMLL). Em reuniões apresentando suas propostas e demandas, conseguiram apresentar a luta das periferias da cidade na busca por uma literatura de qualidade, acessível e que as representassem. Esta ação permitiu uma maior interlocução com o poder público e parlamentares do município, desenhando um dos pilares fundamentais que a Beabah! mantém até hoje: a incidência em políticas públicas. (Peixoto, 2021, p. 8)

O autor do trecho citado, Eduardo Peixoto é integrante da rede Beabah! de Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul e, no dia 18 de abril, foi nomeado, junto com outras pessoas representando as BCs, como conselheiro no Conselho Municipal do Livro e Leitura de Porto Alegre. A ativa participação das BCs na composição dos conselhos e planos municipais e estaduais do livro e da leitura é uma atuação que surge dos processos de incidência política. Dessa forma, as BCs incidem na formulação, aplicação e avaliação das políticas para esse setor.

Outra frente de incidência política, entrelaçada com a gestão compartilhada, é a formação de agentes comunitários e sua capacitação para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos para captação de recursos privados por editais e leis de incentivo, uma das principais formas atuais de sustentação das BCs e suas redes.

Como definida pela RNBC, a incidência política propicia oportunidades de produzir consciência comunitária enraizada (situada) em relação a seu fora, para a relação e tensionamento com os poderes instituídos na sociedade e para a formação de coalizões e alianças tanto internas, quanto com outras comunidades, instituições e lideranças políticas. Esses processos podem provocar a efetivação dos direitos da comunidade, especialmente aqueles relativos à leitura, fruição literária e educação, mas também outros direitos básicos, como alimentação, moradia, transporte, saúde e segurança, e a reparação de desigualdades sociais como o racismo, a pobreza e opressões de gênero.

Quando organizadas em redes, como as redes regionais e a RNBC, as BCs potencializam os dois movimentos da incidência política. Os interagentes das

comunidades, em encontro com as outras BCs, têm oportunidade para afirmar sua atuação, conhecer realidades distintas e traçar planos em comum para celebrar, amplificar e fortalecer seus mundos heterogêneos e a garantia de seus direitos.

Nesses encontros, há o incentivo a uma atenção aberta às variadas formas de presença nos territórios, suas manifestações culturais também periféricas, e também aos efeitos das variações dos regimes atencionais moderno-coloniais em diferentes contextos, possibilitando o alargamento do mundo experienciado pelas pessoas envolvidas e modulando a compreensão de sua própria posicionalidade. Isso não é feito como um processo de “evolução” ou “desenvolvimento” linear de enculturação ou acúmulo de novas representações culturais, mas como um aprendizado atencional de novas possibilidades de “sentir” os mundos, inclusive os seus próprios.

O coengendramento entre as práticas do enraizamento comunitário, da incidência política, e da gestão compartilhada cria o ambiente potencial para a instauração de um ciclo de coafetação no qual a biblioteca e a comunidade podem se tornar interagentes na emergência de um mundo-conjunto, engendrado pelas histórias da comunidade e por aquelas inventadas nesse encontro. Propomos um ciclo ao invés de um princípio de causalidade, pois ambas, comunidade e biblioteca, são afetadas reciprocamente.

Importante destacar que esse ciclo virtuoso não acontece sem obstáculos. A cama de gatos atencional das periferias inclui a violência colonial e o estigma periférico. Diferentes políticas atencionais convivem – raramente em harmonia – no território e subjetivam seus habitantes. Um dos grandes desafios do modo de relação das BCs com as comunidades é justamente encontrar as brechas na fragmentação cultural, no individualismo e na precarização da vida no território periférico para que esse ciclo possa se afirmar e afetar mais pessoas para sua construção conjunta.

A relevância de uma biblioteca na comunidade costuma ser percebida mais pelas pessoas externas a ela que atuam como voluntárias ou que visitam o espaço. O reconhecimento interno muitas vezes só vem após muitas tentativas de atividades com pouca adesão, olhares desconfiados, e mesmo questionamentos sobre os motivos para se manter uma biblioteca ali. A falta de investimento público e a dependência nos editais e programas de apoio à cultura, com sua imprevisibilidade de duração e recursos indeterminados, ou em doações e campanhas de arrecadação, em geral garante apenas a subsistência das bibliotecas e projetos pontuais.

A autonomia das BCs em relação às vinculações administrativas que costumam engessar as ações das bibliotecas mantidas e vinculadas à administração pública precisa ser celebrada. No entanto, ela não é dada e nem está assegurada, pois o contexto no qual essa autonomia se ergue – se ergue, pois configura uma re-existência do território – é o contexto do descaso com as periferias, com a educação e cultura de um modo geral e ainda mais agudamente com as políticas do livro e da leitura. Também as relações das BCs com as instituições, empresas e corporações mantenedoras dos editais dos quais dependem, como vimos, é permeada por posturas de ingerência no funcionamento das BCs.

É preciso o cuidado para não romantizar as potências dos mundos periféricos considerando que são a “solução” para as violências que enfrentam, correndo o risco de responsabilizar somente as BCs e suas práticas pela emancipação de suas comunidades. Nesse sentido, destacamos que a luta política deve ser pela sustentação de políticas públicas de Estado – e não de governos – que invistam materialmente e de forma contínua nas comunidades e suas bibliotecas, sem interferir em sua autodeterminação e autonomia.

A desvalorização do trabalho social comunitário também torna incerta a possibilidade de engajamento das pessoas envolvidas na manutenção das BCs e de suas atividades e redes de vínculos, sendo que as equipes em geral só conseguem dedicar algumas horas semanais de seu tempo. Muitas bibliotecas acabam garantindo o atendimento à comunidade e sua gestão por pessoas idosas aposentadas que moram na comunidade. Atuar em BCs exige um nível bastante alto de tolerância à frustração e uma atenção sempre renovada nas potências da comunidade.

É no exercício dessa cidadania que as dificuldades surgem e, nessa viagem, percebemos que entre os maiores desafios encontrados em nossas redes, estão o número ainda reduzido de pessoas que muitas vezes as compõem, as falhas nas relações interpessoais e a falta de comprometimento e participação de alguns acarretando, dessa forma, uma sobrecarga nos indivíduos mais engajados na causa. Outro desafio que dificulta manter essa chama acesa tem a ver com a mobilização dos indivíduos que vivem no entorno das bibliotecas comunitárias. [...] Da mesma forma, há um desafio em mobilizar os atores das cadeias criativa, mediadora e produtiva do livro, da leitura e das bibliotecas. O fogo precisa estar sempre aceso, mas nem sempre temos as pessoas necessárias para isso. (Guerra et al., 2018, p. 123)

Nesse cenário, a insistência em seguir em frente só se explica pela paixão presente na ação de cada ativista das BCs. Essa paixão é ela mesma uma qualidade atencional, relacionada ao cuidado com os mundos periféricos, o cuidado como re-existência desses mundos. É uma paixão que é alimentada no encontro, na

possibilidade de ver no olhar do outro a vontade de seguir vivendo de seguir se encontrando. Como no conto de Conceição Evaristo, “a gente combinamos de não morrer”¹⁴⁴, ou no livro de Jota Mombaça, “Não vão nos matar agora”¹⁴⁵. É o ciclo de vida ao contrário, que abre brechas em lugares marcados pela morte e violência para recontar histórias que escancarem as possibilidades de vida.

Ativado, o ciclo inventivo é a fogueira que acende os mundos das bibliotecas comunitárias, ao redor da qual suas histórias são contadas e escutadas e seus feitos são compartilhados, não mais na lógica das histórias de herói ou do protagonismo de alguns representantes, mas na perspectiva da coleta e da partilha das experiências, vivências, escritas, leituras, bem como das dores, dos medos, das raivas e dos traumas de todos participantes. Histórias das re-existências que engendram e amplificam o território como mundo-conjunto.

9 FECHANDO A MOCHILA: CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA SEGUIR CAMINHO

Chegamos ao final desta caminhada (mas não do caminho!). Foi um percurso por muitos e diferentes mundos, na companhia dos quais carreguei uma mochila cheia de histórias, que abri e ofereci a quem lê esta dissertação. Ao longo do período de um mestrado acadêmico – mas iniciado muito antes, pelo menos duas décadas antes –, recolhi as histórias que ofereci aqui como Acervo de Memórias.

Não são histórias de heróis e de seus atos monumentais, mas fabulações de memórias do cotidiano, cenas e figuras cheias de conflitos, contradições, dissensos e também potências de produção de mundos. Histórias que entraram na mochila em visitas a bibliotecas comunitárias, escutando e participando de seus mundos; com as pessoas que compõem esses mundos: mediadoras de leitura, bibliotecárias, leitoras, contadoras de histórias; em leituras e conversas com colegas e professoras, com as autoras dos textos que acessei e com muitos outros seres, incluindo as próprias comunidades, a cidade e suas paisagens. A mochila também vem carregada de afetos desses lugares, afetos que ressoam com os meus.

Tentei articular essas histórias em relações de parentesco com elas e resistir ao impulso de representar as pessoas/vozes/escritas, para deixar que falassem por si

¹⁴⁴ Evaristo, 2018, p. 107

¹⁴⁵ Mombaça, 2021

mesmas, embora seja a minha atenção que as agencia em um texto. De tal modo, as figuras de cordas que tirei da mochila – assim como a própria mochila e o pesquisador – são inseparáveis desses mundos emaranhados. A mochila, portanto, é situada, afetiva e politicamente.

Percorremos muitos modos de fazer mundos e territórios e também numerosas formas de prestar atenção a eles. Nesse processo, vimos que os modos de atenção e os mundos não estão dados nem mantêm relações binárias entre si, mas se constituem mutuamente, em processos de coemergência e em constante mutação. Os encontros entre mundos têm seus sentidos sempre parcialmente compartilhados.

Caminhamos por mundos que nutrem muitos mundos e por outros que se percebem como universais e vão engolindo ou apagando outros mundos pelo caminho. Visitamos mundos periféricos, marginalizados em relações de poder desiguais por mundos da supremacia narcísica da branquitude, da hegemonia do capital, da intolerância com cosmopercepções diferentes, da cisheteronormatividade, do machismo e das LGBTQIA+fobias.

Passamos por cidades que se estruturam em centros ricos e periferias empobrecidas. Também acompanhamos como os mundos periféricos articulam suas estratégias atencionais para re-existir a essas opressões, ora afirmando seus modos de existir, ora ocultando-os, para manter suas possibilidades de seguir vivendo de forma heterogênea. Vimos que as fronteiras entre esses mundos e seus modos de atenção não são tão nítidas. Que mundos podem existir dentro de outros mundos ou se cruzando e afetando interseccionalmente.

Em contraposição a uma concepção binária da atenção que a restringe às operações de foco/distração, articulamos as ecologias da atenção e a cognição inventiva, apresentando a noção de políticas atencionais. A atenção foi assim proposta como dispositivo que, por meio do cultivo de movimentos atencionais abertos aos afetos presentes nos encontros entre mundos heterogêneos e a problematização daquilo que parece dado nesses encontros, nos possibilite deslocar as histórias que contamos sobre e com as periferias.

As bibliotecas comunitárias, na forma como articulam modos de atenção orientados por seus princípios de enraizamento comunitário, incidência política e gestão compartilhada, oferecem a oportunidade para constituição de políticas atencionais que favoreçam a coemergência de mundos compartilhados a partir das

relações com suas comunidades. Um modo de atenção (in)comunitária capaz de provocar rupturas nos regimes hegemônicos da atenção moderna-colonial que estigmatizam e violentam os mundos periféricos. Rupturas ou fissuras pelas quais possam passar histórias de re-existência para habitar o presente.

O ciclo virtuoso entre as políticas atencionais e os mundos em encontro no operar das bibliotecas comunitárias nos convida a pensar que não é suficiente reconhecer a existência de muitos e variados mundos. A fórmula “cada mundo com seu modo de atenção” não basta! É preciso o cultivo de uma política atencional em modulações de abertura, que permeie os mundos, tocada por sinais de estranhamento nesse “entre”, para que a possibilidade de coengendramento se efetive e possa fazer emergir um mundo de muitos mundos.

- É isso aí então, por hoje vamos finalizando.*
- Então tá. Tão bom esses encontros, não dá vontade de ir embora.*
- Pois é, eu, no caso, fui embora quando cheguei. Quem tá saindo daqui é outro...*
- Bem nessas né? Como transforma a gente!*
- Nem lembro mais como eu era...*
- Então vamos nos despedir de quem somos hoje e desejar que logo (re)encontremos os outros que seremos.*
- É, um jeito poético de finalizar.*
- Verdade.*
- Então, tchau.*
- Até mais!*

REFERÊNCIAS

- A RNBC. (2022). [Institucional]. RNBC – Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.
<https://rnbc.org.br/a-rnbc/>
- Adamson, L. B., & Frick, J. E. (2003). The Still Face: A History of a Shared Experimental Paradigm. *Infancy*, 4(4), 451–473.
https://doi.org/10.1207/S15327078IN0404_01
- Adichie, C. N. (Diretor). (2009). *O perigo da história única*. TedGlobal.
https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt
- Adsit-Morris, C. (2017). Bag-lady Storytelling: The Carrier-bag Theory of Fiction as Research Praxis. Em C. Adsit-Morris, *Restorying Environmental Education* (p. 43–54). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-48796-0_3
- Albán Achinte, A. (2013). Pedagogías de la re-existencia: Artistas indígenas y afrocolombianos. Em C. Walsh (Org.), *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir (re)existir y (re)vivir* (Vol. 1, p. 443–468). Abya-Yala.
- Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44, 20–29.
<https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300003>
- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704–719. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Araújo, A., & Souza, E. C. B. de. (2018). A Teoria do Significado de Jakob Von Uexküll como um Caso de Tradução Radical. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 59, 671–686. <https://doi.org/10.1590/0100-512X2018n14102aa>

- Barros, L. P. de, & Kastrup, V. (2015). Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. Em *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (p. 52–75). Sulina.
- Baum, C., & Kroeff, R. F. da S. (2018). Enação: Conceitos introdutórios e contribuições contemporâneas. *Revista Polis e Psique*, 8(2), 207–236.
- Bernardes, A. G. (2018). Pesquisar com o Território: Algumas Apostas Metodológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 291–300.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003492017>
- Bispo, N. (2019). *Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo* (N. S. Leal, G. Martins, H. J. Felipe, & S. E. L. da Silva; Nº 1) [Entrevista].
<https://revistas.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/10481>
- Biteti, M. de O. (2021). Morte e Vida Pombogira. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 2(4), Artigo 4.
- Borba, M. M. (2017). *O mango no mangue: Reflexões sobre as práticas e táticas do yomango na cidade do Recife* [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Jurídicas. Faculdade de Direito do Recife.].
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24431>
- Borrachaloteca: Institucional*. (2023). [Site Institucional]. Instituto Cultural Aníbal Machado. Borrachaloteca. <https://www.borrachaloteca.com.br/institucional>
- Cadena, M. de la, & Blaser, M. (2018). Introduction: Pluriverse: Proposals for a World of Many Worlds. Em *Cadena, M. de la, & Blaser, M. (2018). A World of Many Worlds*. Duke University Press. (p. 1–23). Duke University Press.
- Caliman, L. (2008a). O TDAH: Entre as funções, disfunções e otimização da

- atenção. *Psicologia em Estudo*, 13, 559–566.
- Caliman, L. (2008b). Os valores da atenção e a atenção como valor. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(3), Artigo 3.
- Caliman, L. (2009). A constituição sócio-médica do “fato TDAH”. *Psicologia & Sociedade*, 21, 135–144. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100016>
- Caliman, L. (2019). *A atenção medicada e a ecologia da atenção*.
- Caliman, L., César, J. M., & Kastrup, V. (2020). Práticas de cuidado e cultivo da atenção com crianças. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, 16(4), Artigo 4. <https://doi.org/10.5965/198431781642020166>
- Caliman, L. V., César, J. M., Pianca, V. B. R., Gonçalves, L. G., Simões, A. A. C., & Fernandes, A. N. (2018). O cultivo atencional como exercício de participação: Oficinar com crianças na saúde mental. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 5(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.22409/ayvu.v5i1.27401>
- Carijó, M. C. de A. (2018). Atenção compartilhada e partilha de experiências na produção coletiva de sentidos. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 5(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.22409/ayvu.v5i1.27402>
- Carvalho, D. de Q. (2002). *Classificação decimal de direito* (4. ed. rev. e atual.). Presidência da República. <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/classificacao-decimal-de-direito/classif-decimal.pdf>
- Casal, C. D. (2011). *A biblioteca universal: Uma história do ideal da acumulação de conhecimento* [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia, UFRGS]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/37474>
- Castrillón, S. (2018). Prefácio: A biblioteca comunitária: Uma oportunidade. Em *Fernandez, C., Machado, E., & Rosa, E. C. de S. (2018). O Brasil que lê:*

- Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores* (p. 6–10). CCFL; RNBC.
<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/167.pdf>
- Citton, Y. (2017). *The ecology of attention* (English edition). Polity.
- Citton, Y. (2018). Da economia à ecologia da atenção. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 5(1), 13. <https://doi.org/10.22409/ayvu.v5i1.27498>
- Citton, Y. (2019). Attention Agency Is Environmental Agency. Em W. Doyle & C. Roda (Orgs.), *Communication in the Era of Attention Scarcity*. Palgrave Macmillan. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02912255>
- Costa, C. de L., & Ávila, E. (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 691–703. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2005000300014>
- Costa, L. A. (2014). O corpo das nuvens: O uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(4), 551–576.
- Costa, L. A. (2020). Narrar-se para se desgarrar do razoável: A ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, 2(15), Artigo 15.
- Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção: Atenção, espetáculo e cultura moderna* (C. Montenegro, Trad.). Cosac Naify.
- Cusicanqui, S. R. (2019). Fragmentos de Yapa en torno a la noción de Lo ch'ixi. *Arte & Ensaíos*, 38, Artigo 38. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/27927>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*.
- Dawkins, R. (2007). *O gene egoísta*. Companhia das Letras.
- Deleuze, G. (2009). *Lógica do sentido* (5ª edição). Perspectiva.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 4* (Vol. 4). Ed. 34.
- Depraz, N. (2022). Attention as Vigilant Openness. Em M. Wehrle, D. D'Angelo, & E. Solomonova (Orgs.), *Access and Mediation: Transdisciplinary Perspectives on Attention* (Vol. 11, p. 113–134). De Gruyter Saur.
<https://doi.org/10.1515/9783110647242-006>
- Depraz, N., Varela, F. J., & Vermersch, P. (2003). *On becoming aware: A pragmatics of experiencing*. J. Benjamins. <http://site.ebrary.com/id/10026200>
- Despret, V. (2013). From Secret Agents to Interagency. *History and Theory*, 52(4), 29–44. <https://doi.org/10.1111/hith.10686>
- Despret, V. (2016). Figures de la re-composition. Em Krause, B; Boeuf, G; Albert, B et al (Orgs). (2016) *Le grand orchestre des animaux*. Fondation Cartier.
<https://orbi.uliege.be/handle/2268/207927>
- Despret, V. (2021). *Que diriam os animais?*. Ubu Editora.
- Dooren, T. van, Kirksey, E., & Münster, U. (2016). Estudos multiespécies: Cultivando artes de atencividade (S. Dias, Trad.). *ClimaCom Cultura Científica*, 3(6), 39–66.
- Escóssia, L. da, & Kastrup, V. (2005). O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 295–304.
<https://doi.org/10.1590/s1413-73722005000200017>
- Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. Em M. A. Alexandre (Org.), *Representações Performáticas Brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces*. (p. 16–21). Mazza.
- Evaristo, C. (2018). *Olhos d'água* (2º ed). Pallas Míni.
- EZLN. (1996). Cuarta declaración de la Selva Lacandona [Blog]. *Enlace Zapatista*.

- Chiapas. <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>
- Faila, Z. (Org.). (2021). *Retratos da leitura no Brasil 5. Sextante*.
- Farias, F. R. (2018). *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no Brasil: Uma análise à luz da teoria da semicultura* [Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais].
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B69FFJ>
- Fernandez, C. (2022). Bibliotecas comunitárias. *Revista Eletrônica da ABDF*, 6(1), Artigo 1.
- Fernandez, C., Machado, E., & Rosa, E. C. de S. (2018). *O Brasil que lê: Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores*. CCFL; RNBC.
<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/167.pdf>
- Ferraz, M. C. F. (2018). *Por uma política de ruminação em tempos de dispersão hiperconectada*. Simpósio Práticas de Atenção, São Paulo.
<https://youtu.be/iGnl3ZTjhgU>
- Finger, Y. W. (2018). *Formação de leitores e bibliotecas comunitárias: Um olhar à práxis emancipatória* [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação. Curso de Biblioteconomia]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182020>
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* (C. S. Ameni, H. Albuquerque, M. Beloni, J. A. e M. da S. R. Gonsalves, V. Marques, & Sobinfluncia, Trads.). Autonomia Literária.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press.

- Garcia, A. K. de O. (2021). A sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui: Aproximações ch'ixi sobre o cuidado. *Revista Contraponto*, 8(3), Artigo 3.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/117665>
- Gavillon, P. Q. (2019). *Teorias cognitivas não representacionistas e relações de ensino e aprendizagem: Autopoiese, enação, simpoiese e enação autopoética* [Tese de doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional].
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196818>
- Gennari, A. J. de P. (2022). Stop the count!, Tá ok?: Populismo de extrema direita em práticas de comunicação política [Dissertação de Mestrado Em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Comunicações e Artes].
<https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-12042023-112239>
- Guerra, A., Leite, C., & Verçosa, É. (2018). Expedicao leituras: Tesouros das bibliotecas comunitárias no brasil. RNBC; Instituto C&A; Itaú Social.
<https://rnbc.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Ebook-ExpedicaoLeituras.pdf>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07–41.
- Haraway, D. (2016a). Antropoceno, Capitaloceno, Plantatioceno, Chthuluceno: Fazendo parentes. (S. Dias, M. Verônica, & A. Godoy, Trads.). *ClimaCom Cultura Científica*, 3(5), 138–146.
- Haraway, D. (2016b). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Haraway, D. (2018). *Modest_Witness@Second_Millennium*.

- FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and technoscience* (Second edition). Routledge, Taylor and Francis Group.
- Hartman, S. (1997). *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford University Press.
- hooks, bell. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. South End Press.
- Hustak, C., & Myers, N. (2012). Involuntary Momentum: Affective Ecologies and the Sciences of Plant/Insect Encounters. *Differences*, 23(3), 74–118.
<https://doi.org/10.1215/10407391-1892907>
- Ingold, T. (2020). From the Transmission of Representations to the Education of Attention. Em H. Whitehouse (Org.), *The debated mind: Evolutionary psychology versus ethnography* (p. 113–154). Routledge.
- Johnsrude, L. (2019, setembro 22). Natives celebrate return of sacred bundle: Spirits Back Home. *Edmonton Journal*. <https://www.aaanativearts.com/natives-celebrate-return-of-sacred-bundle-spirits-back-home>
- Kastrup, V. (2004). A apredizagem da atenção na cognição inventiva. *Psicologia & Sociedade*, 16, 7–16. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000300002>
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 15–22. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822007000100003>
- Kastrup, V. (2008). O lado de dentro da experiência: Atenção a si mesmo e produção de subjetividade numa oficina de cerâmica para pessoas com deficiência visual adquirida. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(1), 186–199.
- Kastrup, V. (2019a). *Abecedário Virgínia Kastrup: Cartografias da Invenção* [Video no Youtube]. <https://www.youtube.com/watch?v=mTWns8ACYDU>
- Kastrup, V. (2019b). A atenção cartográfica e o gosto pelos problemas. *Revista Polis*

- e *Psique*, 0, Artigo 0. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.97450>
- Kastrup, V., & Caliman, L. (2023). *A atenção na cognição inventiva: Entre o cuidado e o controle*. Fi. <https://www.editorafi.org/ebook/696-cognicao-inventiva>
- Kastrup, V., & Fernandes, C. H. (2018). A atenção conjunta e o bebê cartógrafo: A cognição no plano dos afetos. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 5(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.22409/ayvu.v5i1.27403>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Kroeff, R. F. da S., Farias, N. C., & Maraschin, C. (2019). Emocionar e conhecer. Em *Maurense, V., Maraschin, C., & Baum, C. (2019). Enação: Percursos de Pesquisa*. (p. 80–99). Edições do Bosque.
- Lander, E., Castro-Gómez, S., Coronil, F., Dussel, E., Escobar, A., Segre, F. L., Mignolo, W., Moreno, A., & Quijano, A. (1993). La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Em *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. CLACSO.
- Latour, B. (2017). La sociedad como posesión: “La prueba por la orquesta”. *Diferencias*, 1(3), Artigo 3. <http://www.revista.diferencias.com.ar/index.php/diferencias/article/view/97>
- Law, J. (2015). What’s wrong with a one-world world? *Distinktion: Journal of Social Theory*, 16(1), 126–139. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2015.1020066>
- le Guin, U. (1989). The Carrier Bag Theory of Fiction. Em *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on words, women, places* (p. 185–191). Grove Press. <https://theanarchistlibrary.org/library/ursula-k-le-guin-the-carrier-bag-theory-of->

fiction

le Guin, U. (2016). *O feiticeiro de Terramar*. Editora Arqueiro.

Löwy, M. (2011). “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, 25–26, 20–28.

<https://doi.org/10.23925/lis.v0i25-26.18578>

Machado, E. C. (2009). Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 7(1), 80–94. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i1.1976>

Machado, E. C., & Vergueiro, W. (2010). A prática da gestão participativa em espaços de acesso a informação: O caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, 33(1), 241.

Magalhães, G. R. (2016). *Reflexões sobre políticas sonoras e (re)existências do samba na Cidade Baixa, Porto Alegre/RS*. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Maraschin, C., Baum, C., Teles, F., & Roos, R. (2016). Tecnogeografias: Modulações nas ecologias e políticas cognitivas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28, 213–220. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1425>

Marques, P. M. (2017). “*Nou led, nou la!*”: “*Estamos feios, mas estamos aqui!*”: *assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza* [Tese de doutorado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181461>

- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (2001). *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. Palas Athena.
- Mayer, B. S. ([s.d.]). (2021). *Literatura: Direito ao sonho e transformação social* (Nº 52) [Podcast]. Recuperado 13 de maio de 2022, de <http://www.coemergencia.com.br/52-literatura-direito-ao-sonho-e-transformacao-social/>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 2(32), Artigo 32. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>
- Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora* (1ª edição). Cobogó.
- Museu da Língua Portuguesa. ([s.d.]). *Nhe'ê Porã: Memória e Transformação* [Site institucional]. *Museu da Língua Portuguesa*. Recuperado 17 de fevereiro de 2023, de <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicoes-temporarias/nhee-pora-memoria-e-transformacao/>
- Nascimento, M. L., & Lemos, F. C. S. (2020). A pesquisa-intervenção em psicologia: Os usos do diário de campo. *Barbarói*, 0(57), Artigo 57. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>
- Oliveira, T. G. de. (2022). *Maternidades em redes: Contar histórias com cuidados no cenário pandêmico brasileiro* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252564>
- Oliveira, W. C. de. (2021). *Bibliotecas populares, territórios em disputa: Suas flutuações semânticas, epistêmicas e político culturais* [Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Informação e Cultura].

<https://doi.org/10.11606/D.27.2021.tde-27082021-210506>

- Peixoto, E. (2021). Uma viagem entre as letras, vozes e vielas das periferias. Em Beabah! - Bibliotecas Comunitárias RS (Org.), *Beabah! Percorrendo territórios e escrevendo histórias*. Beabah.
- Poglia, M. A. S. (2021). *A música em jogo: Performances musicais na capoeira angola* [Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social].
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/236148>
- Prandi, R. (2001). Exu, de mensageiro a diabo. Sincretismo católico e demonização do orixá Exu. *Revista USP*, 50, Artigo 50. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i50p46-63>
- Puig de la Bellacasa, M. (2011). Matters of care in technoscience: Assembling neglected things. *Social Studies of Science*, 41(1), 85–106.
<https://doi.org/10.1177/0306312710380301>
- Puig de la Bellacasa, M. (2012). ‘Nothing Comes Without Its World’: Thinking with Care. *The Sociological Review*, 60(2), 197–216. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x>
- Puig de la Bellacasa, M. (2017). *Matters of care: Speculative ethics in more than human worlds*. University of Minnesota Press.
- Reis, C. dos. (2020). Entre o voyeur e o caminhante: Perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades. Em *Guareschi, N. M. de F., Reis, C. dos, & Hadler, O. (2020). Produção de Conhecimento: Profanações do método na pesquisa* (p. 137–154). ABRAPSO.
- Santo, A. do E., Souza, M. N., & Casal, C. D. (2023). Realismos tentaculares: Quatro

vetores de ação política para o mundo complexo. Em C. Maraschin & V. S. Maurente (Orgs.), *Oficinando em rede: co-habitar mundos impossíveis*. No prelo.

Santos, J. E. dos. (1986). *Os Nagô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o culto a Égun na Bahia*. Vozes.

Sarria, A. M. (2015). *El campo de las mujeres: Discursos de desenvolvimento e organizações de mulheres rurais na Nicarágua* [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149319>

Schafer-Bostock, T. (2020). *Wantima*. Wantima. <https://wantima.net/>

Senko, J. (Diretor). (2016, março 18). *The Brainwashing of My Dad* [Documentário]. Cinco Dedos Peliculas.

Silva, D. B. D. (2022). *“Aqui é Onde o Mundo Acontece”*: *Periferias urbanas em pauta nas práticas de uma biblioteca comunitária livre* [Dissertação de Mestrado Em Psicologia]. Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Silva, A. G. da. (2016). Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: Breve histórico. *PontodeAcesso*, 10(1), Artigo 1.

Silva e Silva, F. (2021). Cuidar de los mundos venideros. *Das Questões*, 8(2), Artigo 2. <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37656>

Sistema de Classificação por cores para democratização do acesso ao livro. (2017). [Institucional]. RNBC – Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. <https://rnbc.org.br/2017/10/29/sistema-de-classificacao-por-cores-para-democratizacao-do-acesso-ao-livro/>

- Soares, L. B., & Miranda, L. L. (2009). Produzir subjetividades: O que significa? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 0–0.
- Sodré, M. (Diretor). (2017, janeiro 11). *O Espaço da África no Brasil* [Vídeo do Youtube]. Canal Nós Transatlânticos.
<https://www.youtube.com/watch?v=8asUpAkFbu4>
- Sodré, M. (2019). Força e Território. Em *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. (3º ed, p. 85–118). Mauad X.
- Stengers, I., & Savransky, M. (2018). Relearning the art of paying attention: A conversation. *SubStance*, 47(1), 130–145.
- Strathern, M. (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Cosac Naify.
- Subcomandante Marcos. (1996, julho 30). Intervención en el I Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. *Enlace Zapatista*. <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/07/30/subcomandante-marcos-intervencion-en-el-i-encuentro-intercontinental-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo/>
- Tanus, G. F. de S. C., Berti, I. C. L. W., & Rocha, J. A. P. (2023). Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: Um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 27, 146–166. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/40132>
- Territórios de Partilha: Como as poéticas podem criar novos mundos*. (2020, novembro 26). <https://www.youtube.com/watch?v=EIIUCvI9rw8>
- Tronick, E., Als, H., Adamson, L., Wise, S., & Brazelton, T. B. (1978). The infant's response to entrapment between contradictory messages in face-to-face interaction. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 17(1), 1–13.
[https://doi.org/10.1016/s0002-7138\(09\)62273-1](https://doi.org/10.1016/s0002-7138(09)62273-1)

- Tsing, A. L. (2019). *Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno*. IEB Mil Folhas.
- Uexküll, J. V. (1982). *Dos animais e dos homens: Digressões pelos seus próprios mundos e doutrina do significado*. Livros do Brasil.
- Urqueta Alfaro, A., Morash, V. S., Lei, D., & Orel-Bixler, D. (2018). Joint engagement in infants and its relationship to their visual impairment measurements. *Infant Behavior & Development, 50*, 311–323.
<https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2017.05.010>
- Varela, F. J., Thompson, E., & Rosch, E. (2016). *The embodied mind: Cognitive science and human experience* (Revised edition). MIT Press.
<https://books.google.com.tr/books?id=QY4RoH2z5DoC&lpg=PP1&dq=embodied%20mind%20cognitive%20science%20and%20human%20experience&hl=tr&pg=PP1#v=onepage&q=embodied%20mind%20cognitive%20science%20and%20human%20experience&f=false>
- Vieira, L., Bernard, R., Marconatto Marques, P., Carravetta, V., Derson, J., Philippe, C., Vieira, L., Vieira, L., Vieira, L., Bernard, R., Marconatto Marques, P., Carravetta, V., Derson, J., Philippe, C., & Favaretto, F. (Diretores). (2021, maio 11). *Biblioteca comunitária para imigrantes e refugiados* [Mp4].
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221325>
- Vorga, M. P. (2014). Cartografar (n)a prisão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 14*(3), 795–813.
- Weil, S. (2001). *O Enraizamento*. EDUSC.